



Secretaria-Geral da Educação e Ciência



Património do Ensino & da Educação

BAME - Bibliotecas, Arquivos e Museus da Educação

10 Anos de BAME

VOLUME 2

2012

LISBOA, 2018

Título:

10 ANOS BAME – VOLUME 2 – 2012

Autor:

Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Edição:

1ª edição

Elaborado por:

Elvira Evaristo

Imagens:

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo

Autores dos artigos:

José Miguel Gonçalves; Maria João Seguro, Pedro Maximino, Teresa Santa-Clara

Elaborado em:

2018

SUMÁRIO

Nota introdutória	01
Entradas do BLOG	02

Nota Introdutória

Este volume marca o início de uma nova etapa do BAME refletindo a aposta nos artigos sobre educação e os agentes educativos, continuando a divulgar a documentação que está a cargo da Secretaria-Geral, seja ela de cariz bibliográfico, arquivístico ou museológico.

Esta aposta vai ao encontro dos interesses dos utilizadores do blogue, espalhados por todos os continentes, que garantem, e dão ânimo para que se prossiga com este canal de divulgação patrimonial.

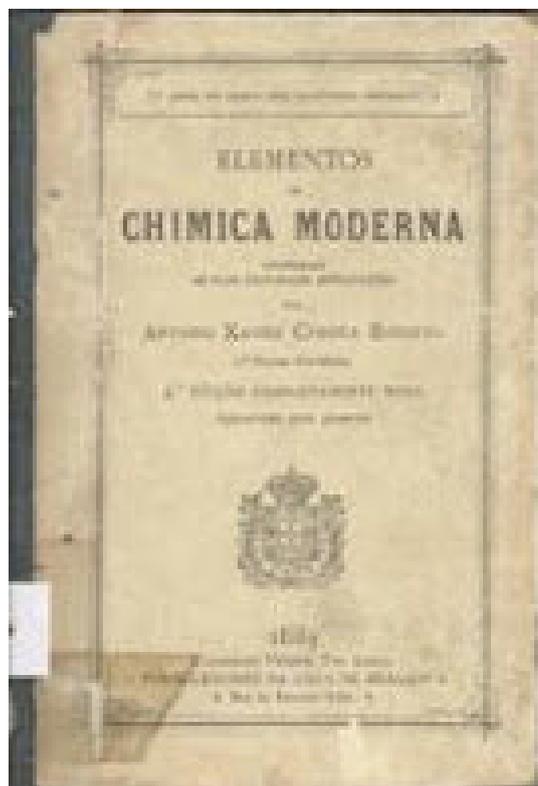
Nesta publicação, os utilizadores terão acesso à totalidade dos artigos publicados no blogue (em ambiente informático), mas cujos “links”, em virtude da passagem do tempo, entretanto se descontinuaram e são hoje impossíveis de recuperar.

Assim, continuando a comemorar-se os 10 anos do BAME, garantimos o acesso total à informação, tal como ela foi colocada *online*.

Alertamos que não foi feita uma correção dos textos face ao acordo ortográfico em vigor, optando-se por manter a forma de escrita original.

2012/01/04

UM MANUAL PARA O ENSINO DA QUÍMICA NOS FINAIS DO SÉCULO XIX



"Entre a multidão de fenómenos que se apresentam à nossa contemplação, uns há que desaparecem com a causa que os produziu; outros, pelo contrário, permanecem independentemente do agente que os fez manifestar. Os primeiros são chamados phenomenos physicos, e pertencem especialmente à physica; os segundos são os chimicos e são do domínio da chimica".

Esta explicação pode ler-se na introdução do manual Elementos de Chimica Moderna (4^a ed., 1883) escrito para os alunos do ensino secundário nos finais do século XIX.

Façam download do artigo [aqui](#)

2012/01/11

“Melhor do que a natureza” – Modelos anatômicos no Museu Virtual da Educação



O uso de modelos anatômicos tem uma longa tradição em contexto das práticas pedagógicas, não só no ensino básico e secundário, mas também no ensino universitário. Os séculos XVIII e XIX foram os mais significativos ao nível da produção de modelo didáticos, não só pelo rigor científico que apresentam, mas também, pela sua função eminentemente prática e pelo seu valor artístico.

Faça download do artigo [aqui](#).

2012/01/16

Peça do mês de Janeiro



Painel de azulejos

Painel de azulejos emoldurado em base de madeira. Destaca-se, ao centro, uma mulher de lenço à cabeça que segura no colo uma réplica de um moliceiro, acompanhada por uma criança. Atrás deles, surge um conjunto de três homens de chapéu de abas largas, sendo que um deles segura numa viola. Nas laterais, surgem mais dois músicos (um tocador de gaita de foles e um de tambor), enquanto o flautista está sentado no chão, virado na direção da mulher. Data do ano de 1953 e foi realizado por alunos da escola, no âmbito das Artes Visuais.

O painel pertence à Escola Secundária Dr. Mário Sacramento, Aveiro, com o número de inventário ME/400970/56. A escola foi criada em 1893 como Escola de Desenho Industrial de Aveiro, com o objetivo de formar indivíduos que pudessem trabalhar na indústria de cerâmica, florescente nesta zona. Em 1898 passou a designar-se como Escola Industrial e em 1914 como Escola

Industrial e Comercial, abrangendo outras áreas do ensino técnico, como é o caso da costura, talha, carpintaria, serralharia ou eletrotécnica.

Após 1974, a Escola passou a Escola Secundária n.º 1 de Aveiro. Em 2002 adotou como patrono o Dr. Mário Sacramento, que deu o nome à instituição. Mário Emílio de Moraes Sacramento (1920 —1969), médico, escritor e teorizador do movimento neorrealista, foi uma figura de grande destaque no panorama político português devido à sua oposição ao regime do Estado Novo.

A cerâmica desempenhou desde sempre um papel preponderante na região de Aveiro. Durante o século XVI esta atividade ganhou importância através do aparecimento das primeiras “fábricas” de olaria. O século XVIII marcou o desenvolvimento da cerâmica artística decorativa, sendo de destacar a Fábrica do Côjo, fundada em 1775 por João Rodrigues Branco, que implantou a cerâmica elaborada com barro branco. A partir de 1860, esta fábrica começou a produzir azulejos através de uma nova técnica de estampilhagem. Em 1882 foi fundada a Fábrica da Fonte Nova, responsável pela produção de objetos bastante diversificados, desde a louça comum até peças de azulejaria. A necessidade constante de pessoal qualificado e artistas esteve, assim, na origem da Escola de Desenho Industrial de Aveiro. A partir de 1905 esta fábrica degradou-se e teve de competir com a nova Fábrica dos Santos Mártires, mais tarde Fábrica Aleluia, criada por antigos operários, que incentivou a produção do azulejo.

A partir de 1911 foram criadas várias fábricas em Aveiro, assistindo-se a um novo fôlego a partir da primeira guerra mundial, contribuindo para o sucesso da região na produção cerâmica nacional.

Bibliografia e informação adicional:

<http://www.aveiro.eu/page.asp?lg=pt&pid=161>

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2170.pdf>

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223394764P3rXB4nf5As64EQ1.pdf>

<http://www.aveiro.co.pt/categoria.aspx?categoria=museus>

Para consultar a história da Escola Secundária Dr. Mário Sacramento:

<http://www.esms.edu.pt/>

2012/01/25

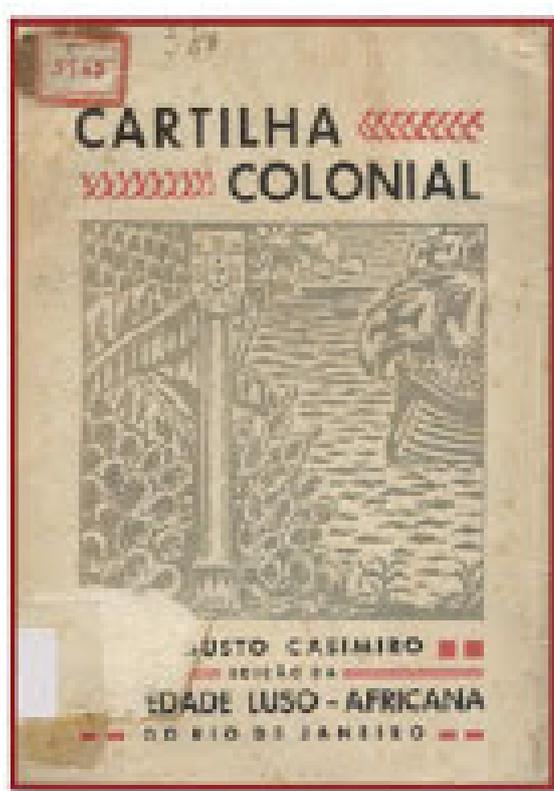
As coleções etnográficas no Museu Virtual: Escolas Secundárias Sá de Miranda e João de Deus.



A presente exposição virtual tem por base as coleções etnográficas presentes no Museu Virtual da Educação. A coleção da Escola Secundária Sá de Miranda, supostamente originária dos Bijagós, arquipélago constituído por cerca de 88 ilhas, parte da Guiné-Bissau, é muito significativa. A coleção da Escola Secundária João de Deus é originária de Angola e apresenta uma profusão de objetos que incluem desde peças utilizadas diariamente até obras de arte.

2012/01/31

"Cartilha Colonial" - Um Manual para o Império

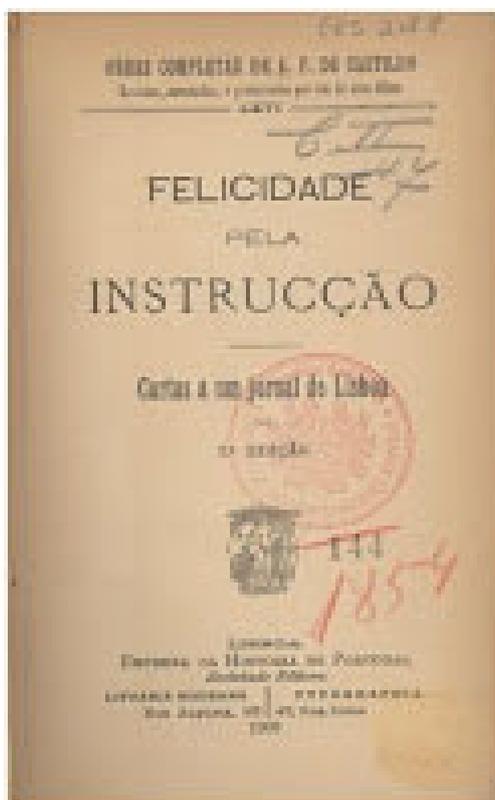


A Cartilha Colonial, uma edição da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, do ano de 1937, integra a coleção de Manuais Escolares da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. Trata-se de um livro curioso que marca um período recente da nossa História.

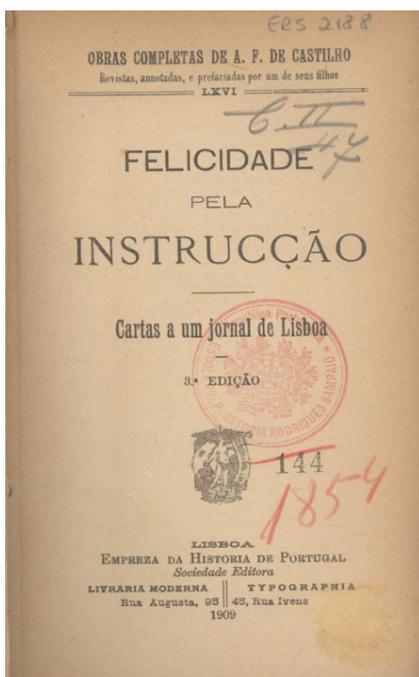
Faça download do artigo [aqui](#).

2012/02/08

"Felicidade pela Instrução"



«Felicidade pela instrução» é o título de um dos muitos livros escritos por António Feliciano de Castilho. Lido nos dias de hoje, este é um título que de algum modo nos faz sorrir... O conteúdo da obra, porém, é menos metafísico do que o seu nome deixaria supor. Trata-se de um conjunto de textos sobre temas diversos: escolas, métodos de ensino, disciplinas, etc. A expressão «felicidade pela instrução», escolhida para intitulação, revela, sobretudo, o perfil do seu autor e a forma apaixonada como era abordado o tema da instrução em meados do século XIX.



Castilho, António Feliciano de, *Felicidade pela Instrução: cartas a um jornal de Lisboa*. 3ª ed. Lisboa: Empresa de História de Portugal, 1909.

Os textos reunidos nesta obra (que conhece várias reedições entre as quais a de 1909 que aqui reproduzimos) foram escritos ao longo da década de 50 do século XIX. Muitos deles foram sendo publicados em jornais, sob a forma de «cartas» e o próprio autor toma a iniciativa de os reunir num só volume, ainda em 1854.

Como escreve António Feliciano de Castilho no prólogo, os textos aqui reunidos constituem “uma coleção de apontamentos, de factos, lembranças e conselhos; ou uma espécie de índice dos pontos que no assunto da instrução popular devem ser considerados”; os quais, a serem postos em prática permitiriam o “florescer de uma sociedade mais ditosa e mais digna de o ser” (p. 12).

Assim, a ‘felicidade’ de que aqui se trata não é, (ou não é apenas) a felicidade individual dos indivíduos que têm acesso à instrução. Trata-se antes de uma ideia de ‘felicidade coletiva’, dos povos e das nações, que Feliciano de Castilho acreditava só ser possível de alcançar pelo aumento decisivo e generalizado dos níveis de alfabetização e de cultura geral.

Castilho não é o único no seu tempo a ter esta convicção. Os intelectuais e os homens de cultura do século XIX alimentavam uma crença profunda na instrução como instrumento - quase como fórmula mágica – de desenvolvimento e de progresso das nações.

Esta crença não vê na instrução apenas um recurso individual. Eles têm a percepção de que ela permite às populações não apenas responder, em contexto laboral, às mudanças decorrentes da industrialização, como também ter acesso a uma participação nos assuntos públicos e na atividade política. Ou seja, a expansão da escolarização produziria efeitos para além do campo da produção e do trabalho, permitindo também fortalecer o tecido social em termos cívicos e

políticos, pelo aparecimento progressivo de uma opinião pública informada, fundamental para sustentar a consolidação do liberalismo.

Paralelamente, é também no século XIX que o estatuto da criança como ser humano frágil e merecedor de cuidados ganha especial força. O romantismo alimenta uma visão da infância como um período de florescimento, delicado e sensível, para cujo desenvolvimento harmonioso o processo educativo deveria contribuir.

Castilho é um fervoroso defensor desta visão da infância. Poeta, escritor e tradutor, dedicou uma boa parte da sua vida à defesa do desenvolvimento de métodos de ensino capazes de motivar as crianças e de as conquistar pacificamente para o trabalho escolar.

Para esta causa, que tanto defendeu, contribuiu talvez a sua própria experiência de uma infância especialmente frágil, com sérios problemas de saúde, dos quais acabou por resultar a sua cegueira aos 6 anos de idade.



A sua formação só foi possível graças à companhia fiel do seu irmão, praticamente da mesma idade, que com ele frequentou a Universidade de Coimbra, onde ambos se licenciaram em Cânones.

Mas esta ideia de a criança como ser frágil e delicado é corrente no romântico século XIX. Temos manifestações dela na arte, na literatura e também,

	Pag.
Advertencia dos Editores.....	5
Functoens pela Instrução:	
Prologo: Ao Ex. ^o Comendador José Jacintho Tavares, Prior de Santa Isabel, Deputado da Nação Portuguesa.....	9
Instrução Pasmama — Cartas a um jornal de Lisboa:	
Carta I — Introduçào.....	15
Carta II — Recetas para melhoramento da Instrução.....	27
Carta III — Methodos e Modos.....	33
Carta IV — Methodo portuguez.....	37
Carta V — Continuação do assumpto.....	45
Carta VI — Continuação da analyse do Methodo portuguez.....	51
Carta VII — Quadro das disciplinas nas escolas primarias.....	59
Carta VIII — Livros escolares.....	65
Carta IX — Collegios e escolas particulares.....	71
Carta X — Fundaçào de um grande Collegio Nacional.....	77
Carta XI — Discipulos.....	91
Carta XII — Continuação do assumpto.....	97
Carta XIII — Ministerio da Instrução publica.....	101
Carta XIV — Estimulos e premios.....	107
Carta XV — Escrita.....	113
ADITAMENTOS:	
I — Manifesto da Comissào Geral de Instrução Primaria pelo Methodo portuguez no Reino e Ilhas.....	119
II — Carta ao Marechal Duque de Saldanha sobre o projecto de um monumento a S. M. F. a Senhora D. Maria II.....	133
III — Considerações sobre algumas phrases do Relatório do Ministerio do Reino ás Camaras Legislativas de 30 de Junho de 1854.....	141

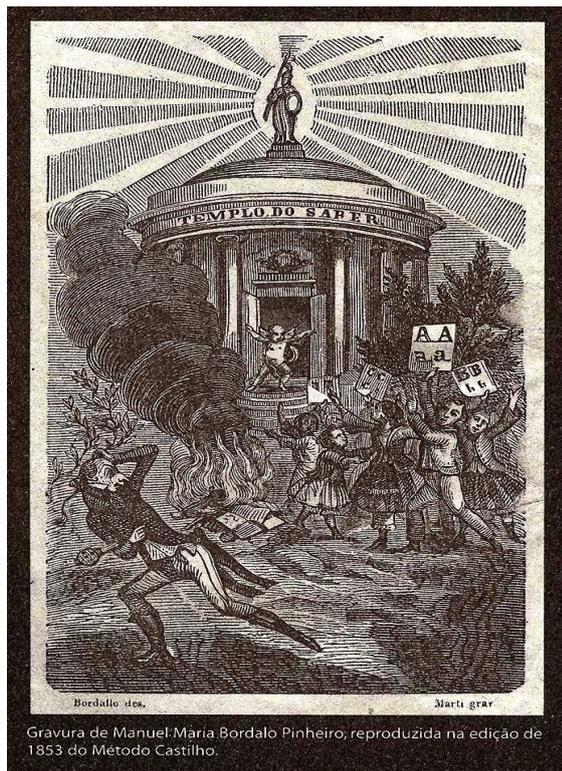
naturalmente, na teorização pedagógica. A defesa de uma «escola centrada na criança» é um tema que percorre diversos autores, como G. Stanley Hall, que virá a ser professor de John Dewey, um dos pensadores com mais influência sobre a reflexão pedagógica da segunda metade de oitocentos.

Especialmente preocupado com a questão da aprendizagem da leitura, Castilho inventa um método de ensino, que apresenta em 1850, e que designa como «Método Português de Leitura Repentina».

Envolve-se, depois, na defesa veemente, quase obstinada, da aplicação generalizada desse seu método, escrevendo páginas e páginas a seu favor, publicadas em revistas e jornais da época. Progressivamente, consegue conquistar apoios para as suas ideias, acabando por receber a consagração oficial ao ser nomeado, em 1853, 'Comissário-Geral de Instrução Pública pelo Método de Leitura Repentina'.

Como se pode ver pelo índice desta obra, a defesa do «Método português» ocupa uma parte significativa destes seus escritos, incluindo o “Manifesto da Comissão Geral da Instrução Primária pelo Método português no Reino e Ilhas”, que constitui o primeiro “aditamento” (p. 119 e segs).

Na edição de 1853 do seu «Método» vem reproduzida uma gravura de Manuel Maria Bordalo Pinheiro que é uma autêntica alegoria ao pensamento de António Feliciano de Castilho.



Gravura de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, reproduzida na edição de 1853 do Método Castilho.

Nela podemos ver o ‘templo do saber’ - a escola - de onde irradiam raios de luz, a ser expurgada dos seus males: os antigos livros são queimados numa fogueira, enquanto as crianças exibem, como estandartes, as estampas com as letras do alfabeto, simbolizando o ensino através de novos métodos.

E em primeiro plano, sendo escorraçado do ‘templo do saber’, o antigo ‘mestre-escola’ levando consigo o mais temido objeto da escola primária: a palmatória.

A acompanhar esta gravura poderíamos recordar os versos do «Hino à escola»

composto por Feliciano de Castilho em 1849:

Sem terror, sem vis castigos,
rindo a escola nos atrai
Tem o mestre em nós amigos,
temos nele amigo e pai.

Firme defensor da escolarização, propondo multas e penalizações para os pais que não enviem os seus filhos à escola, Castilho defende, ao mesmo tempo que esta deve ser um lugar aprazível e de bem-estar, e a aprendizagem um processo tranquilo, expurgado do «terror» e dos «vis castigos» que nesta época lhe estavam manifestamente associados.

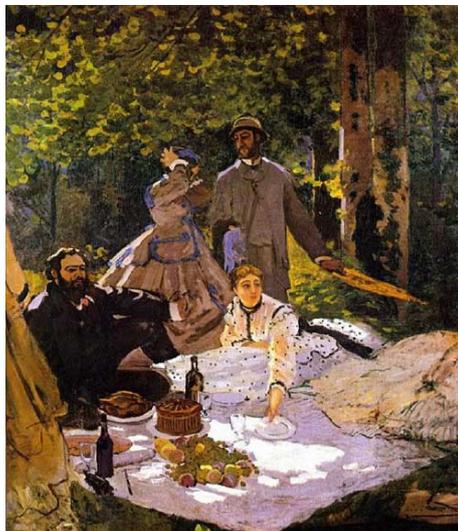
Lê-se na *Felicidade pela Instrução* (p. 31):

«Cada escola deveria ser, quanto possível, espaçosa, clara, arejada, mobilada, e abastecida de todo o necessário, tendo cómodos para a residência do Mestre e um terreiro ou pátio com suas sombras verdes para esparecimento dos alunos, e, nos dias formosos, até para ali se darem lições.

Uma aula assim, humana e hospedeira por dentro, por fora risonha e convidativa, contribuiria admiravelmente, e melhor que raciocínios e exortações, para que o Povo confluísse a se instruir».

As recomendações a respeito de arejamento e iluminação que aqui encontramos, e que hoje nos podem parecer sem importância, estão nesta época na ordem do dia. É no século XIX que as teorias higienistas se difundem e que os edifícios escolares começam a ser pensados em função de requisitos de salubridade que decorrem da evolução do pensamento médico, também ele em profunda transformação.

A nova concepção de vida que a medicina colhe do movimento filosófico romântico faz da higiene e da salubridade conceitos-chave no combate e na prevenção de enfermidades. Os passeios e os piqueniques



ao campo tornam-se uma prática comum entre a burguesia urbana de oitocentos, que artistas como Claude Monet (na imagem aqui reproduzida) representam em tela.

A predileção pela natureza que tão fortemente caracteriza as expressões artísticas do movimento romântico, tem, portanto, o seu correspondente no pensamento médico e higienista que vê no ambiente campestre um território terapêutico e salubre. É este bucolismo um pouco ingênuo que encontramos também aqui, na sugestão de Castilho sobre lições ao ar livre, sob a sombra das árvores, para ‘espairecimento dos alunos’.

Numa época em que a salubridade não era apanágio dos edifícios escolares e o cotidiano escolar não contemplava preocupações com a saúde das crianças, a defesa deste tipo de argumentos foi fundamental para reorientar a atenção das elites e dos decisores políticos. Não sendo um especialista em pedagogia, e envolvendo-se muitas vezes em polémicas de forma excessivamente inflamada, Castilho teve a respeito da escola e da organização do ensino uma intuição que lhe valeu o reconhecimento tanto dos seus defensores como dos seus detratores, contribuindo expressivamente para o debate educativo do seu tempo.

Bibliografia:

Albuquerque, Luis de, e Mourão-Ferreira, David (1976). *António Feliciano de Castilho: educador, poeta*. Lisboa: [s.n.].

Castilho, Júlio de (1881). *Memórias de António Feliciano de Castilho*. Lisboa, Academia Real das Ciências.

Grmek, Mirko D. (1999). *Histoire de la pensée médicale en Occident*. Vol 3: *Du romantisme à la science moderne*. Paris: Éditions du Seuil.

Magalhães, Justino (2003). Castilho, António Feliciano de, in António Nóvoa (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: ASA, 311-316.

Nóvoa, António (2005). *Evidentemente: histórias da educação*. Porto: ASA.

Reis, Carlos, Dir. (2001), *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Vol. 5: *O Romantismo*. Lisboa: Verbo.

2012/02/13

Peça do mês de fevereiro



Escultura/Busto

Busto da República elaborado em gesso pintado. A escultura representa uma figura feminina com cabelos longos caídos sobre os ombros, envergando na cabeça o barrete frígio. Tem um dos ombros descobertos e na zona do peito tem gravadas as armas de Portugal. Está pintado em tons de bronze, com traço bastante delicado.

O busto pertence ao espólio museológico da Escola Secundária David Mourão-Ferreira, Lisboa, com o número de inventário ME/ESDMF/276. Este espólio foi doado pela Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) à Secretaria-Geral e reveste-se de grande importância, uma vez que incorpora objetos provenientes das Escolas Secundárias Dona Maria I e Veiga Beirão, extintas em 1997. Na origem da Escola Comercial D. Maria I, designação de 1948, está a Escola Comercial Rodrigues Sampaio. Desta

forma, embora o busto possua um número de inventário da Escola Secundária D. Maria I, poderá ter transitado da sua antecessora, Rodrigues Sampaio.

A imagem da República personifica o regime republicano e é representada, iconograficamente, por uma mulher, com um barrete frígio, inspirada na pintura de Eugène Delacroix. Em Portugal foi adotada como símbolo a partir da implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, seguindo os modelos existentes. A partir de 1911, Simões de Almeida esculpe uma imagem da república que se torna oficial, inspirada em Ilda Pulga. Passou a ser utilizada como efígie nas moedas e colocada em todos os edifícios públicos.

Este busto apresenta uma particularidade que se deve ao facto de possuir as armas de Portugal na sua roupa, os cinco escudos e as cinco quinas, e de estar gravada a data de 1288 no verso.

Bibliografia e informação adicional:

<http://projectobame.blogspot.com/2010/09/espolio-da-escola-secundaria-david.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ef%C3%ADqje_da_Rep%C3%BAblica

<http://chaodeareia.agcolares.org/2010/02/vale-a-pena-conhecer-a-historia-do-busto-da-republica-ilga-pulga/>

<http://artes-vivas-index3.blogspot.com/2010/07/os-bustos-da-republica.html>

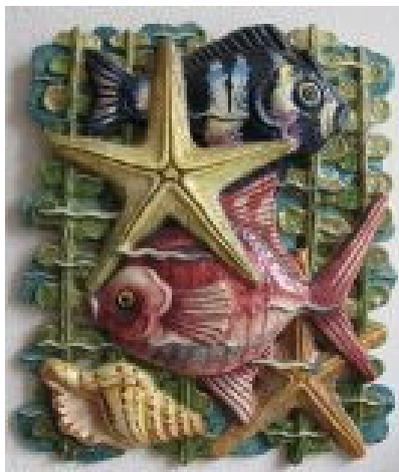
http://pt.wikipedia.org/wiki/Implanta%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_Portuguesa

<http://centenariorepublica.pt/>

http://www.museu.presidencia.pt/expo_geral.php?id=2

2012/02/24

A coleção de cerâmica da ES Dr. Mário Sacramento, Aveiro



ME/400970/6

Encontra-se disponível para visita on-line no Museu Virtual da Educação uma exposição sobre peças de cerâmica da Escola Secundária Mário Sacramento. São obras repletas singular beleza, que incluem jarras, azulejos, painéis ou pratos decorativos.

“A Escola Secundária Dr. Mário Sacramento em Aveiro foi criada em 1893 como Escola de Desenho Industrial de Aveiro, com o objetivo de formar indivíduos que pudessem trabalhar na indústria de cerâmica, florescente nesta zona. Em 1898 passou a designar-se como Escola Industrial e em 1914, Escola Industrial e Comercial, abrangendo outras áreas do ensino técnico. Após 1974, a Escola passou a Escola Secundária n.º 1 de Aveiro e em 2002 adotou como patrono o Dr. Mário Sacramento, que deu o nome à instituição. A cerâmica desempenhou desde sempre um papel preponderante na região de Aveiro. Durante o século XVI esta atividade ganhou importância através do aparecimento das primeiras “fábricas” de olaria. O século XVIII marcou o desenvolvimento da cerâmica artística decorativa, sendo de destacar a Fábrica do Côjo, fundada em 1775 por João Rodrigues Branco, que implantou a cerâmica elaborada com barro branco. Em 1882 foi fundada a Fábrica da Fonte Nova, responsável pela produção de objetos bastante diversificados, desde louça comum até peças de azulejaria, com necessidade constante de pessoal qualificado e artistas. A partir de 1911 foram

criadas várias fábricas em Aveiro, assistindo-se a um novo fôlego a partir da primeira guerra mundial, contribuindo para o sucesso da região na produção cerâmica nacional. Como tal, existem inúmeros exemplares de cerâmica de grande beleza e originalidade na atual ES Dr. Mário Sacramento, disponíveis para visita *online* no Museu Virtual da Educação. As peças escolhidas englobam um período que vai de 1927 a 1967, sendo a maior parte da década de 50 do século XX. Podemos destacar as placas decorativas em relevo, representando diversos animais, com grande harmonia de cores e pormenor. Os jarrões, quer sejam cópias ou originais, demonstram a criatividade e graciosidade das linhas. A cerâmica decorativa, nomeadamente pratos ou mísulas, estão repletos de imagens de singular beleza, desde a simples representação de um rosto, até às composições de carácter geometrizar, passando pela representação naturalista. Não podemos deixar de mencionar os excepcionais painéis de azulejo, poli ou monocromáticos, que apresentam representações de cenas da vida quotidiana, muitas delas relacionadas com a vivência da população local.”



ME/400970/41



ME/400970/36

2012/02/28

COSTA, António da, Necessidade de um Ministério de Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868



D. António da Costa de Sousa Macedo foi o primeiro ministro da Instrução Pública do nosso país, cargo que ocupa entre 22 de junho e 29 de agosto de 1870. Dois anos antes, em 1868, escreve um pequeno livro intitulado precisamente *Necessidade de um Ministério de Instrução Pública*. Os seus argumentos terão sido convincentes, e o "Ministério dos Negócios da Instrução Pública" (assim se chamou o mais remoto antepassado do Ministério da Educação e Ciência) foi então criado.

2012/03/05

A escultura no património museológico da educação



ME/ESDMF/328

Encontra-se disponível para visita *online* no Museu Virtual da Educação uma exposição sobre peças escultóricas. Inclui diversas obras que são parte integrante da arquitetura escolar ou produção de alunos.

“A escultura é uma arte que se centra na representação tridimensional (total ou parcial) através do recurso a diversos materiais e técnicas. Destaca-se da pintura, uma vez que adiciona a perceção táctil, embora também se aproxime pela representação do mundo e do simbólico. Por outro lado, a sensação de peso e de volume, torna a escultura mais próxima da arquitetura, uma vez que está focada nas formas estáveis e estruturadas, muitas vezes fazendo parte integrante de um conjunto arquitetónico.

Os processos escultóricos são bastante diferentes (o entalhe ou cinzelado ou ainda o modelado), bem como os materiais utilizados (a pedra, a argila, o metal, a madeira, enfim, tudo o que a criatividade do escultor ditar). Atualmente, através do uso de novas técnicas e materiais, podem incluir-se peças em movimento, luz, imagens e sons.

Sendo vital na formação do indivíduo, a educação artística é uma das componentes do ensino básico e secundário, desenvolvendo a criatividade, permitindo a exploração do mundo e dos diversos valores e a compreensão das

diferentes expressões culturais. Desta forma, através das Artes Visuais, os alunos podem vivenciar a experiência estética, obtendo uma maior sensibilidade artística e disfrutando com maior plenitude do património cultural. A apreensão de conceitos relativamente à arte e à estética permitem que o indivíduo consiga analisar de forma crítica o universo à sua volta, compreender as formas de expressão plástica que o rodeiam e estruturar o olhar e o sentir.

Como tal, a produção escultórica escolar é rica, vasta e diversificada, quer em técnicas, quer em materiais. As peças escolhidas para integrarem esta exposição incluem esculturas elaboradas especificamente para integrarem o espaço escolar, como é o caso do busto de David Mourão-Ferreira ou do Infante D. Henrique, e trabalhos de alunos. Abrangendo um período que vai de 1937 a 1997, são obras representativas do património museológico da educação. As tipologias das esculturas são diversas: o busto, a estátua propriamente dita, o alto-relevo e pequenas peças escultóricas. Quanto aos materiais usados podemos apontar o bronze, o gesso, a cerâmica, a pedra, entre outros.”



ME/400970/80



ME/401122/48



ME/400970/89

2012/03/09

"Mãos que prestam"



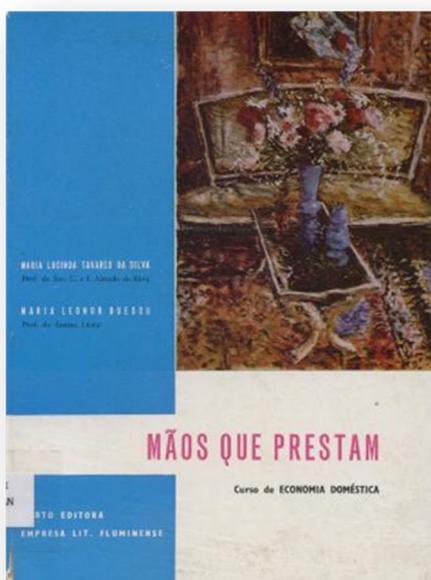
Um verdadeiro manual para a futura “dona de casa”, uma edição da Porto Editora, dos anos sessenta, outrora pertença da Biblioteca e Museu do Ensino Primário e que integra, atualmente, a coleção de Manuais Escolares da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

«MÃOS QUE PRESTAM» Curso de ECONOMIA DOMÉSTICA



“Com este livro, esperamos oferecer à Rapariga Portuguesa, em especial à Aluna das Escolas Comerciais e Industriais, um guia de *bom-senso*. À professora, um apoio e um auxiliar.” (Silva & Buescu, s.d.:6)

Um verdadeiro manual para a futura “dona de casa” que se quer prendada, diríamos no mínimo, hoje, ao folhearmos *Mãos que prestam*, uma edição da Porto Editora, dos anos sessenta, outrora pertença da Biblioteca e Museu do Ensino Primário e que integra, atualmente, a coleção de Manuais Escolares da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Educação. O livro, melhor, o manual que ora



damos a conhecer – pois de verdadeiro manual se trata – dirige-se às raparigas dos Cursos de Formação Feminina; Geral do Comércio e Auxiliar de Laboratório Químico e custava, à época, a módica quantia de “Preço: 45\$00”.

As autoras (Maria da Conceição Tavares da Silva e Maria Leonor Buescu) esmeraram-se por fiéis aos cânones do tempo, seguir a fiel doutrina de – conforme referem no texto preambular: “[...] formar a Mulher de Hoje, diferente da de Ontem –

unicamente votada às tarefas do Lar e da Maternidade – a qual, sem deixar de ser Esposa e Mãe, é também Profissional e Cidadã.” De início, fica de imediato sublinhado que o livro é “dedicado à geração da Mulher do Futuro” e pretende:

“[...] sistematizar um conjunto de conhecimentos práticos que, empiricamente adquiridos, exigiriam tempo e esforço que o ritmo da vida moderna, em muitos casos, recusa; coordenar um certo número de noções de ordem prática com princípios de ordem moral e, desse modo, espiritualizar, por assim dizer, as tarefas tantas vezes reduzidas pela rotina à monotonia e votadas ao desinteresse [...]” (Silva & Buescu, s.d.:6)

O próprio título é, em si mesmo, bastante claro e sugestivo. Pretende-se formar e educar futuras boas esposas e mães, verdadeiras “fadas do lar”, hábeis e desembaraçadas, capazes de cuidar da família com verdadeira dedicação e afinco, aprimoradas em tudo o que concerne ao Lar.

Caso dúvidas houvesse, atente-se, a título de exemplo, no seguinte:

Programa do 1.º ANO

INTRODUÇÃO: Objecto e finalidade da Economia Doméstica. A boa dona de casa; sua influência nas condições económicas e morais da Família.

O VESTUÁRIO: Características de um vestuário saudável, económico e elegante. Arranjo e limpeza das roupas interiores e exteriores. Lavar e passar a ferro roupas de casa e interiores. Sabões, lixívia e outras substâncias desengordurantes. Passajar, remendar, apanhar malhas. Limpeza e conservação do calçado.

PRÁTICAS DE CULINÁRIA: Arranjo, limpeza e disposição dos utensílios de cozinha. Lavagem de loiças. Os combustíveis, seu estudo económico.

(Diário do Governo, n.º 8, 1.ª Série, de 12 de Janeiro de 1962).

Nada é descurado ou ficará por abordar – as “Práticas de Culinária”; o “Arranjo da Mesa”; a “Arte Doméstica” e “O Governo da Casa”, serão matérias abordadas nos dois anos seguintes. Deste modo, pretende-se que ao longo de três anos nada fique por ensinar à futura Mulher: Profissional, Esposa e Mãe. Nestas condições, e nas palavras das autoras, pretende-se oferecer à Rapariga Portuguesa “um guia de bom-senso. À Professora, um apoio e um auxiliar”.

O livro, na sua condição de manual, apresenta-se claramente estruturado, profusamente ilustrado, enumerando de modo claro, sistemático e exemplificativo os diversos itens e assuntos abordados ao longo das páginas.

A questão da instrução e da educação das mulheres, ou da educação feminina, e o estatuto da Mulher na sociedade é um assunto importante, amplamente debatido, porventura inserido no centro de um debate mais alargado em que o peso das tradições, e mesmo dos preconceitos, pode gerar alguma tensão e oposições. Normalmente, o eixo da controvérsia situa-se no suposto princípio de igualdade entre os sexos e na questão da liberdade e igualdade de direitos e deveres.

Se hoje nos parece, à luz dos nossos parâmetros, no mínimo, caricato e exagerado é preciso situar a obra no devido contexto histórico. Na altura em que é editado, Portugal vivia ainda sob o regime do Estado Novo, período durante o qual a educação e a instrução da Mulher eram definidas e orientadas em moldes muito limitados e controlados. Nascida e criada num ambiente familiar, era dentro de casa que a maioria das raparigas tomava a sua instrução, as mais das vezes fortemente centrada nos valores religiosos e morais apregoados pelo regime, sendo a instrução elementar e a educação familiar voltada para a preparação e realização das atividades domésticas e pouco mais. A ausência do lar da mãe para trabalhar, não era bem vista. Não esqueçamos igualmente que, por esta mesma altura, o ensino ministrado separava ainda os sexos e a sociedade – moralista e conservadora – tinha bem definido quais os papéis atribuídos ao homem e à mulher. A conceção católica do matrimónio aliada a uma imagética multissecular e conservadora conduz ao protótipo da imagem que se quer da mulher: feminina, recatada e pudica, mãe extremosa e companheira fiel e diligente.



“Na divisão das funções entre os cônjuges, a economia doméstica é reservada à mulher. Ela deverá ocupar-se das coisas da casa, da limpeza, da alimentação, do vestuário e da própria educação dos filhos. Tudo isto sob o signo da poupança e moderação no gasto.” (Reis, 1990:367)

Ao homem, ao “chefe de família” (na nomenclatura da época) caberia a responsabilidade de trabalhar fora do lar para prover ao sustento e manutenção material, ao passo que a sua companheira olhava pela economia caseira. Esta situação tradicionalíssima e multissecular, representa o perpetuar de um imaginário que materializa na mulher a representação da mãe cuidadosa e da governanta

atenta que se esforça, ela própria, por assegurar o bem-estar da rotina quotidiana e o bom curso da maioria das tarefas domésticas.

Entre outras, e em Portugal, em meados do século passado, são igualmente publicadas revistas (“Modas e Bordados”; “Menina e Moça”; “Eva”, etc.) que se destinam a um público claramente feminino e que propagam o retrato da “mulher ideal”. Dela se espera uma posição de recato, de apagamento, de servilidade. A literatura que se publica, escrita na sua maioria por homens, assim sugere e exemplifica.

A partir dos anos setenta, a sociedade de consumo ocidental que começou a desenhar-se no pós-guerra, começa a dar sinais de mudança.

“O novo regime do trabalho doméstico, não necessitando já de uma presença permanente no lar, permitiu a disponibilização quotidiana de uma força de trabalho feminina para a produção extradoméstica de bens e serviços. Este novo regime apelou também para essa força de trabalho, porque um segundo salário se tornou, muitas vezes, necessário para que as famílias – e as donas de casa – pudessem ter acesso a produtos, equipamentos e serviços que substituíram, total ou parcialmente, o trabalho doméstico tradicional.” (Duby e Perrot, 1991:492)



Em Portugal, à semelhança de outros países ocidentais, só a partir das décadas de setenta e oitenta, após a implantação do regime democrático, se começa a registar alguma (lenta e progressiva) abertura para a libertação doméstica da mulher. Para tanto, muito contribuiu o aperfeiçoamento e a divulgação de produtos e aparelhos auxiliares nas tarefas domésticas e a possibilidade de vir a adquirir fora progressivo número de tarefas e serviços, como a confeção de vestuário e a preparação ou o serviço de refeições. Nos grandes meios urbanos litorais, estendendo-se progressivamente ao interior, as mulheres passam a

desempenhar novas funções e a ocupar postos de trabalho, outrora nas mãos de homens. Lenta, e progressivamente, a sociedade começa a mudar...

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DUBY, Georges & PERROT, Michelle (1991). *História das mulheres no Ocidente* (Vol. 5). Lisboa: Afrontamento.

MIALARET, Gaston & VIAL, Jean. (s.d.). *História mundial da educação* (Vol. 3). Porto: Rés-Editora.

REIS, António (1990). *Portugal contemporâneo* (Vol. 4). Lisboa: Alfa.

SERRÃO, Joel & MARQUES, A.H. de Oliveira (1992). *Nova história de Portugal* (Vol. 12). Lisboa: Presença.

SILVA, Maria Lucinda Tavares da & BUESCU, Maria Leonor (s.d.). «*Mãos que prestam*» : curso de economia doméstica. Porto: Porto Editora ; Lisboa: Emp. Lit. Fluminense.”

2012/03/13

Peça do mês de Março



Peça de carpintaria

Trabalho prático realizado por alunos no âmbito da disciplina de Marcenaria. Trata-se de uma miniatura de uma mesa de carpinteiro com utensílios e ferramentas, típicas de uma carpintaria, de grande pormenor e realismo. Data da década de 60/ 70 do século XX.

Pertence à Escola Secundária Tomás Cabreira, com o número de inventário ME/400476/117.

A Escola Comercial de Tomás Cabreira foi criada em 1921, resultando da nova designação dada à Escola Comercial de Faro, estabelecida em 1818. Em 1930, através da fusão da Escola das Artes e Ofícios Pedro Nunes e da Escola Comercial de Tomás Cabreira, foi criada uma só instituição denominada Escola Comercial e Industrial de Tomás Cabreira. Em 1951, esta última fundiu-se com a Escola Técnica Elementar Serpa Pinto, dando origem

à Escola Comercial e Industrial de Faro. Em 1979, passou a ter a designação pela qual é hoje conhecida, Escola Secundária de Tomás Cabreira.

Tratando-se de uma Escola Comercial e Industrial, eram lecionados vários cursos de carácter técnico, como é o caso de Serralheiro, Contador-Eletricista, Carpinteiro-Marceneiro, Comércio e Formação Feminina.

A peça apresentada faz parte do espólio museológico da Escola e é significativa do trabalho desenvolvido pelos seus alunos, que conseguiram aliar a criatividade ao conhecimento da perspectiva e ao domínio técnico. Numa junção do trabalho artesanal e industrial, o marceneiro e as peças por ele produzidas transformam a madeira em algo de único, como é o caso desta maquete.

Bibliografia e informação adicional:

<http://museuestc.no.sapo.pt/>

Para consultar a história da Escola Secundária Tomás Cabreira:

<http://www.estc.pt.vu/>

http://estc3.no.sapo.pt/documentos/cronologia-e-patronos/H_crono.htm

<http://www.esec-tomas-cabreira.rcts.pt/aaaetc/indexjornal.htm>

2012/03/20

Dia Mundial da Agricultura – 20 de Março: o espólio museológico da Escola Secundária de Lousada



Celebrando o Dia Mundial da Agricultura, encontra-se disponível para visita online no Museu Virtual da Educação uma exposição sobre o espólio museológico da Escola Secundária de Lousada, que integra no seu património uma coleção de peças agrícolas da região.

“O **dia mundial da Agricultura** celebra-se a 20 de março comemorando o início da Primavera e o renovar de um ciclo na produção alimentar. O sistema agrícola mundial enfrenta atualmente vários problemas para os quais este dia pretende chamar a atenção: o aumento da procura de cereais, a deficiente capacidade de distribuição dos produtos e as alterações climáticas que provocam um desequilíbrio na produção. A implementação de melhores práticas agrícolas, voltadas para a natureza e não para a indústria são o caminho apontado para a resolução de algumas situações, numa tentativa de sustentabilidade e de conservação da biodiversidade. Associando-se a esta tendência de regresso à agricultura chamada “biológica”, a presente exposição procura divulgar uma série de objetos relacionados com a agricultura “tradicional” e com o ciclo de produção e transformação de diferentes matérias-primas, como o linho ou o pão. A Escola Secundária de Lousada, apesar de recente, integra no seu património museológico uma coleção de peças agrícolas da região. Criada em 1983 e funcionando na Quinta das Pocinhas (Cristelo), a Escola ministrava os “Cursos Gerais”. Só em 1986 passou para as atuais instalações, na freguesia de Pias. Deste acervo fazem parte instrumentos de trabalho da terra, como é o caso do

ancinho, da gadanha, dos semeadores, do arado, do mangual ou do jugo para atrelar os animais. Temos outro tipo de objetos de uso quotidiano, como trempes, potes, cestos, peneiras, ou mesmo cafeteiras e calçado típico desta região. As balanças, para pesar os cereais, a pipa para guardar o vinho ou a roda do oleiro também integram este núcleo, bem como os objetos ligados à tecelagem: o tear com os respetivos pentes e ripos, a lançadeira ou os pesos. São vários objetos tradicionais ligados à vida rural em todos os seus momentos, desde a produção e transformação alimentar, ao cultivo, recolha e fabrico de têxteis, passando por artefactos utilizados na vivência quotidiana da população.”



ME/402060/4



ME/402060/17

2012/03/26

Plano de Educação de Adultos.

Educação de Adultos **O caso do ensino recorrente**

A educação de adultos em Portugal é recente. Em finais de 1975, com a reestruturação dos serviços da Direcção-Geral da Educação Permanente, começa-se a definir o sistema nacional de educação de adultos, o chamado Plano de Educação de Adultos.



A educação de adultos em Portugal, tal como a conhecemos hodiernamente, é recente. Em finais de 1975, com a reestruturação dos serviços da *Direcção-Geral*

da *Educação Permanente*, começa-se a definir o sistema nacional de educação de adultos, o chamado *Plano de Educação de Adultos*. Em 1976, a Portaria n.º 419/76, explicita, no seu preâmbulo, a nova conceção da educação:

“Tem-se verificado, porém, que a perspectiva adotada de encorajar um processo de aprendizagem relativamente aos adultos, que faça destes - individualmente ou em grupo - sujeitos da sua própria educação e agentes criadores de uma verdadeira cultura nacional, não se compadece com a manutenção em vigor das portarias que regulam os programas e exames da chamada ‘4ª classe para adultos’.

Neste sentido, não é relevante a existência de programas rígidos - contendo marcos de um saber teórico desenraizado da prática das populações. Opta-se aqui pela definição de capacidades a desenvolver e a demonstrar pelos adultos, em função das suas zonas de interesses ou de intervenção.” (Portaria n.º 419/76).

A Portaria acima mencionada define normas orientadoras do processo de aprendizagem e, simultaneamente, estabelece critérios da avaliação final de educação de adultos. Esta nova conceção de educação assenta na elaboração de programas intersubjetivos, ou seja, os marcos teóricos de aprendizagem devem ser canalizados para as necessidades reais da população, diremos dos interesses e aptidões a desenvolver pelas comunidades escolares.

Os cursos gerais de ensino secundário recorrente, por sua vez, são criados pelo Despacho n.º 273/ME/92, de 10 de Novembro. Por seu turno, o Despacho n.º 41/SEED/94, de 14 de Junho, cria, em regime experimental, cursos técnicos de ensino secundário recorrente.

“Considerando que o Decreto-Lei n.º 74/91, de 9 de Fevereiro, no artigo 10.º, determina que os planos curriculares do ensino secundário recorrente sejam estabelecidos em função das características e necessidades dos destinatários, devendo os mesmos incluir componentes de carácter regional e de natureza artística e profissional; Tendo em conta o disposto nos Despachos n.ºs 273/ME/92, de 10 de Novembro, e 41/SEED/94, de 14 de Junho; Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/91, de 9 de Fevereiro, e no n.º 8 do Despacho Normativo n.º 193/91, de 5 de Setembro [...]” (Portaria n.º 144/98)

Como verificamos, a Portaria n.º 144/98 de 6 de março (D.R. Série B, n.º 55, 1998), tal como a portaria anteriormente referida, n.º 419/76, consolidam a mesma preocupação: os programas devem ser estabelecidos em função das características e necessidades dos destinatários.

“O ensino recorrente de adultos insere-se numa política de educação que visa permitir a frequência dos ensinos básico e secundário aos indivíduos que já não se encontram em idade escolar normal no ciclo de estudos que vão frequentar. [...]. Os planos curriculares e os programas e métodos de estudo são organizados de forma diversificada, tendo em conta os grupos etários a que se destinam. O ensino recorrente faculta a obtenção de certificados e diplomas equivalentes aos do ensino regular.” (Mesquita, 2007:49)

Mesquita (2007:49) reforça a ideia de que os planos curriculares são organizados de forma diversificada de modo a suprimir lacunas educacionais dos grupos etários a que se destinam. Assim sendo, a pergunta urge: o que é e em que consiste o ensino de adultos, nomeadamente, o ensino recorrente?

O ensino recorrente correspondeu a uma vertente da educação de adultos, em contexto escolar, proporcionando uma segunda oportunidade de formação que permita conciliar a frequência de estudos com uma atividade profissional, compreendendo cursos científico-humanísticos. Os cursos organizam-se por disciplina, em regime modular (três módulos capitalizáveis por ano), segundo um referencial de três anos, e podem ser frequentados nas modalidades (i) *presencial* e (ii) *não presencial*.¹

“Verificamos que no ensino recorrente, devido à especificidade dos seus alunos, na maioria trabalhadores estudantes, haveria necessidade de se implementar um espaço alternativo de discussão. Este serviria de prolongamento do espaço físico da sala de aula. Aqui, os alunos, moderados pelo professor, sempre que necessário, podem tecer comentários, tirar dúvidas e esclarecerem-se uns aos outros. Isto é, contribuem, em conjunto, para uma aprendizagem colaborativa.” (Gomes, 2006:3)

1 A modalidade de frequência presencial assentava em denominadores de avaliação contínua, cuja assiduidade era pontuada para a avaliação final. A outra modalidade, a não presencial, dava aos alunos autonomia de aprendizagem, sendo que os alunos realizavam provas de avaliação em datas predeterminadas.

O público que frequentou esta modalidade de ensino foi, no entender de Gomes (2006:3) um estrato específico de alunos, tornando, assim, indispensável a criação de espaços e estruturas escolares alternativas que, a seu modo, primavam por um objetivo comum – a aprendizagem colaborativa.

Todos os cursos do ensino recorrente conferiam aos formandos diplomas do ensino secundário, certificavam a qualificação profissional e davam acesso a estudos de nível superior. Grosso modo, este processo educacional apresenta-se como uma modalidade especial de educação que, em termos sociais, protagonizava o acesso a direitos fundamentais de educação e cultura.

O ensino recorrente, nos contextos políticos de então, foi a resposta a uma realidade concreta - o *insucesso escolar* -, provenientes de consideráveis assimetrias sociais, que, a todo o custo convinha minimizar por vários motivos, a saber:

- a. Credenciar a comunidade que não usufruiu, na idade própria, da escolaridade dita “normal”;
- b. Reintegrar adultos e jovens no mundo do trabalho, através da especialização profissional;
- c. Flexibilizar e adequar vivências, necessidades, problemas e interesses de grupos *sui generis*;
- d. Criar condições necessárias a uma formação centrada no aluno, respeitando o seu ritmo individual de aprendizagem;
- e. Disponibilizar métodos e meios - *unidades capitalizáveis* (UC) - para cumprir a missão da escola e o itinerário individual de cada aluno.

Segundo o N.º 2, do Artigo 5 (oferta formativa) do D.R., 1.º Série, n.º 70 de abril de 2011, o ensino secundário recorrente visa proporcionar uma segunda oportunidade de formação que permita conciliar a frequência de estudos com a atividade profissional e compreende: a) *cursos científicos-humanísticos*, b) *cursos tecnológicos* e c) *cursos artísticos especializados*.

Estes cursos possibilitam a aquisição de conhecimentos e competências ao nível do ensino secundário, permitindo a obtenção de um certificado escolar de 12º ano e, no caso dos cursos tecnológicos e dos cursos do ensino artístico

especializado, uma qualificação profissional de nível 3. No âmbito da *Reforma do ensino secundário*, existiram os seguintes cursos do ensino secundário recorrente:

Cursos Científico-humanísticos:

- ✓ Curso de Ciências e Tecnologias;
- ✓ Curso de Ciências Socioeconómicas;
- ✓ Curso de Ciências Sociais e Humanas;
- ✓ Curso de Línguas e Literaturas;
- ✓ Curso de Artes Visuais.

Cursos Tecnológicos

- ✓ Curso de Construção Civil e Edificações;
- ✓ Curso de Eletrotécnica e Eletrónica;
- ✓ Curso de Informática;
- ✓ Curso de Design de Equipamento;
- ✓ Curso de Multimédia;
- ✓ Curso de Administração;
- ✓ Curso de Marketing;
- ✓ Curso de Ordenamento do Território e Ambiente;
- ✓ Curso de Ação Social;
- ✓ Curso de Desporto.

Cursos Artísticos Especializados

- ✓ Curso de Comunicação Audiovisual;
- ✓ Curso de Design de Comunicação;
- ✓ Curso de Design de Produto;
- ✓ Curso de Produção Artística.

Como verificamos, a modalidade de opções de ensino é englobante e os seus destinatários não são menos abrangentes. Segundo o *Relatório de base de Portugal* (OCDE, 2003:16) esta modalidade de ensino:

“Destina-se à escolarização de indivíduos que já não se encontram na idade escolar normal de frequência dos ensinos básico (a partir dos 15 anos) e secundário (a partir dos 18 anos). Existe oferta de ensino recorrente para todos os níveis escolares não superiores. O ensino recorrente organiza-se segundo um plano de estudos, adequado ao nível etário a que se destina e atribui certificados e diplomas equivalentes aos conferidos pelos ensinos básico e secundário regular: certificado de iniciação profissional (nível I) e certificados de qualificação profissional (nível II e III).” (OCDE, 2003:16)

A abrangência deste relatório é assinalável, o ensino básico e o secundário, não obstante, existem algumas alterações políticas em todo este percurso educacional. Por conseguinte, a Portaria nº 550-E/2004, de 21 de maio, criou diversos cursos científico-humanísticos, tecnológicos e artísticos especializados e aprovou os respetivos planos de estudo, estabelecendo os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação e certificação dos cursos de ensino recorrente de nível secundário, nos termos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, retificado pela Declaração de Retificação nº 44/2004, de 25 de maio.

O Decreto-Lei nº 24/2006, de 6 de fevereiro, retificado pela Declaração de Retificação nº 23/2006, de 7 de abril, introduz alterações ao Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, que importa neste momento materializar, ajustando as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos do ensino recorrente de nível secundário definidos pela portaria suprarreferida.

Atendendo aos reajustamentos políticos da história da educação, a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência apresenta um acervo significativo de documentos – *programas escolares do ensino secundário recorrente* – que, a seu modo, protagonizam a história da educação em Portugal a partir da década de noventa. O referido fundo está disponível na interface própria do Ministério da Educação e poderá ser consultado *in loco*.

Bibliografia

DECRETO-LEI N.º 50/2011 de 8 de Abril. *Diário da República*, nº 70 de 8 de abril de 2011 – I Série

DECRETO-LEI Nº 74/2004 de 26 de março. *Diário da República*, nº 70 de abril de 1011 – I Série.

GOMES, Álvaro Manuel Maia (2006). *Adaptação e implementação do Fórum Dyn3W: uma experiência na disciplina de Bases de Programação do ensino recorrente (10.º ano)* [on-line]: Dissertação submetida à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre em educação multimédia

<http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/alvaro/tese_completa.pdf> [Consulta: fevereiro 2012]

MESQUITA, Maria João Silva Teixeira Guedes (2007). *b-Learning no ensino secundário recorrente: uma proposta baseada na construção do conhecimento* [on-line]: Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Informação, realizada sob a orientação Dr. Luís Borges Gouveia, Professor Associado da Universidade Fernando Pessoa.

<http://www2.ufp.pt/~lmbg/monografias/mmesquita_msc_ua07.pdf> [Consulta: fevereiro 2012]

OCDE (2003) *Os sistemas de qualificação e do seu impacto na aprendizagem ao longo da vida : relatório de base de Portugal* [on-line]: Ministério da Educação, Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança

<<http://www.oecd.org/dataoecd/17/19/33776836.pdf>> [Consulta: fevereiro 2012]

PORTARIA Nº 144/98 de 6 de março. *Diário da República*, nº 55 de 6 de março de 1998 – I Série B.

PORTARIA Nº 419/76 de 13 de julho. *Diário da República*, n.º 162 de 13 de julho de 1976 – I Série.”

2012/04/05

Dia Mundial da Atividade Desportiva – 6 de Abril



ME/400439/192

Celebrando o Dia Mundial da Atividade Desportiva a 6 de abril, encontra-se disponível para visita *online* no Museu Virtual da Educação uma exposição que inclui um núcleo de objetos ligados à área do desporto, refletindo a organização das atividades escolares ligadas a esta prática.

“O dia Mundial da Atividade Desportiva é uma iniciativa das Nações Unidas e celebra-se a 6 de abril. O acesso à atividade física é um direito fundamental do ser humano, em qualquer idade, proporcionando uma forma de vida mais saudável e reduzindo a incidência de muitas doenças. Existem valores subjacentes ao desporto, uma linguagem universal, que permitem a construção de uma cultura de paz e tolerância: a cooperação, o trabalho em equipa, o respeito pelo outro, a interação com a comunidade, a introdução de regras comportamentais e o esbater de diferenças étnico-culturais. Para além disso, a prática desportiva aumenta o índice de frequência escolar, integrando os jovens e reduzindo comportamentos antissociais.

A atividade física tornou-se parte integrante dos currículos escolares, favorecendo não só desenvolvimento físico, mas também a concentração, a sociabilização e a motivação dos alunos. No Museu Virtual da Educação existe um pequeno núcleo de objetos ligados à área do desporto que refletem a organização das atividades

escolares ligadas a esta prática, que se alia muitas vezes à componente musical: luvas de boxe, arcos, raquetas, pandeiretas, bolas, bastões, cordas e patins, bem como alguns discos de vinil, com música para acompanharem os esquemas de ginástica. O equipamento desportivo, como os calções e camisolas, ou mesmo meias, são também parte do espólio da Educação. Algumas fotografias de demonstrações desportivas completam este olhar sobre o ensino da Educação Física nas escolas portuguesas.”



ME/400439/187



ME/400439/189

2012/04/10

Breve roteiro de museus online sobre educação em Portugal

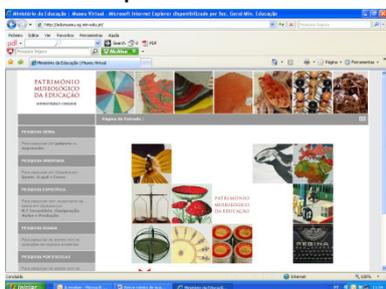


Através desta breve abordagem de museus online sobre educação em Portugal, pretende-se divulgar o vasto património museológico da educação que se encontra disponível para consulta ou visita virtual. Enumeram-se alguns sites onde podem ser explorados diversos objetos ligados às práticas pedagógicas e ao ensino das variadas disciplinas, bem como recriações de espaços escolares.

“Breve roteiro de museus escolares online em Portugal”

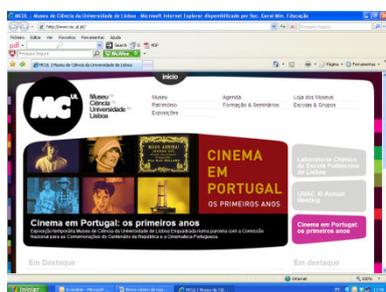
Através desta breve abordagem de museus escolares online em Portugal, pretende-se divulgar o património museológico da educação que se encontra disponível para uma visita virtual. Um museu virtual ou museu online divulga o património museológico, em diferentes áreas, podendo ou não possuir um espaço físico, funcionando como um mediador entre o património e os utilizadores. Iniciamos este pequeno roteiro enumerando alguns sites onde podem ser explorados diversos objetos ligados às práticas pedagógicas e ao ensino das variadas disciplinas.

Não se poderá deixar de referir, antes de mais, o Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação, que permite o acesso a uma base de dados que disponibiliza um conjunto de peças que integram as coleções pertencentes aos vários estabelecimentos de ensino e a diversas entidades cujo património museológico que se encontra sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência - <http://edumuseu.sec-geral.mec.pt/> [consulta a 02/03/ 2012].



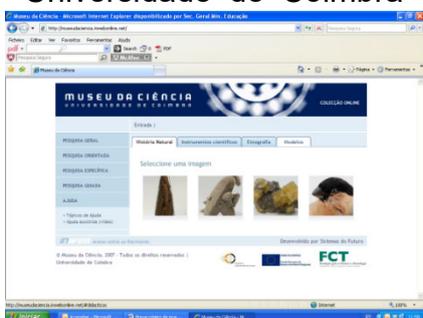


O Museu Nacional de História Natural e da Ciência <http://www.mnhnc.ul.pt/> [consulta a 02/03/ 2012] divulga de forma genérica as várias atividades a decorrer



no espaço e permite o acesso a algumas exposições e ao espaço do museu. Aqui encontra-se uma ligação importante ao Museu da Ciência da Universidade de Lisboa <http://www.mc.ul.pt/> [consulta a 2/03/2012].

Igualmente ligado à educação, e orientado para objetos utilizados no ensino das Ciências, está o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra - <http://museudaciencia.inwebonline.net/> [consulta a 2/03/2012].



Permite o acesso às exposições do Museu da Universidade, bem como à base de dados online, que contém a descrições de diversos objetos científicos nas áreas de história natural, instrumentos científicos, etnografia e modelos.

Através da ligação <http://www.museudaciencia.org/> poder-se-á aceder às exposições e conferências promovidas pelo museu.



O Museu da Física da Escola Secundária Alexandre Herculano <http://mfisica.nonio.uminho.pt/> [consulta a 2/03/2012], divulga informações muito úteis relativamente ao ensino da física. Permite uma pesquisa, por ordem alfabética, de diferentes tipos de instrumentos científicos da Física, para além de biografias de cientistas, experiências e eventos.

O Baú da Física e da Química – Instrumentos antigos de Física e Química de escolas secundárias em Portugal -



<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx> [consulta a 2/03/2012], apresenta áreas temáticas, escolas, descrição de instrumentos científicos das áreas citadas e um motor de pesquisa.

O Museu da Ciência da Escola Secundária Rodrigues de Freitas <http://cct.portodigital.pt/gen.pl?sid=cct.sections/1111103&fokey=cct.museus/24&colecao=cct.colecao/36> [consulta a 2/03/2012], divulga objetos científicos de Física

se subdividem em grupos relacionados com áreas distintas, animais e plantas, minerais e objetos relacionados com o estudo da geografia.

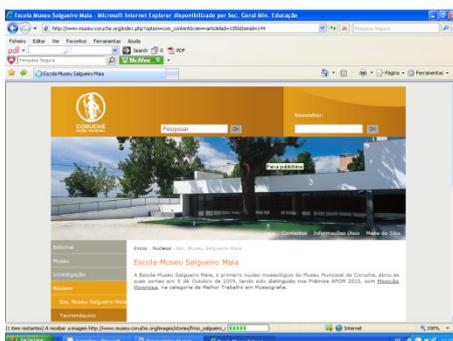


que



No que respeita a recriação de espaços escolares, existem vários museus que, para além de disponibilizarem a informação via internet, também possuem um espaço físico, passível de ser visitado. É o caso do Museu Escolar de Marrazes -

<http://www.museuescolar.pt/> [consulta a 2/03/2012], fundado em 1997, que apresenta uma réplica de uma sala de aula da época do Estado Novo, brinquedos, mobiliário e outro tipo de objetos ligados ao quotidiano escolar, como é o caso de manuais escolares e equipamento didático. Inclui uma planta do museu e uma galeria digital.



O Museu Municipal de Coruche - <http://www.museu->

coruche.org/index.php?option=com_content&view=article&id=105&Itemid=144

[consulta a 2/03/2012] levou a cabo uma iniciativa de musealização da escola primária de S. Torcato, constituindo-se, assim, a Escola-Museu Salgueiro Maia. Através da recriação de uma sala de aula da época do Estado Novo, o museu transformou-se num espaço de aprendizagem e reflexão, ilustrando o contraste entre o ensino pré e pós 25 de Abril. O site não permite pesquisa nem exploração de tipologias de objetos museológicos, mas não pode deixar de ser apontado como uma referência no âmbito dos museus escolares portugueses.

Da mesma forma, referimos o Museu da Escola de Veiros, em Estremoz - http://museuestremoz.wikia.com/wiki/Museu_da_Escola_de_Veiros [consulta a 2/03/2012], fundada em 1929/30, onde foi criado um núcleo museológico. Desta forma, os professores, ao longo de sucessivas gerações, foram enriquecendo o museu com objetos das práticas pedagógicas, a par de um conjunto de curiosidades locais. A partir de 2003, a organização e a divulgação do museu foram implementadas. Não se disponibiliza muita informação online, mas permite visualizar alguns dos objetos expostos.



O Museu Escolar do Cartaxo - <http://www.cm-cartaxo.pt/cartaxo/pracapublica/Equip/Museuescolar/> [consulta a 2/03/2012],

disponibiliza uma pequena foto-galeria com objetos ligados ao quotidiano escolar. A instituição inclui, in loco, uma Biblioteca, onde o visitante poderá consultar e requisitar obras literárias de várias épocas, publicações sobre o município ou obras de referência. O Centro de Recursos contém fontes originais provenientes das mais antigas escolas do 1º ciclo do Cartaxo, entre as quais, livros de registo, livros de ponto, exames, manuais escolares. Existe igualmente um espaço para consultas na internet, um espaço de memórias da freguesia, um espaço expositivo com objetos utilizados em contexto pedagógico e fotografias. Na cantina podem



ser observados utensílios de cozinha, como cafeteiras, fervedores e panelas de alumínio, e registos escritos que pautavam o funcionamento das antigas cantinas escolares.

Vários são os museus dedicados à educação em Portugal, mas poucos os que disponibilizam informação pesquisável em base de dados. Os dados presentes nos sites destinam-se maioritariamente e promover a visita in loco às instituições. A par destes museus, existem ainda algumas escolas que divulgam o seu património online e que será sempre uma mais-valia visitar. “

2012/04/18

“Do Património Mundial ao Património Local – proteger e gerir a mudança” – 18 de Abril



A Secretaria-Geral do MEC associa-se às comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios divulgando o tratamento do espólio da Escola Secundária David Mourão-Ferreira, nas vertentes museológica, arquivística e bibliográfica.

“Do Património Mundial ao Património Local – proteger e gerir a mudança” – 18 de Abril

A 18 de Abril comemora-se o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, assinalando o 40º aniversário da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO e o estabelecimento da “Lista do Património Mundial” que visa a proteção e a valorização do património.



A Secretaria-Geral do MEC associa-se a estas comemorações divulgando o tratamento do espólio da Escola Secundária David Mourão-Ferreira, nas três vertentes, museológica, arquivística e bibliográfica. A sua importância reside no facto de incorporar espólio proveniente das Escolas Secundárias Dona Maria I e Veiga Beirão, extintas em 1997 e da Escola Comercial Rodrigues Sampaio, extinta em 1948. A



sua preservação e estudo são vitais para a compreensão do percurso destas instituições.

No que respeita ao património arquivístico, foram identificados dois fundos, o que inclui a Escola Comercial Veiga Beirão e o da Escola Preparatório Rodrigues Sampaio/ Escola Comercial D. Maria I. Relativamente ao conteúdo, trata-se de documentação produzida no âmbito escolar que inclui, entre outras séries documentais, correspondência recebida e expedida, circulares internas, certidões, mapas de assiduidade de pessoal docente e de pessoal não docente, folhas de vencimentos, contas de gerência, trabalhos de alunos, fotografias, inventário do património escolar, livro de castigos aplicados aos alunos, termos de posse do



pessoal, fichas de informação dos alunos, processos de alunos, livros de atas do Conselho Escolar e livro de visitantes. A documentação é dispersa, com algumas falhas relativamente à sequência cronológica, mas permite obter informações fundamentais relativamente ao funcionamento das instituições.

O espólio museológico não é vasto, mas tem peças emblemáticas, como é o caso da pintura de Adolfo Coelho, uma das poucas representações conhecidas desta personalidade carismática da cultura portuguesa. A grande maioria das peças não tem identificação, pelo que a sua atribuição a uma determinada instituição nem sempre foi possível. Podemos referir os diversos carimbos utilizados na Secretaria e os selos brancos, taças, medalhas e placas de participação em torneios desportivos, diapositivos, fotografias, trabalhos de alunos, material escolar, pendões das escolas,



bordados, escultura a destacar o busto de David Mourão-Ferreira, máquinas de escrever e de calcular, bem como gravadores de som e gira-discos.

No que respeita à área bibliográfica, a ES David Mourão-Ferreira integra, à semelhança de outros espólios, documentação proveniente de várias escolas que, na sua maioria, integra obras relacionadas com o ensino técnico e comercial.

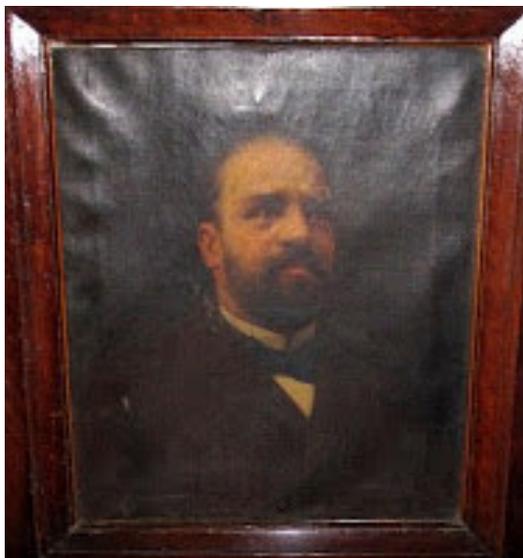
Estes diferentes espólios devem ser destacados uma vez que nos permitem fazer



a reconstituição de vários momentos importantes da vida das instituições a que estiveram ligados, preservando informações relevantes para futuros estudos e investigações. ■

2012/04/20

Peça do mês de Abril



Pintura/Retrato

Pintura a óleo, pertencente ao espólio da Escola Secundária David Mourão Ferreira, inventariada com o número ME/ESDMF/326. Representa Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), fundador e diretor da Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio, inaugurada em Outubro de 1883 pela Câmara Municipal de Lisboa. A pintura está montada em moldura de madeira escurecida e representa o busto do pedagogo. Não tem assinatura ou data, mas o retratado está identificado no verso da peça. A Escola Secundária David Mourão-Ferreira incorporou espólios provenientes da Escola Comercial D. Maria I (designação que passou a ter a Escola Comercial Rodrigues Sampaio a partir de 1948) e da Escola Comercial Veiga Beirão. A importância desta pintura resulta do facto de não se conhecerem muitas representações deste pedagogo.

Francisco Adolfo Coelho (Coimbra, 1847 – Carcavelos, 1919) foi uma das figuras mais proeminentes da cultura portuguesa nos finais do século XIX. Frequentou o liceu e matriculou-se na Universidade de Coimbra, com 15 anos, para prosseguir os seus estudos na área da Matemática. Após dois anos de frequência universitária abandonou esses estudos para se tornar um autodidata. Em Lisboa,

matriculou-se no Curso Superior de Letras (cerca de 1865/66), onde lecionou Linguística Geral Indo-Europeia a partir de 1878 e até cerca de 1911.

Adolfo Coelho foi autor de variadas obras sobre língua portuguesa, entre as quais, *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe* (1868), *Theoria da conjugação em latim e portuguez: estudo de grammatica comparativa* (1870), *Questões da lingua portugueza* (1874/1889), *Diccionario manual etymologico* (1890), *A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza* (1881) e dirigiu a *Bibliographia critica de historia e litteratura* (1873-5).

Ao nível da educação podem igualmente referir-se algumas obras como *A Questão do Ensino* (1872), *A Reforma do Curso Superior de Letras* (1880), *O trabalho manual da escola primária* (1882), *Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e democrático do povo português* (1890), *Os elementos tradicionais da educação* (1883), *Para a história da instrução popular* (1895), *O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858* (1900), *O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário* (1908), *Alexandre Herculano e o Ensino Público* (1910), ou *Cultura e Analfabetismo* (1916).

Participou nas Conferências do Casino Lisbonense (1871) com uma palestra sobre *A questão do ensino*.

Podem igualmente referir-se publicações, de certa forma, relacionadas com questões antropológicas: quatro fascículos da *Revista d'ethnologia e de glottologia* (1880-1881), *Os ciganos de Portugal* (1892), *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America* (1881), *Estudos sobre a influencia ethnica na transformação das linguas. 1. diferenças phoneticas das linguas e diferenças anatomicas dos órgãos da falla* (1901), ou *Origens do português do sul* (1909).

A par deste importante trabalho, Adolfo Coelho foi criador e diretor (1883-1916) da Escola Primária Superior de Rodrigues Sampaio, mais tarde Escola Comercial Rodrigues Sampaio. Foi igualmente o organizador e diretor do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, inaugurado em Julho de 1883. Em 1892, parte do acervo deste Museu foi entregue à Escola Rodrigues Sampaio (Ministério das Obras Públicas) passando o restante a ser da responsabilidade do Ministério do Reino,

a quem foi atribuída a sua tutela, com a designação de Museu Pedagógico de Lisboa, mantendo-se Adolfo Coelho como seu diretor até à sua morte em 1919.

Bibliografia e informação adicional:

MAGALHÃES, Justino; MACHADO, Joaquim – COELHO, Francisco Adolfo. In NÓVOA, António, ed. lit. – *Dicionário de educadores portugueses*. Lisboa: ASA, 2003. p. 345-357.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/acoelho.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Adolfo_Coelho

<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7251>

2012/04/26

Modelos de formações geológicas no Museu Virtual da Educação

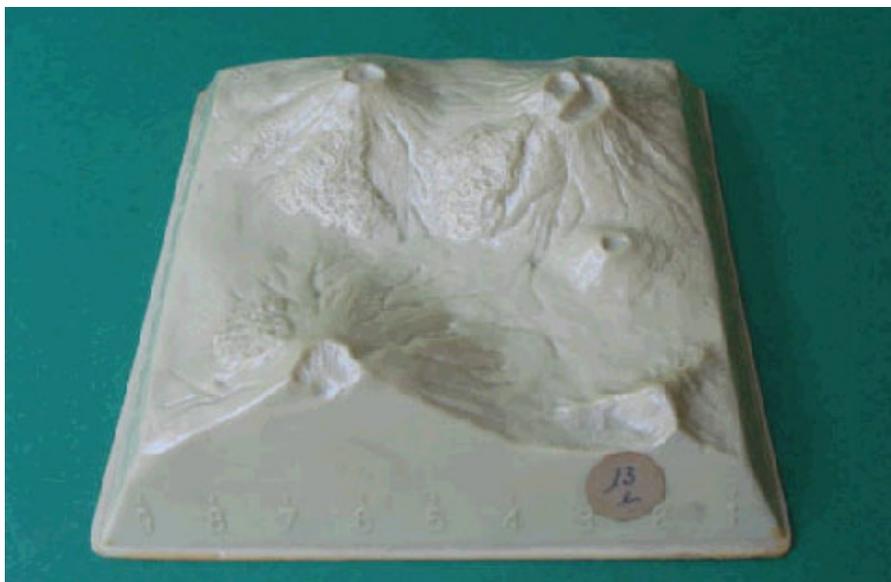


ME/402874/201

Encontra-se disponível para visita online uma exposição sobre modelos geológicos no Museu Virtual da Educação.

“A geologia é a ciência que se dedica ao estudo da terra, ao nível da composição, estrutura, propriedades, história e processos que contribuem para a sua formação. Esta área do saber relaciona-se de forma muito próxima com a geografia e astronomia, bem como com a química, física, matemática e biologia. No âmbito da geologia existem vários ramos, sendo um dos quais a geomorfologia que estuda a forma da superfície terrestre, ou seja, o relevo como resultado da dinâmica da terra, em todos os seus aspetos genéticos, cronológicos e morfológicos. Como tal, os modelos de formações geológicas permitem visualizar o relevo da crosta terrestre, ou seja, o conjunto de irregularidades da terra (continentes e oceanos), formado através da ação de agentes internos (tectónica das placas, vulcões, forças e pressões exercidas de forma vertical ou horizontal) ou externos (a ação do vento, da água, da chuva, da temperatura ou dos próprios seres vivos). Os três grandes tipos de relevo são as montanhas (relevo com altitude elevada, acidentado e com encostas de grande declive), os planaltos (relevo com altitude elevada e forma plana), as planícies (relevo com baixa altitude e forma plana) e depressões (relevo com altitude abaixo do nível comum e forma plana). São vários os modelos existentes no Museu Virtual da Educação, elaborados em materiais como a madeira, o plástico ou o gesso.

Podem referir-se modelos tipo diagrama, representando esquematicamente as estruturas de enrugamento, falhas, planos anticlinal e sinclinal de vales, modelos de elevação, com representação no plano, através de curvas de nível ou abatimentos. Existem igualmente modelos com um tipo de representação em corte, como é o caso de montanhas, com estratificação do solo visível, cortes de ravinas, modelos de ação dos glaciares, vulcões ou terrenos formados em virtude das alterações das camadas do solo. Por outro lado, podem apontar-se os modelos de caracter mais naturalista: modelos de erosão e sedimentação pelos cursos de águas com vales, perfis e circulação de água subterrânea; modelos de vale com planície fluvial, representando a ação erosiva do rio; modelos de vale fluvial em "V" fechado; ou modelos de vale fluvial dissimétrico. De caracter pedagógico, esta tipologia de objetos permitia uma fácil compreensão da formação do relevo terrestre e o estudo da geodinâmica da terra.”



ME/400956/274



ME/400956/152



ME/400956/232

2012/04/30

Diário de Sebastião da Gama



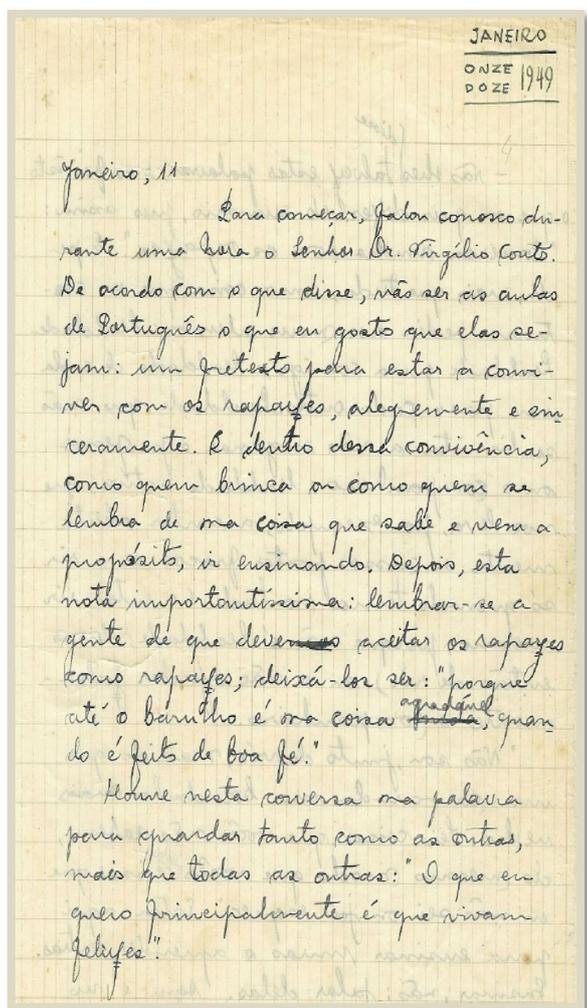
O Diário de Sebastião da Gama foi escrito em 1949 e publicado postumamente em 1958. Esta obra nasce do registo de estágio profissional do autor, tutorado pelo metodólogo Virgílio Couto, na Escola Comercial de Veiga Beirão, em Lisboa.

Diário de Sebastião da Gama



Escola Veiga Beirão, em Lisboa

Em 11 de janeiro de 1949, Sebastião da Gama¹ tinha 24 anos e iniciava o seu estágio de professor na **Escola Comercial de Veiga Beirão**, em Lisboa. Este dia data a primeira página do seu “Diário” – foi há 63 anos e reza assim:



Janeiro
onze/doze
1949

Janeiro, 11

Para começar, falou conosco durante uma hora o senhor Dr. Virgílio Couto. De acordo com o que disse, vão ser as aulas de Português o que eu gosto que elas sejam: um pretexto para estar a conviver com os rapazes, alegremente e sinceramente. E dentro dessa convivência, como quem brinca ou como quem se lembra de uma coisa que sabe e que vem a propósito, ir ensinando. Depois, esta nota importantíssima: lembrar-se a gente de que deve aceitar os rapazes como rapazes: deixá-los ser: 'porque até o barulho é uma coisa agradável, quando é feito de boa fé.'

Houve nesta conversa uma palavra para guardar tanto como as

¹ Sebastião Artur Cardoso da Gama nasceu a 10 de Abril de 1924, em Vila Nogueira de Azeitão. Nesta mesma vila fez a escola primária e prosseguiu os estudos liceais no Liceu Nacional de Setúbal e no Liceu Pedro Nunes em Lisboa. Aos catorze anos foi-lhe diagnosticada uma tuberculose óssea pelo que, por razões terapêuticas, passou a viver no Portinho da Arrábida e prosseguiu o currículo liceal no regime de estudo individual. Em 1942, matricula-se na Faculdade de Letras de Lisboa onde, em 11 de Julho de 1947, se licencia em Filologia Românica com a classificação de 17 valores, defendendo a tese sobre o tema "A Poesia Social do Século XIX". Foi ainda enquanto estudante, em 1945, que editou o seu primeiro livro de poemas: *Serra-Mãe*. Terminado o curso em 1947, nesse mesmo ano é colocado como professor provisório na Escola Comercial e Industrial de João Vaz, em Setúbal. Também, em 1947, edita o seu 2º livro de poemas: *Cabo da Boa Esperança*. Permanecerá em Setúbal, como professor provisório, até Janeiro de 1949. É precisamente em 11 de Janeiro de 1949 que, inicia o estágio pedagógico na Escola Comercial de Veiga Beirão, em Lisboa. Por sugestão do seu metodólogo, inicia a escrita do Diário que, valendo-lhe como trabalho de estágio. É hoje considerado obra de leitura obrigatória para todos os professores. No ano letivo de 1950/51 inicia as suas funções como professor efetivo da Escola Comercial e Industrial de Estremoz. É neste ano que publica o seu terceiro livro de poemas: *Campo Aberto*. Vítima de doença que o perseguia desde os catorze anos morre na madrugada do dia 7 de Fevereiro de 1952, no Hospital de S. Luís, em Lisboa.

O Diário de Sebastião da Gama foi escrito em 1949, mas, publicado postumamente em 1958. Esta obra nasce do registo do estágio profissional de Sebastião da Gama, tutorado pelo metodólogo Virgílio Couto², na Escola Comercial de Veiga Beirão, em Lisboa. Ou como afirma Sebastião da Gama, no seu Diário (1958:171) da Veiga Beirão.



Escola Comercial de Veiga Beirão, Lisboa

Segundo Silva (2010:1), o Diário é um interessantíssimo testemunho da experiência vivida deste poeta português enquanto estagiário da disciplina de português. Mediante a leitura da obra, torna-se evidente que, durante o estágio, Sebastião da Gama optou por organizar todos os conteúdos segundo a forma com que habitualmente se constroem e estruturam os diários íntimos e pessoais, de modo a tornar esta compilação num dos seus espaços e tempos de reflexão acerca da prática pedagógica:

“Este texto iniciador do Diário apresenta-se como uma declaração de intenções, como um programa próprio, como um perfil do que deve ser o professor, como deveria ser ele, Sebastião da Gama, enquanto professor, haja em vista o cruzamento das intenções do professor orientador do estágio e da visão que o novo professor perfilhava quanto à sua função – ‘vão ser as aulas de Português o que eu gosto que elas sejam’” (Ribeiro, 2010).

² Virgílio Couto, professor e metodólogo, responsável pelo acompanhamento do estágio

Sebastião da Gama na Escola Veiga Beirão. Nesta altura era também subdiretor da escola (cf. *Diário do Governo*, de 3 de novembro de 1948). Foi autor de numerosas publicações de carácter didático, designadamente: *Leituras* (1948), *Olhai Que Ledos Vão...: a história de Portugal contada na prosa e nos versos dos escritores portugueses* (1958) e *Mar Alto* (1961). Alguns dos seus títulos foram adotados como manuais escolares.

A mensagem central do *Diário* reside na criatividade do ato de ensinar: a referida obra é fruto de um relato das volatilidades da língua portuguesa, onde, por conseguinte, os ensinamentos ganham valor pedagógico.

“Através da leitura do Diário é possível identificar quatro aspetos que são essenciais para a caracterizar uma maneira própria de ser professor. Em primeiro lugar, o respeito pelo saber dos alunos [...]. Em segundo lugar, um esforço permanente de relação e de negociação [...]. Depois, o respeito pelas diferenças [...]. Finalmente, a tentativa de transformar a aula num espaço e num tempo de camaradagem [...].” (Nóvoa, 2003:614)

Como verificamos, Nóvoa (2003:614) apresenta, no *Dicionário de educadores portugueses*, uma visão humanista de Sebastião da Gama, sobretudo de *respeito e de inter-relações* humanas e espaciais. Entendemos, porém, que não poderemos resumir a ética pedagógica de Sebastião da Gama a esta dualidade, assim, destacamos logo na primeira página, acima transcrita, alguns conceitos e pedagogias, a saber:

- I. **aprender descontraído** (*como quem brinca ou como quem se lembra de alguma coisa...*);
- II. **respeito pelo Outro** (*aceitar os rapazes como rapazes: deixa-os ser...*);
- III. **aprender de boa-fé** (*...até o barulho é uma coisa agradável, quando feito de boa-fé*);
- IV. **aprender vs. felicidade** (*o que eu quero principalmente é que vivam felizes*).

A primeira página do Diário de Sebastião da Gama é o alicerce e começo da sua pedagogia. Efetivamente, são aqui traçados os grandes pilares da sua didática, a qual, assenta em vetores humanos e epistemológicos, tais como: *a respeitabilidade, a boa-fé e a felicidade*.

Atendendo a este “*epilogus* pedagógico”, diremos, então, que a didática de Sebastião da Gama assenta em princípios judaico-cristãos – o respeito do outro como a si mesmo e o caminho da fé no reencontro da felicidade –,

introduz, como verificamos, na sua pedagogia uma vitória sobre o individualismo metodológico.

“Em 1944, com vinte anos de idade, viveu um momento de grande e fundamental importância para a sua vida. Converte-se à fé crista, numa adesão total e plena de amor a Cristo e à Eucaristia, comungando pela primeira vez na Capela de S. Luís dos Franceses, em Lisboa, na Festa do Espírito Santo.” (Santos, p. 16)

Assim sendo, o Diário do jovem professor é, atualmente, considerado um poema em prosa que, a seu modo, contém um acervo. Denotamos, assim, logo na primeira página e, ao longo de todo o seu Diário, que a fé cristã reestruturou toda a sua vida, inclusive a sua pedagogia.

Na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, contamos com alguns dos seus preciosos escritos, tais como: *Diário*; *Cabo da Boa esperança*; *Pelo sonho é que vamos*; *Campo aberto*; *Serra-mãe: Poemas*; *Itinerário paralelo* e *O Segredo é amar*.

Bibliografia:

GAMA, Sebastião da (1958). *Diário*. Lisboa: Ed. Ática.

NÓVOA, António (dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Lisboa: Ed. Asa.

Ribeiro, João Reis (2010). Sebastião da Gama: 60 anos sobre o Diário [on-line]: *Jornal O sul*.

<http://jornalosal.hostzi.com/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=59&Itemid=65> [Consulta: 30 de abril de 2012]

SANTOS, Alexandre Francisco Ferreira dos (2007). *Sebastião da Gama: milagre de vida em busca do eterno: uma leitura de sua obra* [on-line]. Dissertação de Mestrado

<http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/610/2/2Dissertacao_SGama_texto.pdf> [Consulta: 30 de abril de 2012]

SILVA, Steven Marta da (2010). *A importância das estratégias argumentativas para o ensino da filosofia: uma reflexão sobre a relação estabelecida entre estagiário, alunos e professora orientadora* [on-line]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

2012/05/09

A coleção de instrumentos utilizados nas práticas pedagógicas de Ciências: o espólio do antigo Colégio S. Fiel



ME/402321/26

Encontra-se disponível para visita online no Museu Virtual da Educação uma exposição sobre "A coleção de instrumentos utilizados nas práticas pedagógicas de Ciências: o espólio do antigo Colégio S. Fiel". Inclui algumas peças do Colégio jesuíta de S. Fiel que foram incorporadas pela Escola Secundário Nuno Álvares Pereira, antigo Liceu de Castelo Branco.

“O Liceu de Castelo Branco foi criado em 1836, por Passos Manuel. No entanto, a necessidade de professores com preparação pedagógica para lecionar as disciplinas incluídas no currículo escolar, bem como de um edifício para o funcionamento da escola, levou a que só em finais de 1848 se tenha dado início ao funcionamento da instituição, em casa dos docentes. Posteriormente o Liceu funcionou no Coro da Capela da Misericórdia Velha e nas suas dependências e, em 1858 instalou-se no Largo da Sé. A criação do Liceu contribuiu amplamente para o desenvolvimento cultural da região, influenciando de forma positiva a comunidade através da implementação de atividades culturais diversificadas. Em 1911 a instituição foi transferida para o Pátio Episcopal e em 1918 adota a designação oficial de Liceu Nun' Álvares. Em 1946 instalou-se definitivamente na avenida com o seu nome. No

decorrer destas constantes transformações, a Escola recebeu um importante espólio museológico, proveniente do Colégio S. Fiel, situado nesta região. Após a implantação de república, com a adoção de uma política anticlerical que visava a expulsão dos jesuítas e a apropriação dos seus bens, foi encerrado o colégio jesuíta de S. Fiel. Este acervo foi distribuído em 1912 entre a Universidade de Coimbra e o Liceu de Castelo Branco. Não se conhecem listas de inventário do material recebido pela escola, mas segundo a imprensa local a escola terá recebido o laboratório de química, instrumentos de física, espécimes animais e vegetais, a coleção de minerais, o material do observatório meteorológico que incluía mapas, globos e outros aparelhos, bem como grande parte da biblioteca. O Colégio de S. Fiel era um centro de grande atividade científica, onde foi fundada a revista Brotéria (1902) dirigida pelos seus professores, entre os quais se podem destacar Joaquim da Silva Tavares, Cândido Mendes de Azevedo, Carlos Zimmermann, Afonso Luisier, Camilo Torrend e António de Oliveira Pinto. O espólio de S. Fiel encontra-se, na maior parte dos casos, bem conservado, embora com algum desgaste pelos anos de ensino experimental. Atualmente estes objetos encontram-se no Museu de História Natural Dr. Félix José da Silva, inaugurado em 1996, fruto de um grande trabalho por parte de professores e funcionários. A presente exposição divulga precisamente alguns destes objetos que se crê terem feito parte do acervo inicial do Colégio de S. Fiel.”



ME/402321/25



ME/402321/28



ME/402321/29

2012/05/15

Peça do mês de Maio



Formação geológica

Modelo geológico que servia para estudo e observação nas aulas de Geografia e Geologia. Trata-se de um modelo de corte transversal do solo que representa formações geológicas, mais concretamente a estrutura de enrugamento. A peça pertence à Escola Secundária de Silves, com o número de inventário ME/400531/109.

A Escola Secundária de Silves foi inaugurada 1920 com a designação de Escola Elementar de Comércio e Indústria “João de Deus”, funcionando com duas secções: a secção de artes e ofícios (carpintaria, serralharia, marcenaria e trabalhos femininos) e a secção comercial (língua pátria, francês, inglês, aritmética, escrituração, contabilidade, teoria do comércio, direito comercial, entre outras). O seu primeiro diretor foi José Emílio de Mendonça Vila Lobos (1892 – 1972). O aumento significativo do número de alunos exigiu instalações de maiores dimensões e no ano letivo de 1930-31 a escola foi transferida para a Rua João de Deus com a designação de Escola Industrial e Comercial “João de Deus”. Em 1951, a instituição passou a denominar-se Escola Industrial e Comercial de Silves. As instalações definitivas foram inauguradas em 1959, no Largo da República. Em 1979 a escola passou a ter a designação pela qual é hoje conhecida, Escola Secundária de Silves.

Os modelos geológicos, utilizados para estudo da geomorfologia ou geodinâmica, permitem a visualização da superfície da crosta terrestre no que respeita ao relevo, e a análise das forças (endógenas ou exógenas), responsáveis pelas formas resultantes. No modelo apresentado, é possível visualizar as várias camadas estratigráficas. Existem outros que apresentam a dinâmica terrestre de forma mais realista.

De facto, a dinâmica terrestre resulta da interação de agentes de geodinâmica interna e externa, estudados por diversas ciências como a meteorologia, a hidrologia, a oceanografia, a geomorfologia ou a fisiografia. As manifestações visíveis do dinamismo terrestre são a atividade sísmica, a formação da crosta oceânica, montanhas ou vulcões.

Bibliografia e informação adicional:

[http://www.infopedia.pt/\\$historia-geologica-da-terra](http://www.infopedia.pt/$historia-geologica-da-terra)

http://e-geo.ineti.pt/bds/lexico_geologico/default.aspx?letra=F

http://domingos.home.sapo.pt/form_mont_1.html

Para consultar a história da Escola Secundária de Silves:

<http://www.essilves.pt/joomla/>

2012/05/18

18 de Maio – Dia Internacional dos Museus



ME/400208/278

A 18 de maio celebra-se o Dia Internacional dos Museus, criado em 1977, pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), com o objetivo de chamar a atenção do público para o importante papel dos museus no desenvolvimento da sociedade. Em 2012 o tema proposto é “Museus num mundo de mudança: Novos desafios, novas inspirações”. No âmbito deste evento disponibilizamos uma exposição *online* sobre o espólio geológico existente no Museu Virtual da Educação.

“A Geologia estuda a composição, a estrutura e a história da Terra, bem como as suas características físicas e os processos que lhe dão origem. Os estudos relacionados com esta área permitiram não só a datação da idade da Terra, mas também a localização e gestão de recursos naturais. Em estreita relação com a geografia ou a biologia, a geologia utiliza as ferramentas da química, da física e da matemática para o avanço da ciência. A Mineralogia, outra das ciências da terra que se relaciona com a geografia, estuda a química, a estrutura e as propriedades físicas dos minerais. Para além da classificação dos vários tipos de rochas, a sua área de atuação estende-se à sua génese e evolução química. A par destas duas áreas do saber, pode igualmente referir-se a Paleontologia, disciplina científica que funciona como ponte entre as ciências geológicas e as

ciências biológicas. O seu objeto de estudo direto são os fósseis, ou seja, vestígios de organismos, animais ou vegetais, conservados em rochas. Como tal, um fóssil é um objeto geológico e constitui uma ferramenta de grande importância quer para a geologia (formação das rochas, variações climatéricas, dinâmica dos solos), quer para a biologia (reconstituição de habitats naturais e variedade de espécies existentes), permitindo conhecer a vida na terra em todos os seus aspetos.

O espólio museológico da educação relacionado com estas ciências é vasto e está presente em todas as instituições escolares, em maior ou menor quantidade. São frequentes as coleções de minerais, utilizadas em contexto das práticas pedagógicas para estudo e visualização dos seus processos de formação e características físicas. A escala de Mohs, que quantifica a dureza dos minerais e a escala de Kobell, que quantifica a fusibilidade, são igualmente uma constante. A par destas, os modelos de eixos de cristalização (eixos coordenados que permitem definir no espaço a direção das faces dos cristais) ou os modelos cristalográficos (explicam a rede cristalina dos minerais) ocorrem com frequência nos acervos escolares, permitindo aos alunos a correta visualização deste tipo de estruturas. Menos frequentes, ou em número mais reduzido são as coleções ou exemplares de fósseis.”



ME/401250/2220



ME/401857/772/22



ME/402631/450

2012/05/22

Instrumentos de escrita no Museu Virtual da Educação



ME/400348/39

O ato de escrever exige suporte e instrumentos próprios para que possa ser realizado. Não nos cabe fazer uma análise da evolução dos materiais e dos suportes de escrita, mas sim uma breve descrição dos objetos deste tipo, utilizados em contexto escolar e presentes no Museu Virtual da Educação.

“Instrumentos de escrita manual no Museu Virtual da Educação

A invenção da escrita pode ser considerada uma das descobertas mais marcantes da humanidade. O ato de escrever exige suporte e instrumentos próprios para que possa ser realizado. Como tal, por instrumento de escrita entende-se qualquer objeto ou utensílio utilizado para o desenho de signos gráficos sobre um determinado suporte.

Não nos cabe fazer uma análise da evolução dos materiais e dos suportes de escrita, mas sim uma breve descrição dos objetos deste tipo utilizados em contexto escolar e presentes no Museu Virtual da Educação. O manuseamento de objetos de escrita por parte dos alunos é fundamental para a aquisição de competências ao nível da língua e da grafia.

A pena foi o instrumento de escrita por excelência, perdurando até aos nossos dias e estando ainda, simbolicamente, ligada à literatura. No entanto, os avanços

tecnológicos que se fizeram sentir desde o século XVIII transformaram amplamente não só a aprendizagem da escrita, como também a generalização das canetas metálicas, dos aparos, do giz ou das lousas que tiveram um impacto enorme no ensino.

Lápis de carvão e apara-lápis

Não existem exemplares dos chamados lápis de carvão no Museu Virtual, uma vez que se trata de um material de rápido desgaste. No entanto, não poderíamos deixar de o mencionar pela importância que teve ao nível do ensino e da educação. I



ME/ESDMF/357



ME/ESDMF/356

Uma das primeiras referências a este instrumento foi feita por Konrad von Gesner (1516-1565) que descreve um invólucro de madeira no qual era inserida a grafite. O fabrico industrial dos lápis teve início em 1760 através da fábrica fundada por Kaspar Faber, passando a designar-se, a partir de 1898 “Faber-Castel”. Em Portugal podemos apontar a fundação da Fábrica “Viarco” em 1936.

Face a outros instrumentos, o lápis apresentava a vantagem de poder ser afiado e facilmente apagado devido à invenção, posterior, do apara-lápis e da borracha.

Também não existem exemplares de borrachas no Museu Virtual, e o seu uso só foi divulgado a partir da segunda metade do século XIX, com a descoberta do processo de vulcanização desta matéria.

A produção de “afia-lápis” ou “apara-lápis” desenvolveu-se cerca de 1880, com a produção em massa de lápis. Elaborados em diferentes tipos de materiais e

com diversos formatos, os afia lápis tornaram-se indispensáveis no processo de escrita.

As posteriores inovações na produção de lápis dizem respeito à melhoria da sua forma externa e acabamento.

Caneta



As canetas de aparo, à semelhança do lápis, substituíram o uso da pena. No entanto, tinham de ser mergulhadas num recipiente com tinta, o tinteiro, que também passou a ter grande destaque no plano dos instrumentos de escrita. A caneta de madeira com aparo metálico foi amplamente usada no meio escolar até a década de 1950, aquando da introdução da caneta esferográfica. O aparo condicionava a letra e a forma de escrita.

A constante necessidade de mergulhar a caneta em tinta fez com que se levassem a cabo várias tentativas para juntar um depósito de tinta à caneta – a caneta de tinta permanente. Em 1884, Lewis Edson Waterman produziu pela primeira vez uma caneta deste tipo, embora só viessem a ser comercializadas em maior escala no século XX.





ME/ESDMF/373



ME/ESDMF/374



ME/ESDMF/371

Tinteiro



O tinteiro tornou-se uma peça imprescindível com a difusão da caneta. Elaborado em diferentes materiais e com diferentes formatos, transformou-se num objeto eminentemente prático ou de distinção. O Museu Virtual da Educação dispõe de vários modelos elaborados em metal, vidro ou cerâmica pintada, de utilização ligada ao funcionamento das atividades letivas ou meramente decorativos.



O ato de escrever com pena implicava a incessante necessidade de a mergulhar num tinteiro – a este respeito, muito sublinham que esta rotina tornava a escrita

irregular e morosa. O papel era um artigo precioso que devia ser usado com sabedoria e parcimónia para propósitos bem definidos.



A dificuldade com o reabastecimento de tinta começou a ser solucionada em fins do século XIX com o aperfeiçoamento das canetas-tinteiro,

que tinham algum tipo de reservatório de tinta para garantir maior autonomia a quem escrevia.

O problema nesse caso era o preço elevado que fazia delas, ao menos inicialmente, objetos de uso profissional e não uma ferramenta com a qual qualquer pessoa podia escrever. Os jovens escolares, por exemplo, continuaram, décadas afora, a escrever com a velha pena de metal, provocando, nas salas de aula, as frequentes, desastrosas e desastradas consequências que invariavelmente resultavam dos tinteiros entornados sobre as carteiras.



Há ainda a acrescentar que o crescimento dos índices de alfabetização em grande parte do mundo, ao longo da primeira metade do século XX, provocou uma nova demanda por instrumentos de escrita que fossem, simultaneamente, baratos e confiáveis, demanda essa que só viria a ser plenamente satisfeita com a popularização das canetas esferográficas, um invento dos anos quarenta que se popularizou ao longo dos anos cinquenta.

Facto curioso a respeito das esferográficas e que vale a pena recordar é que o início de sua comercialização resultou em um fenómeno muito parecido ao ocorrido recentemente em relação aos *tablets*, com filas de compradores ansiosos e todas as unidades postas à venda rapidamente esgotadas.

Mata-borrão



O mata-borrão era um instrumento utilizado em conjugação com o papel mata-borrão e destinava-se a absorver a tinta em excesso deixada pelas canetas de aparo ou penas ou para remover um borrão de tinta.

Geralmente em formato de peça oscilante, o mata-borrão fez parte do material escolar utilizado até aos anos 70.



O papel mata-borrão é um tipo de papel muito absorvente. É usado para absorver o excesso de substâncias líquidas, tal como tinta ou óleo da superfície do papel de escrita ou outros objetos.

Atualmente existe uma espécie de papel mata-borrão feito exclusivamente para fins de conservação. Quimicamente purificado, livre de lenhina, ácido e tamponado com carbonato de cálcio (pH 8,5). A este respeito, veja-se os Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho da Direção Geral de Arquivos (DGARQ).

Bibliografia:

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (1988). [Dicionário do Livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico. Lisboa : Guimarães Editores.](#)

DOMINGOS, Sónia (s.d.). *Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho* [on-line]: Lisboa: [Direção-Geral de Arquivos], Divisão de Preservação, Conservação [sic.] e Restauro
http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/norma_pergaminho.pdf [Consulta: Maio de 2012]

GOMES, Eduardo de Castro (2008). *A escrita na História da humanidade* [on-line].
<http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Eduardo_Aspectos_da_escrita_na_Historia_da_humanidade.pdf> [Consulta: Maio de 2012]

HIGOUNET, Charles (2003). *História concisa da escrita*. 10.^a edição. São Paulo: Parábola Editorial.

PAIVA, Vera Lúcia Meneses de Oliveira (ca 2008) *História do material didático* [on-line].
<<http://www.veramenezes.com/historia.pdf> > [Consulta: Maio de 2012]

PORTAL SÃO FRANCISCO (2012). *História do lápis* [on-line]. Brasil: Colégio de São Francisco
<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-do-lapis/>> [Consulta: Maio de 2012]

PINHO, Fábio Assis (2006). *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle*

Hudon e Clare Beghtol [on-line]: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/premio/UNESP_Pinho.pdf > [Consulta: Maio de 2012]

2012/05/29

Programas escolares dos anos 90



Os currículos escolares estão em constante mudança, regidos pelas mudanças políticas, económicas e sociais. O desenho curricular é, por assim dizer, o grande responsável da conceção dos programas de diferentes disciplinas, sendo que a escola está em contante adaptação à sua realidade sociocultural e histórica.



PROGRAMAS ESCOLARES DOS ANOS 90

Os currículos escolares estão com constante mutação, as vicissitudes imanentes a esta sincronia são, grosso modo, regidas pelas mudanças política, económicas

e sociais. Diremos, a reelaboração sucessiva dos *curricula* diverge com a diversidade de concepções de educação adotadas pela sociedade.

“Deste modo, entendemos o *desenho curricular* como um conceito mais global que origina os *programas* de diferentes disciplinas. Essa construção decorre dos movimentos de adaptação da Escola à realidade cultural, social, política e histórica. Esse efeito de *reajustamento* é fundamental porque explica uma parte significativa das dinâmicas de renovação curricular.” (Custódio, 2010:236)

Como afirma Custódio (2010:236), o desenho curricular é, por assim dizer, o grande responsável da concepção dos programas de diferentes disciplinas, sendo que a escola está em contante adaptação à sua realidade sociocultural e histórica – a escola de hoje é bem diferente da de outrora!

“Cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação resultará em um maior rendimento, e poderá ainda atrair novos recursos. A urgente tarefa de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem poderá vir a exigir uma realocação dos recursos entre setores. [...] Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico.” (UNESCO, 1999)

A UNESCO (1999), a este respeito, declara que a utilização adequada de recursos – *programas escolares* – resultará em rendimento escolar e, sobretudo, no redimensionamento de novos projetos socioculturais. O conceito de currículo, assim entendido, como um conjunto de experiências intencionais de aprendizagem vs ensino resulta, certamente, de uma panóplia de intenções e propósitos explícitos que, a seu modo, interferem no quotidiano da vida escolar.

Tendo em linha de conta a realidade sociocultura escolar e, em consonância como os objetivos da UNESCO, o Artigo 9.º (Centros de recursos), Diário da República, 1.ª Série, N.º 202 de 1 de setembro de 1990 declara-se que:

“Ao abrigo do n.º 3 do artigo 41.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, e sem prejuízo do cumprimento de um plano de apetrechamento das escolas progressivamente integradas na experiência, é instituída em concreto uma rede de recursos, que permita simultaneamente reforçar aquele apetrechamento, racionalizando a utilização dos respectivos recursos.” (D.R., 1.ª Série, 1999)

A Lei de Bases do Sistema Educativo², n.º 46/86, aprovada a 14 de outubro, define princípios fundamentais de organização e funcionamento do sistema educativo, incluindo, a partilha integrada de recursos e pedagogias. Os *currícula*, em si mesmo, trespasam qualquer tipo de investigações neutras, antes, traduzem-se em tradições seletivas, desencadeando, por este motivo, motivações política e sociais ao nível da história da educação. Protótipo destas perspectivas são, efetivamente, os *programas escolares* da década de noventa.³

Na esmagadora maioria, os problemas do ensino público da referida década pautam-se por um complexo conjunto sociocultural estreitamente ligado às preocupações estratégicas dos países membros da Comunidade Europeia. O Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação e Cultura (2007), no relatório *Estrutura dos sistemas de ensino, formação profissional e ensino para adultos na Europa*, delinea propósitos políticos sobre as referidas conjeturas educacionais:

- A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, ao estabelecer os objetivos e organização do ensino secundário, define-o como um ciclo único de ensino pós-obrigatório, com a duração de três anos, organizado segundo formas diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos, quer para a vida ativa, devendo ser assegurada a permeabilidade entre estas duas vias.
- A LBSE estabelece ainda os objetivos, as condições de acesso e modelos da organização da formação profissional, enquanto modalidade especial da educação escolar. Com o intuito de diversificar e aumentar a oferta de formação profissional, através de uma rede de escolas de iniciativa local, utilizando recursos públicos e privados, foram criadas, em 1989, as escolas profissionais (Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro).

2 A Lei de Bases do Sistema Educativo foi aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de Setembro, 49/2005, de 30 de Agosto, e 85/2009, de 27 de Agosto. As alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, visaram especialmente os seguintes aspetos: (i) O regime de acesso ao ensino superior, transferindo para as instituições de ensino superior a competência para, no quadro de um conjunto de princípios que fixou, definir o processo de avaliação da capacidade para a frequência, bem como o de seleção e seriação dos candidatos. (ii) O sistema de graus, atribuindo às instituições de ensino superior politécnico a capacidade para a atribuição direta do grau de licenciado; (iii) O sistema de formação de professores: (a) atribuindo às instituições de ensino superior politécnico a competência para a formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico, em condições a definir; (b) Elevando o nível de formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º ciclo do ensino básico do bacharelato para a licenciatura.

3 O Programa Educação Para Todos nasceu em 1990, na sequência de uma Conferência Mundial realizada na Tailândia, tendo como objetivos proporcionar educação básica a todas as crianças e reduzir drasticamente o analfabetismo entre os adultos até ao final da década. O Fórum Mundial da Educação que decorreu em Dacar, no Senegal, em 2000, reafirmou o empenhamento na *Educação Para Todos* e determinou que até 2015 todas as crianças deveriam ter acesso a educação básica gratuita e de boa qualidade.

- O regime de criação, organização e funcionamento destas escolas foi objeto de alteração em 1998 (Decreto-Lei n.º 4/1998, de 8 de Janeiro), visando a consolidação das respetivas potencialidades no domínio do ensino profissional de nível secundário.
- A Portaria n.º 989/1999, de 3 de Novembro, alterada pelas Portarias n.º 698/2001 e n.º 392/2002, de 12 de Abril, estabelece o regime que regulamenta a criação, organização e funcionamento dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), cursos de formação pós-secundária, não superior. O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, revoga esta legislação e estabelece novas regras para a organização e funcionamento destes cursos.

Partindo deste pressuposto, aos novos modelos de organização curricular dos anos noventa são, por assim dizer, frutíferos em publicações e na consolidação de programas formais para todos os cursos que reaparecem no ensino secundário, tanto nos práticos como nos mais teóricos. Formalmente, a importância deste material pedagógico poderá ser confirmada pela reedição consecutiva de alguns documentos (alguns programas são reeditados catorze ou mais vezes).

Na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, atualmente, estão a ser desenvolvidos esforços para garantir a disseminação de todas as fontes de informação respeitante aos programas escolares. Sendo que os programas da década de noventa, devido à sua grande disparidade de conteúdos, estão a ser, biblioteconomicamente, objeto de atenção especial.

Bibliografia:

Custódio, Pedro Balauus (2010). *O novo Programa de Português para o 1º Ciclo do Ensino Básico: Orientações e Perspectivas* [on-line]: Atas do I EIELP, 9 março 2010

<<http://www.exedrajournal.com/docs/02/22-PEDROBALAUS.pdf>> [Consulta: 15 janeiro 2012]

Diário da República, 1.ª Série, N.º 202 de 1 de setembro de 1990

<<http://www.dre.pt/pdf1s/1990/09/20200/35503554.pdf>> [Consulta: 15 janeiro 2012]

Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação e Cultura (2007). *Estrutura dos sistemas de ensino, formação profissional e ensino para adultos na Europa* [online]: Comissão Europeia, Eurydice

<http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/structures/041_PT_PT.pdf> [Consulta: 15 janeiro 2012]

UNESCO (1990). *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990* [on-line].

ED/90/CONF/205/1

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> [Consulta: 15 janeiro 2012]

2012/06/08

8 de junho – O Dia Mundial dos Oceanos visto através de imagens parietais



ME/401950/128

Associando-se ao Dia Mundial dos Oceanos, celebrado a 8 de junho, o Museu Virtual da Educação organizou uma exposição que pretende dar a conhecer a vida marinha através de imagens parietais utilizadas no ensino das Ciências Naturais e Geografia. Este ano, a comunidade internacional pretende encorajar as camadas mais jovens da população na defesa dos oceanos e o tema escolhido foi "Youth: the Next Wave for Change" (Juventude: a próxima vaga da mudança).

“O Dia Mundial dos Oceanos celebra-se a 8 de junho. Esta data foi estabelecida em 1992 quando decorria a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Só anos mais tarde a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco ratificou oficialmente a celebração deste dia. Este ano, a comunidade internacional pretende encorajar as camadas mais jovens da população na defesa dos oceanos e o tema escolhido foi Youth: the Next Wave for Change (Juventude: a próxima vaga da mudança). Os objetivos a atingir são informar o público do impacto das atividades humanas nos oceanos, criar um movimento abrangente de cidadãos informados, despertar a consciência do papel fundamental que os oceanos desempenham na vida quotidiana, mobilizar os indivíduos para projetos de preservação e sustentabilidade dos oceanos. Na verdade, os oceanos ocupam dois terços da superfície terrestre, constituindo não

só o habitat de múltiplas espécies, mas também fornecendo muitos recursos para o homem. Cada vez mais ameaçado, quer pelas atividades humanas, quer pelas alterações climáticas e poluição, o oceano é um bem inestimável e a preservar. O Museu Virtual da Educação associa-se a estas comemorações através desta exposição que pretende dar a conhecer a vida marinha através de imagens parietais utilizadas no ensino das Ciências Naturais e Geografia. Estas imagens são diferentes consoante a função a que se destinam. Desta forma, existem imagens ampliadas, de grande realismo e pormenor, onde são apresentadas as características anatómicas e a morfologia interna de várias espécies animais. Outro tipo de quadros apresenta um conjunto de animais, pertencentes à mesma classe, para que se possam observar as características externas e os elementos que os distinguem. Finalmente, existem ainda quadros que apresentam pormenores do fundo do mar e de diferentes tipos de habitat. Verdadeiro tributo à vida marinha, estas imagens parietais revelam não só pormenores de importância científica, mas também belíssimas representações.”



ME/402436/347



ME/402436/565



ME/400877/27

2012/06/12

Peça do mês de Junho



Sineta

Sineta utilizada para chamar os alunos para as aulas, datada de 1935 e colocada no átrio da escola. A peça pertence à Escola Secundária Dr. Júlio Martins, Braga, com o número de inventário ME/400531/109.

Em 1889 foi criada, em Chaves uma Escola Industrial, que absorveu a anterior Escola de Desenho Industrial. Orientada para o apoio à área industrial, o curriculum escolar contava com Aritmética e Geometria elementar, Português, Língua Francesa e Desenho industrial. Em 1891, devido à reorganização do ensino industrial e comercial por João Franco, a escola foi extinta. Em 1919, volta a ser criada uma Escola Industrial e Aula Comercial pela mão do ministro Júlio Martins, embora sem um edifício construído de raiz. Os cursos ministrados eram os de Serralharia Mecânica e de Carpintaria Civil. Em 1922 foi introduzido o curso de Trabalhos Femininos. Posteriormente, a escola passou a designar-se Escola Industrial e Comercial de Júlio Martins, funcionando nas antigas

instalações da Escola de Desenho Industrial, onde permaneceu até 1961. Com a reforma do ensino em 1948 foram introduzidos mais cursos na Escola que passou a designar-se de Escola Industrial e Comercial de Chaves. Em 1978, a instituição volta a mudar de nome, adotando como patrono o Dr. Júlio Martins.

O sino, ou sineta, é um instrumento metálico, geralmente com formato de campânula, que contém uma peça metálica no seu interior denominada badalo. É utilizado para produzir sons mais ou menos fortes quando o badalo bate na campânula. Pode igualmente produzir som através de um martelo exterior.

Este objeto encontra-se mais associado à cultura católica, comandando a vivência diária das populações. Colocados nas igrejas anunciavam acontecimentos, como festas, atos religiosos, acidentes, entre outros. Neste caso, trata-se de uma sineta escolar, cuja função era igualmente marcar o tempo – a entrada e a saída das aulas.

Bibliografia e informação adicional:

<http://www.geira.pt/museus/tema1/index.asp?id=15>

Para consultar a história da Escola Secundária Dr. Júlio Martins, Braga:

<http://esb3-drjuliomartins.org/inicio.htm>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Secund%C3%A1ria_Dr._J%C3%BAlio_Martins

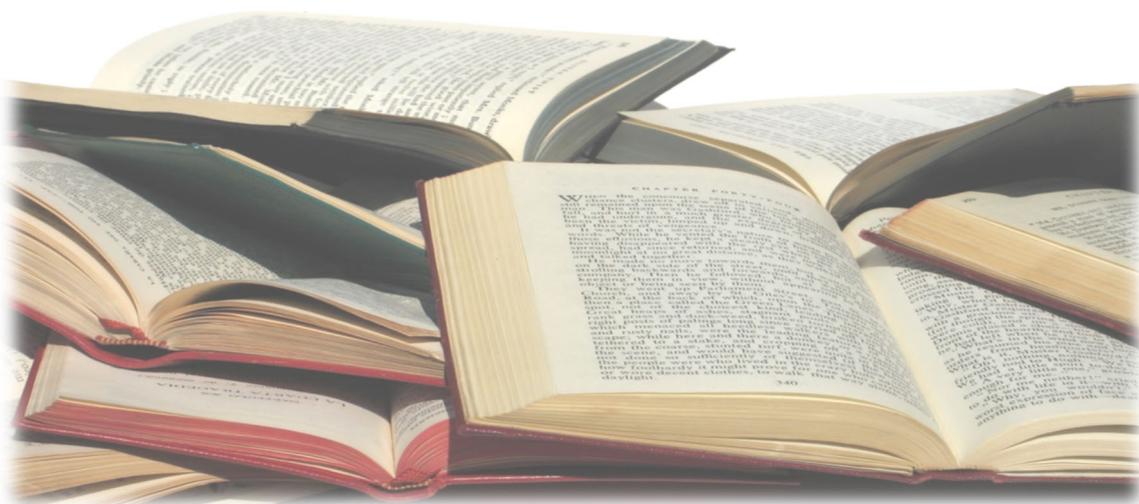
2012/06/20

Tratamento documental de manuais escolares



O tratamento documental do manual escolar, no seu âmbito bibliográfico, é apresentado no presente artigo.

O tratamento biblioteconómico dos manuais escolares



Os pressupostos adotados pela Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo

A Lei n.º 47/2006 de 28 de Agosto, alínea b, artigo 3.º descreve o *manual escolar* como um recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor.

“O manual escolar desempenha uma função central no processo educativo, quer pelo seu papel de mediador entre o currículo prescrito e o currículo programado e planificado, quer pela sua função de legitimação cultural que veicula uma dada informação [...]”(Viseu, 2009:3178)

A par da referida lei, Viseu (2009:3178) sublinha que a essência do manual escolar se restringe a processos educativos e, acima de tudo, é o mediador entre a lei e a informação. A Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente, a Divisão de Serviços de Documentação e Arquivo (DSDA), reconhece a importância da gestão do património bibliográfico, arquivístico e museológico da educação (BAME) que se encontra à sua guarda.

Tecnicamente, este património tem vindo a ser tratado de uma forma integrada, ou seja, cada tipologia documental é perspectivada no seu espaço sociocultural e, desta forma, tratado numa conjuntura recíproca - o manual escolar não é perspectivado *per si*, mas em correlação com os fundos documentais existentes

– tendência biblioteconómica à qual as regras de catalogação estão a dar alguma importância, sobretudo as ISBD(A).⁴

Todos os fundos documentais existentes na DSDA possuem manuais escolares, não obstante, esta documentação mantém-se integrada nos espólios respetivos, esta opção facilita as pesquisas *browsing* e, acima de tudo, respeita a integridade da documentação (i.e. reconstrução de coleções, fundos, estudos locais, personalidades, etc.). Destacam-se os seguintes fundos detentores de manuais escolares:

- *Bibliotecas e Museu do Ensino Primário;*
- *Ministério da Instrução Pública;*
- *Grupo de Trabalho do M.E. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses;*
- *Construções Escolares;*
- *Gabinete de Estudos e Planeamento;*
- *Bibliotecas populares;*
- *Fundo Geral;*
- *António Ginestal Machado;*
- *Faria Vasconcelos;*
- *José Baptista Martins;*
- *Escola Ferreira Borges;*
- *Escola Marquesa de Alorna;*
- *Escola Rodrigues Sampaio;*
- *Escolas Secundária David Mourão Ferreira;*
- *Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.*

Atendendo à necessidade de reintegrar os manuais escolares no contexto da história da educação, a DSDA adota uma definição formal para o tratamento documental desta documentação:

“Adotámos a designação de ‘manual escolar’ porque se trata de livros manuseáveis [...], albergam saberes básicos essenciais e porque esses saberes que se transmitem nos manuais são parte de uma matéria ou disciplina do currículo escolar.” (Santos, 2006)

⁴ International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian).

A definição anterior remete para o conceito de manual escolar enquanto conteúdo, segundo pensamos, existem várias formas para estudar este material didático na perspetiva catalográfica:

- *Antologias - coleção de trabalhos escolares (compêndio);*
- *Guia do professor;*
- *Guia do aluno;*
- *Literatura adjuvante (ex.: silabários, atas escolares, etc.);*
- *Estudos de caso – estudos específicos sobre educação.*

O conceito de manual escolar, em si mesmo, poderá apresentar uma aceção restrita ou lata. Segundo entendemos, a noção conveniente às boas práticas BAME deverá ser abrangente às cinco alíneas anteriores. Esta prática apresenta resultados tanto ao nível da catalogação como da indexação, classificação e pesquisa final.

Este património bibliográfico, como o entende a DSDA, tem uma dimensão museológica, não só devido às suas encadernações, *design*, formato, mas também devido às suas ilustrações. Destacamos, assim, alguns artistas de renome que ilustraram os manuais escolares portugueses, tais como Almada Negreiros, Dário Sousa Rodil, Calvet de Magalhães, Raquel Roque Gameiro, etc..

Todos estes elementos são objeto de estudo, na verdade, a DSDA detém uma Biblioteca Histórica da Educação que visa a excelência no tratamento e, conseqüentemente, na sua disseminação. Como tal, todos os dados referentes a notas gerais (i.e. portarias, adendas, etc.), ilustradores e coautores não são omissos.

Nesta linha de exegese, a própria classificação e/ou indexação dos manuais escolares obedece a regras estritamente rígidas; as notações seguem a seguinte hierarquia semântica:

1. *Área do conhecimento;*
2. *Tipologia;*
3. *Grau de ensino;*
4. *Nome geográfico (usado como assunto).*

Esta classificação pré-coordenada ajudar-nos-á a cruzar pesquisas entre os diversos descritores (Thesaurus Europeu do Sistema Educativo).

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

CARVALHO, Maria da Graça Serreira pena (2010). *O manual escolar como objecto de design* [on-line]: Tese apresentada às Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em design
<<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2791/1/Tese%20vol.1%20CD.pdf>>
[Consulta: maio 2012]

COSTA, Fernando Monteiro da (2010). *Da Capo al Coda, manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização* [on-line]: Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2010
<<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf>>
[Consulta: maio 2012]

MAGALHÃES, Justino (2006). O manual escolar no quadro da história cultural, para uma historiografia do manual escolar em Portugal [on-line]: *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*; Vol. 1 (2006), p. 5-14
<<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01-Justino.pdf>> [Consulta: Maio 2012]

PANEK, Bernadette (2006). Livro de artista: uma integração entre poetas e artistas [on-line]: Anais, IV Fórum de pesquisa científica em arte, *Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2006*
<http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais4/bernadette_pane.pdf> [Consulta: maio 2012]

RIBEIRO, Ângelo (2005). A imagem da obra de arte no uso dos manuais de Educação Visual [on-line]: Tese de Mestrado Educação, Tecnologia Educativa, Julho 2005
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3961/1/A%20imagem%20da%20imagem%20da%20arte%20no%20uso%20dos%20manuais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Vi.pdf> > [Consulta: maio 2012]

SANTO, Esmeralda Maria (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno, auscultação a alunos e professores [on-line]: *Revista Lusófona de Educação*; Vol. 8 (2006), p. 103-115
<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a07.pdf>> [Consulta: maio 2012]

SANTO, Esmeralda Maria (2006). “Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno : auscultação a alunos e professores” [on-line]: *Revista Lusófona de Educação*; N.º 8 (2006), p. 103-115
< <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a07.pdf>> [Consulta: junho 2012]

WISEU, Floriano (2009). O manual escolar na prática docente do professor de matemática [on-line]: *Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009

Exposição virtual - Bordados e tapeçarias da ES D. Luísa de Gusmão, Lisboa



ME/401330/69

A Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, antiga Escola Industrial e Comercial Feminina, possui um espólio museológico bastante rico na área de Lavoros Femininos. Através desta exposição pretende divulgar-se peças como bordados, rendas e tapeçarias executadas pelas alunas.

“A Escola Secundária de Dona Luísa de Gusmão foi criada em 1958 como Escola Industrial Feminina, vocacionada para a população estudantil da zona oriental de Lisboa. Visava a preparação de técnicos intermediários para o mercado de trabalho, nas áreas de economia, gestão, contabilidade e secretariado. Passou a Escola Industrial e Comercial em 1970, mantendo esta designação até 1975 quando foi designada escola secundária. Só em 1974 foram admitidos alunos do sexo masculino. O nome da escola é uma homenagem a Dona Luísa de Gusmão, a esposa de D. João, 8º Duque de Bragança, futuro D. João IV, em 1640. Tratando-se de uma escola feminina, e apesar da preparação técnica que proporcionava, os Lavoros Femininos marcaram fortemente a vida escolar e são a base de um rico espólio museológico escolar na área dos bordados, rendas e tapeçarias, que abarcam um período entre os anos 50 e 70. O bordado é uma forma de criar desenhos ou figuras em tecido, à mão ou à máquina. Para tal, utiliza-se agulhas e fios de diversos materiais para formar o desenho. Esta arte tem uma longa tradição em Portugal,

podendo referir-se a renda de bilros (Vila do Conde e Castro Marim), o bordado de Castelo Branco, os tapetes de lã de Mirandela, a seda de Freixo de Espada à Cinta, os tapetes de Portalegre, os tapetes de Arraiolos, o bordado da Madeira, executados por artesãos talentosos. O espólio apresentado nesta exposição é constituído por algumas tapeçarias bordadas, tapetes e biombos executados à mão por alunas do Curso de Formação Feminina. Não faltam igualmente os bordados e rendas, com diferentes motivos e pontos, bem como toalhas e objetos de uso quotidiano. De destacar os estudos prévios aos bordados, executados com pormenor e criatividade, com o objetivo de dinamizar e recriar esta arte tradicional portuguesa.”



ME/401330/74



ME/401330/73



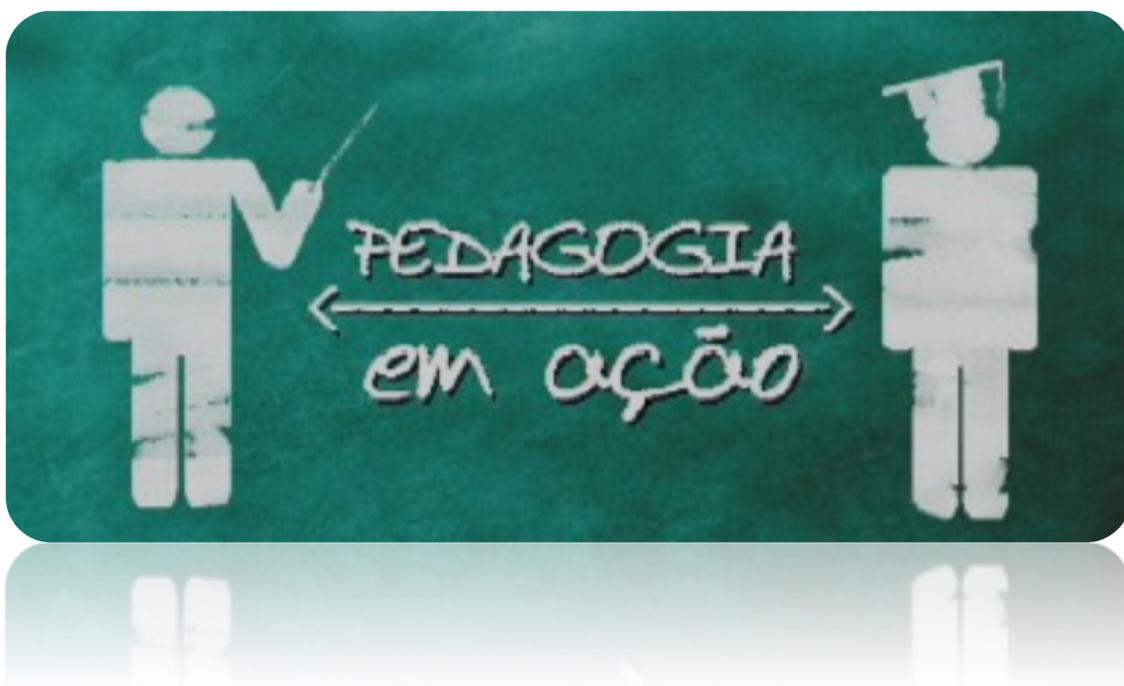
ME/401330/31

2012/07/05

Pedagogia em ação



Destacando o papel dos pedagogos portugueses, apresentamos um conjunto significativo de personalidades que, a seu modo, influenciaram o ato de aprender e ensinar em Portugal e que se encontram disponíveis na biblioteca da Direção de Serviços de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.



A expressão παιδαγωγός (paidagogós) dá origem a pedagogo. O παιδαγωγός não era, entre os gregos, um pedagogo ou um académico especializado; era um escravo responsável por conduzir crianças. Etimologicamente, a formação da palavra pedagogo processa-se por aglutinação. παιδαγωγός é uma expressão que surge da aglutinação de παιδός (genitivo de παῖς, criança), e άγω (conduzir). Assim, o παιδαγωγός é aquele que conduz a criança.

Atualmente, a noção de pedagogo desenha-se com outros traços epistemológicos e sociais. Segundo pensamos, a evolução da consciência coletiva produz um conjunto de saberes holísticos que, a seu modo, induz uma certa hibridez no perfil do pedagogo – a memória da humanidade já não está confinada nas bibliotecas, mas sim em contínua reconstrução. Neste cenário imprevisível, a tarefa do pedagogo deverá reconstruir ações transdisciplinares:

“A tecnologia não permite que se sustente mais o mestre-transmissor de conteúdos - isso pode ser feito, a partir de agora, por softwares interativos mais completos, abrangentes e dinâmicos. Mas cabe ao novo professor atuar de uma forma muito mais importante, como uma espécie de arquiteto cognitivo [...]” (Ramal, 2002)

A noção de pedagogo como *arquiteto cognitivo* requer um dinamismo atento ao mundo do conhecimento. O pedagogo enquanto *projetor, executor e supervisor* de obras intelectuais reconstrói comunidades de aprendizagem capazes de comunicar aprender, coletivamente.

Segundo Eduardo Franco (Franco, 1999), a história da pedagogia em Portugal, não pode ser feita sem um profundo conhecimento, ao longo dos tempos, do ideário pedagógico que se impôs na formação da mentalidade portuguesa. Sendo que a acção realizada por estadistas e educadores, médicos e professores, arquitectos e pedagogos, entre tantos outros, contribui para formatar um modelo que deve assegurar a consolidação da identidade nacional e a preparação para a nova sociedade industrial em espaços que preservem a saúde das crianças e lhes permitam progredir de forma sistemática nas aprendizagens escolares (cfr. Nóvoa, s.d.).

Escusado será dizer que a comunidade científico-educacional se alimenta dos professores e legitima-se através de uma reflexão sobre eles. Deste modo, não espanta que também os pedagogos sejam excessivos nas referências aos professores, pois esta é a melhor maneira de valorizarem o seu próprio trabalho.

Atendendo ao exposto, descrevemos no *quadro* seguinte um conjunto significativo de pedagogos portugueses que, a seu modo, influenciaram o ato de aprender e ensinar em português e que, como verificamos, estão disponíveis na biblioteca da Direção de Serviços de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência.

Autor	Título	Cota:
Agudo, J. Dias (1898-1984)	<i>O ensino inicial da aritmética</i> Revista Escolar; A. 10, N.º 9 (Nov. 1930), p. 517-524	BMEP PP 52
	<i>O ensino sistemático da moral</i> Revista Escolar; A. 11, N.º 7 (Jul. 1931), p. 385-389	FV PP 28
	<i>O professorado perante os novos métodos de ensino</i> Revista Escolar; A. 5, N.º 10 (Dez. 1925), p. 409-412	BMEP PP 52
	<i>O sincretismo infantil</i>	BMEP 234
Aguilar, Pedro (1828-1879)	Collecção de manuscriptos para exercicios de leitura nas escholas	BMEP MAN 650
Alberty, Ricardo Rosa y (1882-1977)	<i>Cooperativa do professorado primário</i> Boletim Pedagógico; A. 1, n. 7 (15 Set. 1915), p. 87-88	BMEP PP 17
	<i>A escola de ontem</i> Revista Escolar; A. 10, n. 1 (Jan. 1930), p. 23-35	BMEP PP 52
	<i>A radiofonia e a educação popular</i> Revista Escolar; A. 12, n. 7 (Jul. 1932), p. 340-353	BMEP PP 52
Almeida, A. Betâmio de (1920-1985)	<i>Curso básico de arte, ou Um novo desenho nos liceus</i>	EFB 21
	<i>educação estético-visual no ensino escolar</i>	BMEP 2230
	<i>Ensaios para uma didáctica do desenho</i>	JBM 107
Américo, Padre (1887-1956)	<i>Doutrina</i>	BP 66
	<i>Viagens</i>	BP 67

Amor, Manuel Antunes (1881-1940)	Bibliografia Revista Escolar; A. 15, n. 3 (Mar. 1935), p. 155-157	FV PP 28
	O ensino inicial da leitura e escrita Revista Escolar; A. 12, n. 8 (Out. 1932), p. 415-419	FV PP 28
	Revolução nas escolas	BMEP 223
Andrade, Abel de (1866-1958)	Boletim da Direcção Geral de Instrução Publica	BMEP PP 43
Andrade, Vitória Pais Freire de (1882-1930)	A acção dissolvente das touradas	BMEP 004764
	A mulher, factor de progresso social Educação Social; A. 2, N.º 3 (Mar. 1925), p. 80-82	FV PP 35
Arroio, António (1856-1934)	O desenho infantil e o ensino do desenho na escola primária	AGM 38
	Algumas palavras acerca do trabalho do professor José Pereira sobre o desenho na escola primária Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública; A. 5, fasc. 2 (1934), p. 278-284	BMEP PP 44
Barros, João de (1881-1960)	A escola e o futuro	ERS 1223
	A reforma de instrução primaria	ERS 1555
	A Republica e a escola	ERS 2624
Borba, Tomás (1867-1950)	O canto coral nas escolas Revista de Educação Geral e tTechnic; S. 1, n. 3 (Abr. 1912), p. 232-241	ERS PP 49
	Exercícios graduados de solfejo	FG 54
	Solfejos autógrafos de compositores portugueses	BMEP 004401
Braga, Teófilo (1843-1924)	Contos phantasticos	ERS 2311
	A patria portugueza	ERS 844
Cabreira, Estefânia (1900-1971)	O cancionero do bebé	BMEP MAN 2356
	Cantares de Portugal	BMEP 004432
	Como se aprende a redigir	BMEP MAN 405
Caires, Lutgarda Guimarães de (1873-1935)	A dança do destino	ERS 2390
Campos, Agostinho de	Educar na família, na escola e na vida	FG 426
	O império e a educação	FV 937

(1870-1944)	Origem portuguesa da orientação profissional? Boletim do Instituto de Orientação Profissional. Lisboa: Ministério da Educação Nacional; S. 1, N.º 6 a 9 (1928), p. 23-28	FV PP 54
Caraça, Bento de Jesus (1901-1948)	Conferências e outros escrito	LIT 781
Cardoso Júnior, Francisco José (1884-1969)	A disciplina escolar Revista Escolar; A. 8, n. 6/7 (Jun.-Jul. 1928), p. 185-192	BMEP PP 52
	Uma escola maravilhosa Revista Escolar; A. 10, n. 10 (Dez. 1930), p. 557-560	BMEP PP 52
	Noções de história para uso dos alunos da 3.ª classe dos liceus	AGM 62
	O problema da educação infantil Revista escolar; A. 12, n. 7 (Jul. 1932), p. 360-363	BMEP PP 52
Carvalho, Rómulo de (1906-1997)	A astronomia em Portugal no século XVIII	GTMECDP 582
	A doutrina heliocêntrica de Copérnico e a sua aceitação em Portugal	BMEP PP 477
	Experiências escolares com o osciloscópio de raios catódicos	BMEP 004795
	A história natural em Portugal	BP 1897
	Lições de hum pai a huma filha sua na primeira idade Palestra; N.º 30 (1967), p. 83-93	BMEP PP 477
Coelho, Adolfo (1847-1919)	O curso superior de letras e os cursos de habilitações para o magistério secundário Notas sobre Portugal, introd. António Teixeira Júdice, António Arroio. Lisboa: Imprensa Nacional; Vol. 1 (1908), p. 536-347	ERS 1309-2
	Educação e pedagogia	ERS 3179
	Os elementos tradicionais da educação	BMEP 203
	O ensino primário superior	ERS 793
	Exercícios corporaes e desenvolvimento moral Boletim da Direcção Geral de Instrução Publica. Lisboa: Imprensa nacional; A. 4, fasc. 1/6 (Jan.-Maio 1905), p. 369-440	ERS 3180
	Questões pedagógicas	

	<i>O trabalho manual na escola primária</i>	BMEP 53
Correia, J. Diogo	<i>Ciências naturais: ensino primário, 4.ª classe</i>	BMEP MAN 2282
	<i>Novo sistema inicial de leitura</i>	BMEP MAN 110
Castilho, António Feliciano de (1800-1875)	<i>Tratado de mnemónica, ou, Methodo facilimo para decorar muito em pouco tempo (3 volumes)</i>	ERS 2192-1/3
Castro, Fernanda de (1900-1994)	<i>A princesa dos sete castelos</i>	BP 620
Coelho, J. Augusto (1850-1925)	<i>O ensino inicial de leitura: principios fundamentaes, suas applicações ao methodo portuguez de Castilho e à cartilha maternal de João de Deus</i>	BMEP 179
	<i>Organização geral do ensino applicavel ao estado actual da nação portugueza</i>	BMEP 857
	<i>A reforma do ensino primário</i>	BMEP 1632
Coelho, Trindade (1861-1908)	ABC do povo	BMEP MAN 12
	O meu livrinho	BP 28
	Primeiras noções de educação cíclica	ERS 1169
Costa, António da (1824-1892)	<i>Necessidade de um Ministério de Instrucção Pública</i>	BMEP 57
Costa, Emílio (1877-1952)	<i>Aspectos sociais da orientação profissional</i>	BMEP 4634
	<i>O destino do proletariado intelectual</i>	FV 613
	<i>As escolas normais</i> Educação; A.1, S.1, N.1 (15 Jan.)	BMEP PP 41
	<i>Sôbre o ensino técnico elementar</i> Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho; N.º 2 (Out. 1941), p. 70-88	FV PP 53
Costa, Maria Irene Leite da (1911-1996)	<i>Contribuição para a avaliação do nível mental nos indígenas de Angola</i>	FV 654
	<i>O teste do desenho de Fay</i>	IAACF 85
	<i>O teste de desenho de Prudhommeau</i> A criança Portuguesa; A. 9 (1949-1950), p. 299-308	IAACF PP 3
Costa, Rui Carrington da (1894-1964)	<i>Contribuição para o conhecimento do nível mental da criança portuguesa</i> A Criança Portuguesa; A. 15-16 (1956-1957), p. 251-272	IAACF PP 3
	<i>Da orientação profissional e da orientação educacional</i>	IAACF PP 3

	A Criança Portuguesa; A. 9 (1949-1950), p. 89-108	
	A Escola Nova e o pensamento pedagógico de Ortega y Gasset Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho; N.º 4 (Out. 1943), p. 113 – 138	IAACF PP 3
	Método heurístico Arquivo Pedagógico; Vol. 4, n.º 1/4 (Mar.-Dez. 1930), p. 69-86	BMEP PP 25
Cortesão, Jaime (1884-1960)	Contos para crianças	BP 641
Corvo, Andrade (1824-1890)	A agricultura e a natureza	ERS 29
	Da agua para as regas	ERS 36
	Physica popular	ERS 72
Cunha, Pedro José da (1867-1945)	A educação da mulher	BMEP 228
	O ensino da matemática nos liceus	BMEP 004385
	O ensino secundário do sexo feminino em Portugal Revista de Educação Geral e Technica; S. 4, n. 4 (Abr. 1916), p. 224-233	BMEP PP 15
	Universidade de Lisboa Boletim oficial do Ministério de Instrução Pública; A. 2, n.º 13/16 (1917), p. [3]-25)	BMEP PP 44
Deus, João de (1830-1896)	Arte de escripta	BMEP MAN 436
	Cartilha maternal, ou, Arte de leitura	BMEP MAN 2754
	Prosódia portugueza	BMEP 5022
Deusdado, Manuel António Ferreira (1858-1921)	João de Deus e a cartilha maternal Revista de Educação e Ensino; Vol. 3 (1888), p. 183-185	
	A sugestão hypnotica na educação	BMEP 5142
Duarte, Carvalhão (1897-1972)	A nova escola Educação social; A. 1, N.º 9 (10 Maio 1924), p. 153-155	ERS PP 47
	A União dos Professores Primários e o ensino popular Revista Escolar; A. 10, N.º 3 (Mar. 1930), p. 180-183	BMEP PP 52
Dória, Raul (1878-1922)	Sociedades comerciais	EFB 90

Ferreira, António Aurélio da Ferreira, António Aurélio da Costa (1879-1922)	<i>A agudeza visual e a auditiva debaixo do ponto de vista pedagógico</i> Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública; A. 1, N.º 1 (1916), p. 15-23	BMEP PP 44
	<i>A Casa Pia e o ensino de farmácia em Portugal</i>	BMEP 004902
	<i>Gimnástica, escola de moral e de civismo</i> Revista de Educação Geral e Technica. Lisboa: Centro Typ. Colonial, S. 5, n. 1/2 (Out. 1916), p. 84-91	BMEP PP 15
	<i>Sôbre umas provas de exame da atenção voluntária visual</i> Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública; A. 1, N.º 4 (1916), p. [257]-270	BMEP PP 44
Ferreira, Pedro José (1854-1941)	<i>A higiene activa</i>	FV 64
Ferreira, Orbelino Geraldes (1914-1965)	<i>Legislação e administração escolar</i>	JBM 318
Ferreira, Teófilo (1840-1894)	<i>Regulamento provisorio das escolas centraes do Municipio de Lisboa</i>	MESGBHE BMEP 25
Fontes, Vítor (1893-1979)	<i>O anormal : definição, classificação e etiologia</i>	FV 50
	<i>A assistencia aos atardados mentais</i>	FV 459
	Assistência psico-pedagógica nas clínicas de pediatria A criança Portuguesa; A. 3 (1943-1944), p. 35-42	IAACF PP 244
	Contribuição portuguesa em matéria de médico-pedagogia A Criança Portuguesa; A. 2, N.º 1 (Dezembro 1942-1943), p. 35-46	IAACF PP 244
Gama, Sebastião da (1924-1952)	<i>Diário : Sebastião da Gama</i>	LIT 213
Grácio, Rui (1921-1991)	<i>Das ciências de educação em Portugal</i>	TXT 20
	<i>Educação e educadores</i>	HIST ED 51
	<i>Portugal : educação em números</i>	POL ED 702

	<i>A reforma das Faculdades de Letras e a formação do magistério secundário</i>	ENS SUP 463
Ghira, Mariano (1827-1877)	<i>Compendio de desenho linear</i>	BMEP MAN 2227
	<i>Relatório sobre a visita de inspeção extraordinária às escolas do districto de Lisboa feita no anno lectivo de 1863-1864</i>	FG 148
Lamas, Maria (1893-1983)	A estrea do Norte	BP 754
Leitão, C. A. Marques (1855-1938)	<i>Educação primária</i>	BMEP 216
	<i>Enseignement spécial industriel et commercial</i>	ERS 1099
	<i>Trabalhos manuais educativos</i>	BMEP 182
Leite, Luís Filipe (1828-1898)	Do ensino normal em Portugal	FG 442
Lemos, Álvaro V. (1881-1972)	<i>Centros de cultura para professores</i> Revista Escolar; A. 3, N.º 4 (Abr. 1923), p. 97-105	FV PP 28
	<i>A Educação Nova no Congresso de Locarno e na reunião da cidade de Genebra do Centro Internacional de Educação</i>	BMEP 221
	<i>As novas técnicas escolares no ensino popular e outros modernos auxiliares de educação</i> Revista escolar; A.9, N.º 9 (Nov. 1929), p. 548-556	BMEP 221
	<i>As novas técnicas escolares no ensino popular e outros modernos auxiliares de educação</i> Revista escolar, Vila Franca de Xira; A.9, N.º 9 (Nov. 1929), p. 548-556	BMEP PP 52
	<i>O trabalho manual sob o aspecto social</i> Educação Social; A. 1, N.º 2 (Jan. 1924), p. 17-20	FV PP 35
Lima, Adolfo (1874-1943)	<i>A educação da mulher</i> Educação Social; A. 2, N.º 3 (Mar. 1925), p. 87-94	FV PP 35
	<i>A escola única</i> Educação Social; A. 1, N.º 2 (Jan. 1924), p. 27-29	FV PP 35
	<i>Orientação geral da educação</i> Revista de Educação Geral e Techica. Lisboa: Centro Typ. Colonial; S. 5, N.º ½ (Out. 1916), p. 19-69	FV PP 97
	<i>O teatro da escola</i>	BMEP 1207

	<i>Os trabalhos manuais educativos em Portugal</i> Educação Social. Lisboa: Emp. Lit. Fluminense; A. 3, N.º 9 (Set. 1926), p. 292-297	FV PP 35
Lima, António (1883-1968)	<i>O ensino de Botânica</i> Educação; A. 1, N.º 15 (Ago. 1913), p. [174]-177	BMEP MAN 2194
	<i>Como ensinamos as ciências</i> Boletim da Escola-Oficina; N.º 1, N.º 2 (Abr. 1918), p. 69-138	BMEP PP 42
	<i>Vinte experiências simples de acústica</i>	BMEP MAN 2194
Lisboa, Irene (1892-1958)	<i>Brinquedos e jogos educativos</i> Revista Escolar; A. 5, N.º 7 (Jul. 1925), p. 257-269	BMEP PP 52
	<i>A escola atraente</i> Revista Escolar; A. 6, N.º 10 (Dez. 1926), p. 405-419	BMEP PP 52
	<i>Vida escolar de crianças de cinco anos e meio a sete</i> Revista Escolar; A. 7, N.º 2 (Fev. 1927), p. 69-74	BMEP PP 52
	<i>Vida escolar de crianças de cinco anos e meio a sete</i> Revista escolar; A. 7, N.º 2 (Fev. 1927), p. 69-74	BMEP PP 52
Lima, Sílvio (1904-1993)	<i>Desportivismo profissional</i>	BMEP 004213
	<i>Ensaio sobre a ética de Guyau nas suas relações com o crise moral contemporânea</i>	FV 1098
Loureiro, João Evangelista (1926-1986)	<i>Estruturação e análise de alguns princípios educativos da "obra da Rua"</i>	PSICOPED 71
	<i>À procura de uma pedagogia humanista</i>	PED 60
Machado, Bernardino (1851-1944)	<i>A educação</i>	BMEP 988
	<i>Introdução à Pedagogia</i>	BMEP 210
Malpique, Cruz (1902-1992)	<i>Higiene intelectual e moral do estudante</i>	BMEP 004714
Manaças, António (1889-1920)	<i>Os delegados paroquiais</i> Boletim Pedagógico; A. 1, n. 8 (1 Out. 1915), p. 107	BMEP PP 17
	<i>Exames do 2.º grau</i> Boletim Pedagógico; A. 1, n. 3 (Jul. 1915), p. [29]	BMEP PP 17
Medeiros, Maria Amália Borges de (1919-1971)	<i>Uma escola de trabalho ao nível dos primeiros graus de ensino</i> Escola Democrática; N.º 3 (Nov. 1975), p. 15-17	BMEP PP 312

	<i>O papel e a formação dos professores</i>	ESMA 274
	<i>As três faces da pedagogia</i>	BMEP 512
Oliveira, António J. de Sá (1872-1954)	Analyses de livros Revista de Educação Geral e Technica; S. 1, n. 1 (1911), p. 67-69	BMEP PP 15
	Ensino particular Revista de Educação Geral e Technica; S. 1, n. 3 (Abr. 1912), p. 206-218	BMEP PP 15
Oliveira, Leal de (1894-1977)	<i>Construção e conservação dos ginásios e do respectivo material didáctico</i> Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar; A. 3, fasc. 1 e 2 (1946), p. 5-39	BMEP PP 116
	<i>A educação física escolar</i> Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar; A. 1, fasc. 3 (1944), p 157-184	BMEP PP 116
	<i>O papel dos exercícios físicos na formação da nacionalidade e na vida do império português</i> Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar; A. 3, fasc. 3, 4 e 5 (1946), p. 173-208	BMEP 1656
Osório, Ana de Castro (1872-1935)	<i>De como Portugal foi chamado para à guerra</i>	FG 568
Pestana, Alice (1860-1929)	<i>Uma escola</i> Revista de Educação Geral e Technica; S. 3, N.º 3 (Jan. 1915), p. 293-297	FV PP 97
Paixão, Braga (1892-1982)	<i>Educação moral</i> Revista de Educação Geral e Technica; S. 3, N.º 2 (Out. 1914), p. 134-157	BMEP PP 15
	<i>Educação moral: o liceu, a família, o meio social</i> Revista de Educação Geral e Technica; S. 3, N.º 1 (Jul. 1914), p. 3-21	BMEP 4514
	<i>Escotismo</i>	BMEP PP 15

	Revista de Educação Geral e Technica; S. 4, N.º 2 (Out. 1915), p. 106-111	
	<i>Orientação pedagógica</i> Revista escolar; A. 14, N.º 5 (Maio 1935), p. 225-242	BMEP PP 52
Pascoais, Teixeira de (pseud.)	Arte de ser português	ERS 2348
	A escola normal primária	FG 434
Passos, Luís (1888-1954)	Do ensino da Geometria na escola primária e na escola normal primária Revista de Educação Geral e Technica; S. 6, n. 3/4 (Jan. 1918), p. 209-222	FV PP 97
	Subsídios para a organização duma notação sistemática em geometria Revista de Educação Geral e Technica; S. 4, n. 4 (Abr. 1916), p. 234-258	FV PP 97
Pélico, Sílvio (1890-?)	Legislação comparada do ensino primário e normal	FG 4245
	<i>Alguns aspectos da ginástica científica moderna</i>	BMEP 004282
Pereira, Celestino Marques (1909-1978)	<i>Estrutura geral do problema da educação física da juventude</i>	M. P. 51
	<i>A ginástica em casa</i>	BP 307
Planchard, Émile (1905-1990)	<i>Introdução à pedagogia</i>	PED 232
	<i>Problemas actuais de pedagogia</i>	BMEP 538
	<i>O professor, observador e actor</i>	BMEP 538
Ramos, João de Deus (1878-1953)	Os altos princípios do método de João de Deus	BMEP 850
	A criança em Portugal, antes da escola primária	BMEP 233
	A reforma de instrução primaria	ERS 1555
	<i>Da saúde e higiene do professor</i>	BMEP 004673
Sacadura, Costa (1872-1966)	<i>Educação physica</i> Boletim da Direcção Geral de Instrução Publica; A. 4, fasc. 7/12 (Jul.-Dez. 1905), p. 323-330	BMEP PP 43
	<i>Influência do estado da visão sobre o desenvolvimento intelectual e físico das crianças</i>	ERS 1310
	<i>A tuberculose e a escola</i>	BMEP 301

Santos, Augusto Joaquim Alves dos (1866-1924)	<i>O ensino primario em Portugal</i> Notas sobre Portugal, introd. António Teixeira Júdice, António Arroio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908 (Vol. 1, p. 485-520)	ERS 1309-2
	<i>A nossa escola primária</i>	ERS 1255
	<i>Um plano de reorganização do ensino público</i>	BMEP 93
Santos, Delfim (1907-1966)	Fundamentação existencial da pedagogia	BMEP 558
Santos, João dos (1913-1987)	<i>Factores de insucesso escolar</i> Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho; N.º1 (1955), p. 145-156	FV PP 53
	<i>A higiene mental na escola</i>	BMEP 1051
	<i>Sobre seis casos de anomalias congénitas dos membros na mesma família</i> A criança portuguesa; A. 3 (1943-1944), p. 305-332	IAACF PP 3
Sérgio, António (1883-1969)	<i>Breve interpretação da História de Portugal</i>	GTMECDP 775
	<i>Educação cívica</i>	REF 1919
	<i>Educação primária e infantil</i>	BP 525
	<i>Sobre educação primária e infantil</i>	BMEP 241
Silva, Agostinho da (1906-1994)	<i>O método Montessori</i>	BMEP 1196
Silva, J. Sebastião e (1914-1972)	Introdução à lógica simbólica e aos fundamentos da matemática	JBM 225
	Geometria analítica plana	BMEP MAN 875
Vasconcelos, Faria de (1880-1939)	A educação sexual Seara Nova; N. 189 (Nov. 1929), p. 323-326	FV PP 36
	<i>Estudos de dossiers de orientados</i>	IAACF 314
	<i>Contribuição para o estudo da psicologia de El-Rei D. Duarte</i>	FV 1326//8
	<i>A orientação profissional e os estudos no liceu</i> Boletim do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho. Lisboa: I.O.P.M.L.B.C; N.º 23 (Jun. 1935), p. 11-34	FV 1150
	<i>O que pensam do Instituto de Orientação Profissional aqueles que utilizam os seus serviços</i>	FV 1188

	Seleção escolar	FV 1236//8
Tavares, José Pereira (1887-1983)	Apontamentos de fonética sintáctica Labor; A. 1, n. 1 (Jan. 1926), p. 19-27	FV PP 60
	Exame de consciência	ECOMP 27
Torres, Cristina (1891-1975)	Les difficultés de l'enseignement chez les enfants pauvres	FV 63
Viana, Mário Gonçalves (1900-1977)	Arte de falar em público	BMEP 5242
	A educação integral	BMEP 734
	Princípios de ética desportiva Boletim da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar; A. 9, fasc. 1 e 2 (1952), p. 25-52	IAACF PP 5

Bibliografia:

FRANCO, José Eduardo (1999). *Brotar Educação – História da Brotéria e da Evolução do seu Pensamento Pedagógico (1902-1996)*. Lisboa: Roma Editora.

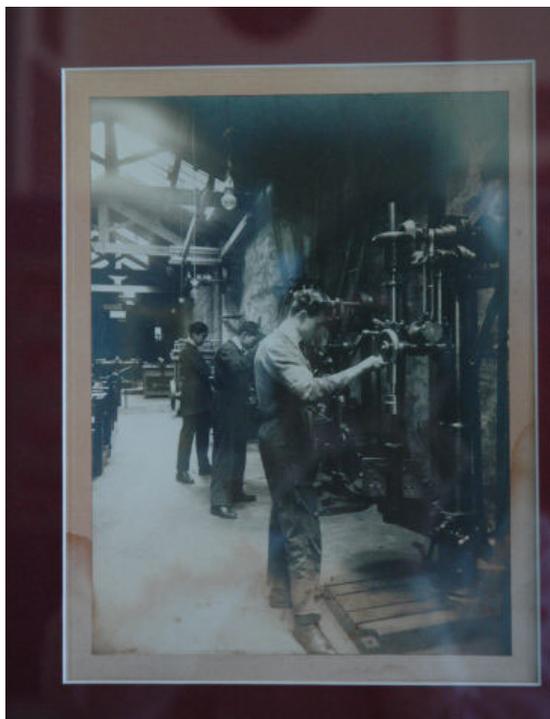
NÓVOA, António (s.d). Educação 2021: para uma história do futuro [on-line].
<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf>
[Consulta: 15 junho 2012]

PEÇA, Américo (2006). Sérgio Niza: a Construção de uma democracia na acção educativa [on-line]: *Educação, Temas e Problemas*; N.º 1, Ano 1 (2006)
<http://www.ciep.uevora.pt/revista/revista1/entrevista_serjio_niza.pdf > [Consulta: 15 junho 2012]

RAMAL, Andrea Cecília. (2002). “Pedagogo: a profissão do momento”. [on-line]. *Gazeta Mercantil*; 6 de março de 2002.
<http://www.idprojetoseducacionais.com.br/artigos/PEDAGOGO.pdf> > [Consulta: 15 junho 2012]

2012/06/12

Peça do mês de Julho



Fotografia

Fotografia emoldurada que retrata a oficina de serralharia - secção de máquinas de furar, limar e aplainar, ainda nas instalações do edifício antigo. Características: cor - policromática; polaridade - positiva; tipo - opaca; orientação - vertical. A peça pertence à Escola Secundária Infante D. Henrique, Porto, com o número de inventário ME/152171/244.

A Escola Secundária Infante D. Henrique foi criada em 1884 por António Augusto Aguiar como "Escola de Desenho Industrial", em Vilar, sob alçada do Museu Industrial e Comercial. Embora só tivesse aberto as suas portas no ano letivo de 1885 – 1886, os programas lecionados procuravam dar resposta aos problemas específicos da região, tornando-se mais úteis, como é o caso do ensino de todos os ramos de desenho. As primeiras matrículas contaram com um total de 555

alunos (545 do sexo masculino e 10 do sexo feminino), embora só fossem admitidos 160, distribuídos por 4 turmas que funcionavam alternadamente.

Em 1891, com a reorganização de João Franco, a escola passou a ministrar o ensino primário elementar e um curso geral complementar. Em 1892 incluíram-se cursos de Lavoros Femininos; em 1922, Artes Gráficas; em 1924, Prático Eletricista; e em 1925 Condutor de Automóveis. A partir de 1933 a escola foi transferida para as atuais instalações.

A fotografia faz parte do espólio museológico da escola e é representativa do ensino industrial e comercial em Portugal. Podemos observar as oficinas onde se encontram vários alunos trabalhando com vários tipos de máquinas.

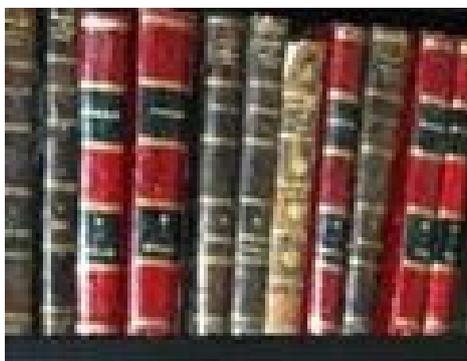
Bibliografia e informação adicional:

Para consultar a história da Escola Secundária Infante D. Henrique, Porto

<http://esidh.pai.pt/>

2012-07-17

Profissionais e instituições: adaptabilidade do “bibliotecário” a novos contextos profissionais



A gestão de informação, na atualidade, lança os “bibliotecários” num labirinto sem contornos epistemológicos, o qual chamamos de hibridez profissional. Devido a tal facto, despontam novas disciplinas que desenvolvem e conceptualizam novos conceitos no domínio da Biblioteconomia.

Profissionais e instituições: adaptabilidade do “bibliotecário” a novos contextos profissionais

A gestão de informação, na atualidade, lança os “bibliotecários” num labirinto sem contornos epistemológicos, o qual chamamos de hibridez profissional. Devido a tal facto, despontam novas disciplinas que desenvolvem e conceptualizam novos conceitos no domínio da Biblioteconomia. A identificação e divulgação da informação perde-se *in illo tempore*, contudo é usual referirmos a cultura grega como uma das primeiras sistematizações explícitas do método racional (ἐπιστήμη), em contraposição com o saber do senso comum (δόξα).

A par destas sistematizações, tão familiares aos profissionais de informação, o crescimento exponencial da informação, na atualidade, rompe com os paradigmas tradicionais do conhecimento. Ao nível das Ciências da Informação, despontam novas sagesas e metodologias para identificação da informação — referimo-nos, sobretudo, a domínios tridimensionais, tanto ao nível de softwares, como de recursos humanos e de conteúdos projetáveis.

Na esteira destas vicissitudes paradigmáticas, a análise dos fluxos de informação exige uma reavaliação dos processos cognitivos (enquanto ser experiencial) e gestor de informação (enquanto ser profissional). Esta dupla atitude, mediante a informação, impele o investigador à reinterpretação de conceitos, simbologias e atitudes proactivas face à comunicação de informação.

Nas Ciências da Informação, e em todos os saberes que exigem semânticas metalinguísticas, há um hiato conceptual entre a noção de *dado vs informação*. Dito de outra forma, a informação é muito mais do que um conjunto ordenado de axiologias linguísticas, dito de outro modo, a ato de informar processa-se através de *representações* intelectuais —os dados e, sobretudo, a informação só ganha sentido através da descodificação de símbolos (o real só o é enquanto descodificado intencionalmente).

A Secretaria-Geral, reconhecendo a importância da informação e da gestão do património *bibliográfico, arquivístico e museológico* da educação (BAME) que se encontra à sua guarda, tem vindo a desenvolver uma *visão integrada* do património da Educação. Isto é, pensa de forma transversal e articulada o património bibliográfico, o património arquivístico e o património museológico. Ao nível conceptual, o olhar que lança sobre o património tem esse enfoque triplo e um bom exemplo disso são os manuais escolares. Antes de mais, os livros escolares são, como é óbvio, espécies bibliográficas. Mas no nosso entender, sobretudo tendo em conta o espólio que possuímos, os manuais podem também ser vistos como documentos de arquivo e como objetos de valor museológico.

Apesar desta potencialidade, à qual a Secretaria-Geral interioriza na sua missão (consagrada na sua Lei orgânica), a informação só ganha sentido enquanto útil (i.e. tomada de decisões). A informação só tem valor/sentido dentro de um certo contexto epistemológico. Desta forma, os projetos da referida Instituição têm como propósito, acima de tudo, a construção de referenciais de (re)conhecimento do património, o que implica a sua referenciação, inventariação, catalogação, tendo sempre como objetivo último a divulgação e o facultar de acesso à informação.

No seio desta problemática, Thomas Davenport, investigador e visionário, tende a ultrapassar a noção de *tecnologia*, entendendo esta como uma mera resolução final da informação. Desta forma, a informação deverá ser perspectivada como o *meio* ou modo de o homem compreender, criar, usar e distribuir conhecimento (o sentido das metalinguagens reside na sua descodificação). Assim, a Secretaria-Geral reconhece que os seus destinatários não são apenas investigadores, mas sim, especialmente, os cidadãos em geral, cujas memórias e cuja construção identitária passou, em larguíssima medida, pelo património escolar de que foram utilizadores e reconstrutores, no sentido em que todos deixamos marcas no material escolar que, durante um determinado período, esteve nas nossas mãos.

As metalinguagens, usadas nos contextos biblioteconómicos, representam diversas culturas e atitudes científicas (são exemplo os formatos e a classificação: UMIMARC e USMARC; CDU e DDC, etc.). Assim sendo, as metalinguagens (contextos) são chaves hermenêuticas de representações e consequente gestão de informação. A própria seleção quantitativa e qualitativa de informação levar-nos-á, inevitavelmente, a um conjunto de processos cognitivos de reavaliação das organizações, diremos à capacidade de ignorar o que se apresenta não relevante ou não descodificável. Atualmente, esta atitude perante a informação representa, em si mesmo, um desequilíbrio nos novos ambientes informacionais.

A Secretaria-Geral do Ministério da Educação tem por missão a preservação, salvaguarda e tratamento do património da Educação. Este desígnio inclui responsabilidades sobre o património quer das escolas, quer das diversas entidades que compõem a estrutura organizacional do Ministério da educação. Por outro lado, e mercê das suas funções e história institucional, a Secretaria-Geral possui um riquíssimo espólio patrimonial, que inclui objetos, espécies bibliográficas e material de arquivo.

É exigido aos profissionais da informação a exegese do sentido e, conseqüentemente, uma sùmula dos estímulos recebidos através da informação. Ou seja, a análise da informação requer uma dialética entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e novas habilidades de recolha e análise de dados: esta perspetiva requer uma integração harmoniosa entre tecnologia, vivência, cultura e informação. Desta forma, as organizações, atualmente, caracterizam-se por novas formas de gestão que, a seu modo, representam uma rutura com os modelos tradicionais baseados em motivação, recompensa e punição dos recursos humanos.

A informação, no contexto atual, deverá repensar-se como *informação completa do meio ambiente*. Esta visão holística requer, por si, uma análise para além das engenharias, ou seja, todos os processos de informação deverão ter como modelo as TIC, valores e crenças, uso de informação, políticas de disseminação de informação, sistemas de informação e, finalmente, as tecnologias como complemento.

Na perspetiva de Lev S. Vygotsky, com grandes influências em Piaget, a esmagadora maioria dos processos de assimilação de conhecimento são, na verdade, processos de internalização. Ou seja, o desenvolvimento cognitivo é sempre o resultado de uma atividade de mediação. O processo de internalização deverá entender-se como a *reconstrução interna de uma operação externa*: um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal, ou seja, uma

operação designada como atividade externa é reconstruída a partir de intuições internas.

Não devemos olvidar de que a tomada de decisões numa organização é atribuída, sem exceção, aos indivíduos que a compõem. A atividade profissional é exclusivamente humana, desta forma, o sucesso de modelos de gestão da informação está fortemente vinculado aos comportamentos e ações individuais e coletivas. Portanto, a organização enquanto tal exerce grande influência neste processo interno vs. Externo.

Reforça, assim, a ideia de que a condição humana só existe enquanto indivíduo. Ou seja, a consciência tem uma dimensão individual, contudo, todo o ser humano é produto coletivo, social e histórico. O indivíduo conhece por meios universais, vivemos no mundo produzindo os nossos pensamentos pessoais, mas para comunidade o próprio trabalho faz parte da comunidade onde estamos inseridos. Nesta atividade é-nos exigido uma grande capacidade racional, não só individual, mas também de cariz coletivo.

Na Secretaria-Geral, nos referidos contornos informacionais, o estudo dos fatores internos e/ou externos manifesta-se com sucesso na criação, seleção, sistematização e disseminação de informação. Sendo que as hermenêuticas da informação são indispensáveis para a criação de significados, construção de conhecimento e tomada de decisões. Dito de outro modo, a reconversão de modelos mentais em conceitos, símbolos, metáforas, etc. são vetores de externalização necessários para a sobrevivência das bibliotecas e da cultura impressa em geral.

O ambiente organizacional, em si mesmo, impele a atitudes cognitivas de interpretação do meio circundante. Esta situação exegética desencadeia a criação de significados e exige, por si, empenho dos recursos humanos da organização para a interpretação de novos ambientes com a finalidade de aprofundar inter-relações, a todos os níveis. A complexidade da ciência e da

tecnologia exigem alternativas urgentes e mais sofisticadas para otimizar os impactos cumulativos de uma sobre a outra:

As bibliotecas espelham os bibliotecários e vice-versa. O indivíduo constitui o pilar fundamental de todas as organizações. Grosso modo, é neste patamar que é comparável a Organização com o Indivíduo, no sentido em que o conhecimento emana do ser vivente e reflete-se na sua criação. Para além deste facto, a valoração do indivíduo como “cérebro” e gestor de informação é uma questão a salutar.

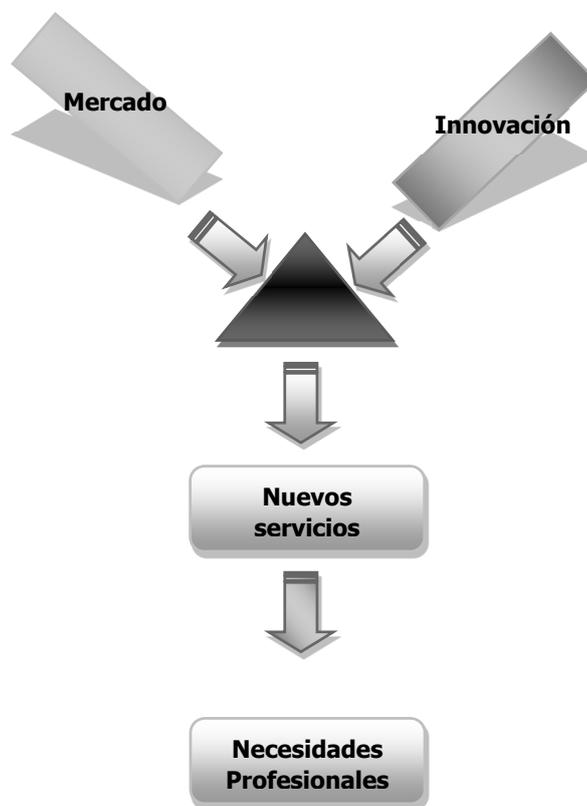
Qual será a postura do “bibliotecário” perante as novas exigências na gestão do conhecimento?

Sebastià i Salat, uma investigadora reconhecida nesta área, reporta-se ao problema atual dos *curricula vitae* face às novas exigências de informação. Digamos, a *descontinuidade* e a *competitividade* são as palavras-chave para a compreensão do problema proposto anteriormente em forma de pergunta. A descontinuidade entende-se como as mudanças de estratégias e de alternativas na gestão de conhecimento, por tal, impõe-se a competitividade através da especialização que, a seu modo, assegura o “equilíbrio” exigido das novas arquiteturas de informação.

No caso particular dos “bibliotecários” é imprescindível a sua adaptabilidade às novas tecnologias capacidade de comunicação interpessoal, disposição para a aceitar e assumir mudanças, tanto ao nível tecnológico como cognitivo. Assim, as confluências da inovação e das condições favoráveis de mercado produzem novos serviços que, a seu modo, requerem novas competências e perfis profissionais:

Figura 1

Criação de necessidades e perfis profissionais



Fonte: Dueñas López, et al. (2005)

Como verificamos na Figura 1, o mercado em geral (criação e consumo de informação, no nosso caso) e a inovação tecnológica potenciam novos serviços e perfis profissionais. Esta indagação é um alerta para os bibliotecários do futuro, na medida em que o sucesso do seu estatuto profissional requer novos perfis e mutação na cadeia de valores (eliminação da resistência à mudança). Qualquer perfil profissional requer conhecimentos, habilidades e atitudes (componentes científicos, cognitivos, afetivos e motivacionais). Perante tal complexidade, Muñoz Cruz (1998) nas sextas *Jornadas Españolas de la Documentación* interroga-se sobre o perfil e o papel dos novos gestores de informação:

“¿Cuál es el perfil del gestor de la Información? El gestor de información se ocupará de la planificación estratégica y la coordinación de todos los

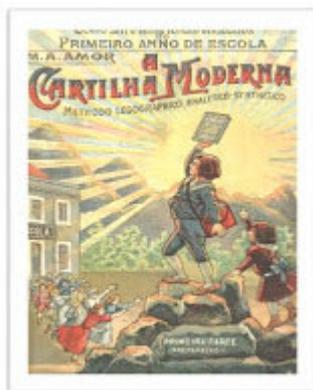
recursos relacionados con la información y participará en el diseño e implantación del sistema de información de la organización, a través de la coordinación de todos aquellos departamentos que manejan información. Esa es la labor que tiene encomendada para el siglo XXI y su formación ha de estar en consonancia con esta necesidad potencial que se detecta desde hace algunos años.” (Muñoz Cruz, 1998)

Como verificamos, Muñoz Cruz interroga-se acerca da hibridez e atitude dos bibliotecários perante a gestão da informação no século XXI. A globalização impõe-se em todos os domínios do saber e, por conseguinte, *a matéria-prima do bibliotecário já não é o documento, mas a informação*: a gestão da informação e a respeitabilidade da missão e a estrutura cognitiva da biblioteca são os ativos invisíveis com maior impacto de competitividade.

O desenvolvimento dos serviços de informação requer técnicas de investigação que permitam os gestores de informação analisarem novas necessidades e antecipar formas de uso: o gestor deve conhecer metodologias tanto qualitativas como quantitativas para analisar o uso e aceção dos serviços dentro da biblioteca.

2012/07/24

Manual escolar - Património Museológico



A história do livro é testemunha de que os manuais escolares passam de utensílios úteis a raros e, em alguns casos, ganham o estatuto de objetos museológicos. Consequentemente, esta vicissitude também se expande aos seus conteúdos programáticos, valores e pedagogias.

“O manual escolar é um produto/mercadoria com profundas repercussões no domínio da sociologia do conhecimento; a sua construção como objecto produto/cultural é também uma questão da ordem do saber; da ordem do livro e da ordem da cognição. Uma epistemologia do manual escolar constitui um desafio conceptual, cuja complexidade, extensível à história do livro, se particulariza, em síntese, numa dialéctica entre discurso e *episteme*.” (Magalhães, 2006:6)

No entender de Magalhães (2006:6), o manual escolar deverá ser perspectivado como *produto/mercadoria* e *produto/cultura*. Quando entendemos o manual escolar como um produto/mercadoria referimo-nos, essencialmente, ao enquadramento histórico desses utensílios pedagógicos. O estudo diacrónico do manual escolar representa-nos, em si mesmo, ciclos de conhecimento e, acima de tudo, petrifica as várias áreas do saber, quer ao nível da história, quer ao nível da ciência.

A par desta perspectiva materialista, o manual escolar entendido como

produto/cultura será sempre definido como uma estrutura cognitiva. O livro como um produto cultural tem vindo, ao longo do tempo, a desenvolver novos conceitos, novas abordagens e atitudes científicas.

Para além desta perspetiva dualista, a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente, a Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo, entende o manual escolar como *objeto/arte*. Entendemos o manual escolar na sua vertente museológica: o livro como objeto de arte, não como repositório de conteúdos de arte, mas arte em si mesmo.

“O livro pode apresentar-se como livro-objeto, como livro de artista ou livro de artista artesanal; pode fazer parte dos livros de bibliófilo ou manifestar-se como documento de performances, de trabalhos conceituais ou experiências de *land art*; pode assumir a forma de livro ilustrado por artistas ou de livro-objeto, livro-poema ou poema-livro, e outras denominações, as quais podem diferir a partir da concepção do referido objecto. Em realidade, não estão claros os limites entre o que é um livro de artista e o que não é, pois existem diferenças conceituais de autor para autor.” (Panek, 2006:41)

Como verificamos, Panek (2006:41) entende o livro como *livro-objeto* e *livro-artista*. A distinção dos vários conceitos, neste investigador, nem sempre é oportuna, ainda assim, podemos adiantar que o primeiro conceito diz respeito à usabilidade e utilidade dos livros, o segundo, descreve a necessidade de plasticidade das diversas tipologias monográficas.

Face ao exposto, podemos afirmar que existe o *livro útil* e o *livro contemplação*. Quanto à forma, a conceção tradicional do livro exige um conjunto milimétrico de fólhos, geralmente, impressos e unidos entre si de modo a criarem um exemplar. As ilustrações contidas nestes artefactos pedagógicos, as encadernações ornamentadas, as observações manuscritas, os autógrafos, etc. fazem do livro como objeto de estudo museológico.

“Acreditando no valor pedagógico da imagem enquanto forma de comunicação e mais ainda, se esta for a imagem de uma obra de arte, temos igualmente o intento de observar e caracterizar a utilização das imagens das obras de arte inseridas no manual, sabendo que, para a

grande maioria dos alunos, é por este intermédio que desenvolvem o seu primeiro contacto com a arte.” (Ribeiro, 2005:6)

Como afirma Ribeiro (2005:6), o valor pedagógico das imagens, das ilustrações e das gravuras inseridas nos manuais escolares fazem destes um meio privilegiado de comunicação estética nas escolas. O livro é um objeto de arte e cultura. Entendemos que a panóplia de manuais escolares depositados na Secretaria- Geral do Ministério da Educação e Ciência deverão também ser perspetivados segundo o pressuposto arte/cultura.

A própria semântica e a estilística contida nos manuais escolares, em si mesmo, testemunham a plasticidade e evolução dos saberes: as pedagogias reencontram-se com a arte. Por exemplo, a *Cartilha maternal ou Arte de leitura* de João de Deus¹, no próprio título contém o binómio *arte vs. leitura*.

Para além desta hermenêutica, os técnicos da Divisão de Serviços de Documentação e de Arquivo, nas suas práticas de catalogação, são sensíveis à descrição de ponto de acesso secundários - o ilustrador e outras menções de responsabilidades afins fazem parte integrante das pistas de acesso à informação, destacamos os seguintes exemplos:

Leituras : para o ensino técnico / realização de Virgílio Couto ; colab. de Júlio Martins, Xavier Roberto ; capa de Almada Negreiros

- **Escola Secundária António Sérgio (V.N Gais) - RES 241-1**
- **Escola Secundária Dr. António Mário Sacramento (Aveiro) – RES 1**
- **Biblioteca Histórica da Educação - FG 113-1**

¹ *Cartilha maternal ou arte de leitura /João de Deus. - 23.ª ed. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1911. - 139 p. ; il. 18 cm. Cota: BMEP MAN 51*

Terra-Mãe : leituras para o 1.º e 2.º anos dos cursos ; colab. de José Salvador Sampaio, Venâncio Ferro ; il. de Dário Sousa Rodil

- Escola Secundária Soares Basto (Oliveira de Azeméis) – RES 47
- Escola Secundária der Vila Real de Santo António – RES 34
- Biblioteca Histórica da Educação - ESDMF 484

Mar sem fim : para o ciclo preparatório do ensino secundário, 1.º ano / Virgílio Couto ; colab. Júlio Martins, Xavier Roberto, M. Fernanda Severo Alves ; il. de Calvet de Magalhães... [et al.]

- Escola Secundária Sebastião e Silva (Oeiras) - RES 451
- Escola Secundária der Vila Real de Santo António – RES 32
- Biblioteca Histórica da Educação - JBM 122

Almada Negreiros, Calvet de Magalhães, Dário Sousa Rodil, entre outros, emprestaram aos manuais escolares cor, movimento e plasticidade. A arte chega a todos e reflete a igualdade de oportunidades, sem qualquer distinção e preconceito sociocultural.

“Finalmente reflectiremos sobre o papel particular das ilustrações nos manuais escolares, as mensagens e as especificidades sociais, culturais e étnicas e a sua importância na standardização da igualdade de oportunidades e de atitudes e comportamentos dos alunos na escola e na sociedade.” (Queirós, 2004:27)

Em nome desta standardização descrita por Queirós (2004:27), a Divisão de Serviços de Documentação e Arquivo descreve as autorias da conceção estética dos manuais escolares nos registos bibliográficos. Desta forma, usa uma panóplia de meta dados, tais como: inscrição pormenorizada no campo 215^c, anotações aquando pertinentes no capó 300^a e especificações várias no campo 702 ou 712 no ^a (120, 130, 140, 240, 440, 510, 600, 750, etc.).

A título de curiosidade, resta-nos sublinhar que com Pires de Lima foram

regulamentadas, no Decreto n.º 37 112, de 22 de Outubro de 1948, as normas de elaboração de conteúdos, seleção e ilustração de textos.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Maria da Graça Serreira pena (2010). *O manual escolar como objecto de design* [on-line]: Tese apresentada às Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em design. <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2791/1/Tese%20vol.1%20CD.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

COSTA, Fernando Monteiro da (2010). *Da Capo al Coda, manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização* [on-line]: Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2010 <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

KUHN, Thomas S. (1996). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

_____ (1979). *Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa* [on-line]: *Extraído das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência*, (Londres, 1965) <http://www.estondela.pt/Biblioteca/livros/filosofia/logica_descoberta_psic_pesquisa.pdf> [Consulta: Maio 2011]

MAGALHÃES, Justino (2006). O manual escolar no quadro da história cultural, para uma historiografia do manual escolar em Portugal [on-line]: *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*; Vol. 1 (2006), p. 5-14 <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01-Justino.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

MERLEAU-PONTY, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura). São Paulo : Martins Fontes.

OLIVEIRA, Anderson Rodrigo de Oliveira (2007). *A revolução copernicana na obra Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant* [on-line]: Trabalho de conclusão do curso de filosofia do Instituto de Filosofia Santo Tomás de Aquino, Seminário Diocesano de São Carlos, 21 de Nov. de 2007

<<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/revolucao-copernicana-razao-pura-ant.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

PANEK, Bernadette (2006). Livro de artista: uma integração entre poetas e artistas [on-line]: Anais, IV Fórum de pesquisa científica em arte, *Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2006*

<http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais4/bernadette_panek.pdf> [Consulta: Maio 2011]

PINTO, Mariana oliveira (2003). Estatuto e função dos manuais escolares de língua portuguesa [on-line]: *Revista Iberoamericana de Educación*; (2003), p. 174-183

<<http://www.ipv.pt/millenium/millenium28/14.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

QUEIRÓS, T. (2004). *[Des]igualdade de Oportunidades nos Manuais Escolares de Educação Física do 2.º ciclo do Ensino Básico? Análise das ilustrações e das percepções de professores/as-estagiários/as.*

Dissertação de Mestrado em Ciência do Desporto - Desporto para Crianças e Jovens. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, Porto.

RIBEIRO, Ângelo (2005). A imagem da imagem da obra de arte no uso dos manuais de Educação Visual [on-line]: Tese de Mestrado Educação, Tecnologia Educativa, Julho 2005
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3961/1/A%20imagem%20da%20imagem%20da%20arte%20no%20uso%20dos%20manuais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Vi.pdf> [Consulta: Maio 2011]

SANTO, Esmeralda Maria (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno, auscultação a alunos e professores [on-line]: *Revista Lusófona de Educação*; Vol. 8 (2006), p. 103- 115

<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a07.pdf>> [Consulta: maio 2011]

ARAIVA, Carlos Alberto Alexandre (2003). *Evolução histórica da abordagem do eletromagnetismo e indução eletromagnética nos livros de texto para o ensino secundário.* 2003. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Aveiro, Aveiro, 2003

WISEU, Floriano (2009). O manual escolar na prática docente do professor de matemática [on-line]: *Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009

<[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10095/1/o%20manual%20escolar%20na%20pr%
c3%a1tica%20docente%20do%20professor%20de%20matem%c3%a1tica.p
df](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10095/1/o%20manual%20escolar%20na%20pr%C3%A1tica%20docente%20do%20professor%20de%20matem%C3%A1tica.pdf)> [Consulta: Maio 2011]

2012/08/01

Modelos anatómicos no Museu Virtual da Educação

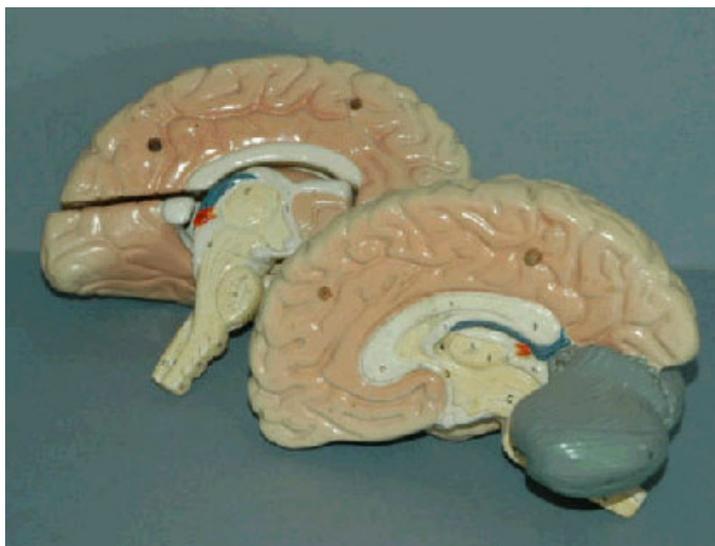


ME/402047/184

Encontra-se disponível a exposição virtual subordinada ao tema dos modelos anatómicos utilizados em contexto das práticas pedagógicas de Ciências Naturais.

“A anatomia é um ramo da Biologia, cujo objeto de estudo é a estrutura interna e externa dos seres vivos. A anatomia humana constitui um campo específico, focado no estudo das estruturas e sistemas do homem. Esta ciência desenvolveu-se inicialmente através da dissecação de cadáveres, que permitia a visualização e o estudo do corpo humano. No entanto, os preconceitos religiosos dificultaram durante muito tempo este tipo de prática, o que se refletiu num avanço lento desta ciência. Durante os séculos XVIII e XIX assistiu-se a um desenvolvimento dos modelos anatómicos, paralelamente à prática da dissecação, que se tornaram extremamente minuciosos e realistas, apresentando o corpo humano de forma precisa ou algumas partes do corpo aumentadas com grande pormenor. Os modelos de cera floresceram em Itália no século XVIII, nomeadamente em Florença – a coleção La Specola (c. de 1771-75) - onde trabalharam Clemente Susini (1754-1814) e Paolo Mascagni (1755-1815). Desta forma, o corpo humano tornou-se acessível aos especialistas e a uma parte da população. A partir de 1822, pode referir-se Petrus Koning (1787-1834) que se dedicou à elaboração de modelos anatómicos tendo por base a técnica italiana. Outro nome de destaque nesta área é Louis

Thomas Jérôme Auzoux (1797-1878), que introduziu o papel-machê nos modelos anatómicos. A sua grande inovação foi a elaboração de modelos desmontáveis, cujos órgãos internos podiam se recolocados. Devemos ainda referir Émile Deyrolle (1838-1917), naturalista francês, cujo trabalho de fabrico e divulgação de modelos anatómicos, bem como de outros espécimes, em muito contribuiu para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de representação anatómica. Parte integrante do ensino das Ciências Naturais, a anatomia tem grande expressão nos espólios museológicos escolares através da presença de inúmeros modelos. Assim, são frequentes os torsos humanos com peças amovíveis ou modelos aumentados de vários órgãos (rim, fígado, coração, cérebro). O estudo dos vários sistemas, olfativo, auditivo, urinário ou visual, pode igualmente ser efetuado através de modelos que se desmontam e permitem aprofundar conhecimentos sobre estas áreas.”



ME/400798/136



ME/401109/362



ME/400774/58

2012/08/08

Exposição virtual: Tipologias de mobiliário escolar



ME/404445/137

Encontra-se disponível a exposição virtual subordinada às tipologias de mobiliário escolar.

“O mobiliário constitui uma importante fonte para o conhecimento das práticas escolares, uma vez que influencia significativamente o desenvolvimento dos alunos em vários aspetos. Em Portugal, este passou a ser um tema de discussão a partir da década de 30/40, quando foram desenhados alguns modelos de carteiras adaptadas à estrutura das crianças. A coleção de mobiliário escolar disponibilizada no Museu Virtual da Educação compreende várias peças utilizadas em contexto escolar. É o caso da carteira, um móvel de assento e de escrita, com um ou dois lugares. O tampo é geralmente inclinado, rebatível ou não, e o assento é fixo. Inicialmente construídas em madeira, as carteiras passaram a integrar elementos metálicos para minimizar os problemas dos xilófagos. Por baixo do tampo, existe por vezes, uma prateleira para colocação de material escolar. O quadro negro era, na maior parte das vezes constituído por uma armação em madeira que sustentava a placa de ardósia sobre a qual se escrevia com giz. Na base da ardósia existe um rebordo em forma de calha a todo o comprimento para colocação dos pedaços de giz e do apagador. Outro tipo de elementos também devem ser referidos, como é o caso dos bancos corridos, colocados nos corredores ou cantinas, mesas, bancos e secretárias. Parte integrante da vida escolar, o quadro de honra destinava-se a distinguir os

alunos que se destacavam ao nível da sua progressão académica. Para além destes, existe todo o tipo de mobiliário de apoio à prática letiva como os armários, as estantes, as vitrinas, as bancadas de laboratório ou os relógios. A partir dos finais da década de 60 do século XX deixam de se utilizar carteiras de tampo inclinado e a clássica secretaria do professor. As áreas de trabalho tornam-se mais amplas e o mobiliário obedece a aspetos ergonómicos, funcionais, técnicos, estéticos e económicos, permitindo mais flexibilidade e adaptabilidade nas salas de aula.”



ME/402321/377



ME/404445/137



ME/401109/358

2012/08/16

Peça do mês de Agosto



Máquina de Wimshurst

Aparelho científico utilizado em contexto das práticas pedagógicas de Física. A peça pertence à Escola Secundária Latino Coelho, com o número de inventário ME/402047/21.

O Liceu de Lamego foi criado em 1880, tendo sido instalado num antigo palacete do século XVIII. Estas instalações, a par da falta de material e equipamento escolar adequado, rapidamente se mostraram inadequadas para o funcionamento da instituição. Em 1919, a escola passou a designar-se Liceu Nacional de Latino Coelho. De 1926 a 1936 seria designado de Liceu Central de Latino Coelho e em 1936 Liceu Provincial de Latino Coelho. Em 1937 inaugurou-se o novo edifício da escola, projetado por Cottineli Telmo, em terreno cedido pela câmara e com capacidade para 365 alunos. Entre 1939 a 1950 foram efetuadas obras de ampliação e beneficiação. Em 1947 volta novamente a ser designado de Liceu Nacional de Latino Coelho.

A Escola Secundária de Latino Coelho é atualmente possuidora de um vasto espólio museológico, do qual destacamos a máquina de Wimshurst, utilizada no

laboratório de física para a realização de experiências na área da eletrostática. Construída cerca de 1882 por James Wimshurst, é constituída por dois discos de vidro ligeiramente afastados, que rodam em torno de um mesmo eixo horizontal, em sentidos opostos. Os discos estão montados em duas pernas que giram livremente sobre um eixo fixo. O eixo está preso nas extremidades, a dois suportes verticais fixados à base da máquina. Nas pernas existem duas pequenas polias, montadas sobre outro eixo abaixo dos discos, que são acionadas por outras polias maiores que, por sua vez, são também acionadas por uma manivela. As polias (grandes e pequenas) estão ligadas por cordões em couro. Um dos cordões é montado cruzado, para que os discos girem em sentidos opostos. Colados às faces exteriores dos discos, há séries de sectores metálicos construídos com folhas de alumínio não muito finas -, formando um padrão simétrico. Estes sectores possuem bordas arredondadas para minimizar perdas de carga, e são mais largos nas bordas que no interior, de modo a manterem distâncias constantes entre as suas bordas laterais. Duas barras metálicas neutralizadoras estão dispostas uma em frente a cada disco cruzadas uma em relação à outra, num ângulo de aproximadamente 60 graus com a horizontal. Estas barras estão fixas em anéis metálicos montados no mesmo eixo dos discos, e são ajustadas em diversos ângulos de inclinação, e fixas pela pressão de parafusos nos anéis. Nas pontas das barras neutralizadoras, estão montadas escovas de finos fios metálicos, que tocam levemente os sectores metálicos nos discos. Os coletores de carga são duas peças metálicas em formato de U que circundam os discos nas laterais da máquina. Estas peças possuem pontas voltadas na direção dos discos, que terminam numa esfera metálica a uma pequena distância destes, mas sem nunca os tocar. Os coletores são suportados por uma barra transversal, em ebonite, presa ao centro dos discos. No mesmo suporte estão também fixados os terminais do "faiscador", que devem poder girar, movimentados pelos longos cabos isolantes. O faiscador termina em esferas metálicas que possuem, por sua vez, bolas menores montadas sobre elas. Estas bolas menores permitem a geração de faíscas maiores que o normal, se uma bola menor estiver no polo positivo com os terminais inclinados na direção do polo negativo.

Bibliografia e informação adicional:

Para consultar a história da Escola Secundária Latino Coelho, Lamego:

<http://www.esec-latino-coelho.rcts.pt/historia.htm>

Para consultar informações sobre a peça:

http://mfisica.nonio.uminho.pt/patrimonio/alfa/pat_alf_m.html

<http://physics.kenyon.edu/EarlyApparatus/>

<http://museudaciencia.inwebonline.net/>

<http://baudafisica.web.ua.pt/Default.aspx>

2012/08/22

Manuais escolares - património arquivístico



A Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência possui um riquíssimo acervo de manuais escolares destacando-se a existência de exemplares não editados - documentos únicos pertencentes a processos de arquivo.

MANUAIS ESCOLARES * PATRIMÓNIO ARQUIVÍSTICO

A Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência possui um riquíssimo acervo de manuais escolares de vários autores, épocas e áreas do conhecimento. Deste espólio constam obras do século XVIII, tal como a *Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar* de Andrade de Figueiredo, datado de 1722,5 até à atualidade

A nível da arquivística destaca-se a existência de exemplares não editados - documentos

5 Descrição técnica em ISBD: Nova Escola para aprender a ler, escrever, e contar: oferecida à Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira parte / por Manoel de Andrade de Figueiredo, Mestre desta Arte nas Cidades de Lisboa Occidental, e Oriental. - Lisboa Occidental: Na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, [1722]. - [16], 156 p., [3], 44 f. gravadas a buril. \$d2°. - Sob pé de imprensa: Com as licenças necessarias, e Privilegio Real. - Segundo Inocência embora no front. venha a indicação de "Primeira parte" a obra está completa. - Data de impressão a partir das licenças. - Front. com vista perspectivada do Terreiro do Paço, encimada por armas reais portuguesas amparadas por dois anjos alados da autoria de B. Picart. - Vinheta ornamentada na p. de tít. - Grav. representando Manoel de Andrade Figueiredo, por Picart (f. [pi]2v.). - Cabeções e capitais ornamentados. - Grav. assinadas Andrade, Assin.: [pi]//2, *-**//4, , A-G//4, [qui]-[11 qui]//4, [12 qui]//1, H-V//4. - Faltam as grav. 24, 40 a 42. - Erros de enc.: grav. não numerada (f. 12[qui]//1) enc. depois da grav. 44 ao invés de antes da grav. 1 (cf. BNP). - Enc. em pele sobre pastas de cartão, com ferros gravados a ouro na lombada. - Dimensões da f.: 30,2 cm. - Tít. lombada: Escola para aprender a ler escrever e contar. - Nota mss. na f. [pi]2 v.

únicos pertencentes a processos de arquivo –, por terem sido inspecionados pela Real Mesa Censória ou por se apresentarem a concurso de livro único, durante o Estado Novo.

Durante muitos anos o órgão que tutelava a instrução pública era o Conselho Superior de Instrução Pública, com sede em Coimbra. Através deste conselho eram feitas as escolhas dos manuais escolares para todo o país, assim como a criação dos programas dos liceus (Cf. Saraiva, 2003).

Como é do nosso conhecimento, durante a 1.^a República, a instabilidade política em Portugal levou a que nem sempre a legislação fosse respeitada no que respeita à adoção de manuais escolares – muitas vezes os concursos para a apresentação de manuais escolares não se realizavam. No concurso realizado em 1921, todos os livros foram rejeitados, deixando a escolha dos manuais a cargo dos professores. No Diário do Governo, n.º 276, de 5 de Dezembro de 1900 declara-se:

“Nas obras aprovadas os seus auctores farão as correcções indicadas pela comissão respectiva e Conselho Superior d’Instrucção Publica, para o que devem apresentar na direcção de instrucção publica, a fim de examinarem os pareceres e fazerem as alterações n’elles indicadas... [...]”.

Devido a estas confluências históricas, os manuais escolares manuscritos, datilografados e reeditados, na posse da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, podem ser vistos nas suas vertentes bibliográfica, arquivística ou museológica – visão integrada. A Secretaria-Geral é detentora de vários manuais escolares de concurso que necessitavam de aprovação para a sua circulação e uso escolar, mesmo antes do Estado Novo. Estes manuais escolares são tratados arquivisticamente, ainda que os trâmites da sua aprovação os convertam em património bibliográfico. Destacam-se dois exemplos:

O manual escolar intitulado *Desenho: opusculo para a 1.ª, 2.ª e 3.ª classes d'instrução primaria*, oficialmente aprovado por decreto de 21 de Novembro de 1910, e posteriormente, rejeitado no processo da Direção Geral de Instrução Primária, entrada a 6 de Agosto, Livro 2, N.º 56, fl. 130.

No exemplar de concurso datado de 1911, na página de rosto, na parte superior direita, encontra-se a palavra *rejeitado*. Na página seguinte encontra-se a seguinte observação manuscrita: “*Declaro, como editor desta obra, que ainda tenho em depósito treze mil exemplares. Quantidade que refuto suficiente para a venda no próximo ano letivo e seguinte. Assinado, Porto, 4 de Agosto 1913, João Gonçalves*”.

Não existe qualquer outra observação para a rejeição deste manual escolar, além de mais, a edição datada de 1911 é exatamente à idêntica à edição de 1910 que a Secretaria-Geral disponibiliza no SIBME com a cota: BMEP MAN 2322

Um exemplo de manual escolar de concurso aceite e manuscrito: *Leituras, II classe : ensino primário elementar* de Manuel Subtil (1875-1969); José da Cruz Filipe (1890-1972); Faria Artur (1881-1871); Gil de Oliveira Mendonça (1879-1947). A Secretaria-Geral detém na sua base de dados a 3.ª edição de 1930, a 21.ª edição de 1935, a 62.ª edição de 1942 com as cotas respetivas BMEP MAN 106, BMEP MAN 182 e IAACF MAN 4. Todo o manual está datilografado a roxo e com anotações manuscritas a vermelho. A numeração das páginas foi feita a lápis verde e todas as folhas estão assinadas por Manuel Subtil.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Maria da Graça Serreira Pena (2010). *O manual escolar como objecto de design* [on-line]: Tese apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em design

<<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2791/1/Tese%20vol.1%20CD.pdf>>

[Consulta: Maio 2011]

COSTA, Fernando Monteiro da (2010). *Da Capo al Coda, manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização* [on-line]: Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2010

<[http://repositorio-](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf)

[aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf)>

[Consulta: Maio 2011]

KUHN, Thomas S. (1996). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

_____ (1979). Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa [on-line]: *Extraído das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência*, (Londres, 1965)

<http://www.estondela.pt/Biblioteca/livros/filosofia/logica_descoberta_psic_pesquisa.pdf>

[Consulta: Maio 2011]

MAGALHÃES, Justino (2006). O manual escolar no quadro da história cultural, para uma historiografia do manual escolar em Portugal [on-line]: *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*; Vol. 1 (2006), p. 5-14

<<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01-Justino.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

MERLEAU-PONTY, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura). São Paulo: Martins Fontes.

OLIVEIRA, Anderson Rodrigo de Oliveira (2007). *A revolução copernicana na obra Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant* [on-line]: Trabalho de conclusão do curso de filosofia do Instituto de Filosofia Santo Tomás de Aquino, Seminário Diocesano de São Carlos, 21 de Nov. de 2007

<<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/revolucao-copernicana-razao-pura-ant.pdf>>

[Consulta: Maio 2011]

PANEK, Bernadette (2006). Livro de artista: uma integração entre poetas e artistas [on-line]: Anais, IV Fórum de pesquisa científica em arte, *Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2006*

<http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais4/bernadette_paneke.pdf> [Consulta:

Maio 2011]

PINTO, Mariana Oliveira (2003). Estatuto e função dos manuais escolares de língua portuguesa [on-line]: *Revista Iberoamericana de Educación*; (2003), p. 174-183

<<http://www.ipv.pt/millenium/millenium28/14.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

QUEIRÓS, T. (2004). *[Des]igualdade de Oportunidades nos Manuais Escolares de Educação Física do 2.º ciclo do Ensino Básico? Análise das ilustrações e das percepções de professores/as-estagiários/as*. Dissertação de Mestrado em Ciência do Desporto - Desporto para Crianças e Jovens. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, Porto.

RIBEIRO, Ângelo (2005). A imagem da imagem da obra de arte no uso dos manuais de Educação Visual [on-line]: Tese de Mestrado Educação, Tecnologia Educativa, Julho 2005

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3961/1/A%20imagem%20da%20imagem%20da%20arte%20no%20uso%20dos%20manuais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Vi.pdf> > [Consulta: Maio 2011]

SANTO, Esmeralda Maria (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno, auscultação a alunos e professores [on-line]: *Revista Lusófona de Educação*; Vol. 8 (2006), p. 103-115

<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a07.pdf>> [Consulta: maio 2011]

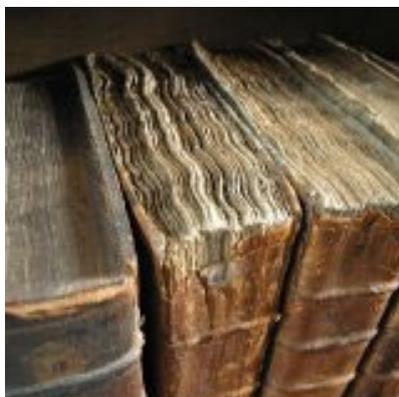
SARAIVA, Carlos Alberto Alexandre (2003). *Evolução histórica da abordagem do eletromagnetismo e indução eletromagnética nos livros de texto para o ensino secundário*. 2003. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Aveiro, Aveiro, 2003

WISEU, Floriano (2009). O manual escolar na prática docente do professor de matemática [on-line]: *Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia*. Braga: Universidade do Minho, 2009

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10095/1/o%20manual%20escolar%20na%20pr%C3%A1tica%20docente%20do%20professor%20de%20matem%C3%A1tica.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

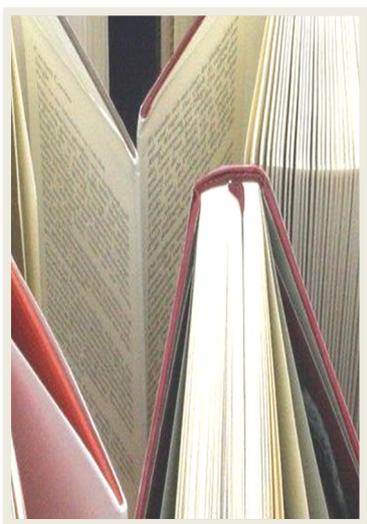
2012-08-29

Manuais escolares - património bibliográfico



O manual escolar enquanto património bibliográfico é, por excelência, testemunho da história fatural. O património bibliográfico da Biblioteca Histórica da Educação, à guarda da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, apresenta uma panóplia de documentos que vão desde o século XVIII até ao século XX.

MANUAIS ESCOLARES PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO



Os manuais escolares apresentam nas suas páginas a *seleção*, *descrição*, *consolidação* e *divulgação* de conteúdos científicos. Assim, estes utensílios são

os grandes mediadores entre a lei e a informação. O manual tem em potência aprendizagens que a sociedade promove e reconstrói:

“O manual escolar desempenha uma função central no processo educativo, quer pelo seu papel de mediador entre o currículo prescrito e o currículo programado e planificado, quer pela sua função de legitimação cultural que veicula uma dada informação [...]” (Viseu, 2009:3178).

Como sabemos, o livro escolar tem-se revelado, ao longo do tempo, como um elemento tradicional de aprendizagem, como afirma Pinto (2003:174), cujos alicerces pedagógicos representam, em si mesmo, as vicissitudes de cada época, quer ao nível de modalidades de aprendizagem, quer de saberes e comportamentos veiculados pelas instituições de ensino.

Neste sentido, o manual escolar é visto como um modelo *intersubjetivo* de uma época e de uma experiência cognitivas⁶. Desta forma, os manuais escolares não perdem a sua “vitalidade”, ao invés, inscrevem nas suas páginas histórias de vida vivida – diremos, o manual escolar revisitado nesta perspetiva é testemunho da psicologia-social dos povos. Convém sublinhar, desta forma, que os manuais serão sempre uma fonte de literacia e caudal de emoções que, impreterivelmente, tecem estruturas cognitivas, afetivas e sociais.

Para os que ainda insistem no manual escolar como um *objeto obsoleto*, emergem numa panóplia de conceitos mutantes que, a seu modo, travam o fluxo normal de experiências escritas e vividas (i.e. questões éticas e deontológicas). Mesmo assim, esta atitude é, por excelência, uma criação intelectual: os desmantelamentos de vivências, que têm alimentado o caminho da cultura, recriam novos sentidos⁷.

⁶ Ao nível do senso comum, poderemos entender a intersubjetividade como uma condição de vida social que permite a partilha de sentidos, experiências e conhecimentos entre sujeitos cognitivos. Este conceito está estreitamente implicado com a questão de saber como é que nós resolvemos as nossas diferenças, ultrapassamos os nossos pensamentos pessoais e partilhamos as nossas subjetividades com o outro.

⁷ “A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal. Como seria de esperar, essa insegurança é gerada pelo fracasso constante dos quebra-cabeças da ciência normal em

Os manuais escolares são, assim, um repositório de sagesas que, a seu modo, atuam como paradigmas (estruturas cognitivas do homem enquanto fazedor de ciência). Thomas Khun⁸ apercebeu-se de que a ciência é caracterizada por uma *desorganização conceptual*, não obstante, a adoção de paradigmas tende a reestruturar o conhecimento – o paradigma será, por assim, uma estrutura mental que serve para classificar o real antes de qualquer estudo ou investigação. Nesta perspetiva, o manual integra em si elementos e estruturas metodológicas que *indexam* o conhecimento escolar sob várias perspetivas.

“Eu mesmo apresentei alhures o termo ‘paradigma’ com o propósito de destacar a dependência da pesquisa científica para com exemplos concretos, que lançam uma ponte sobre o que de outro modo seriam lacunas na especificação do conteúdo e na aplicação das teorias científicas.” (Khun, 1979:11)

Retomando as palavras de Khun (1979:11), a noção de paradigma lança uma ponte entre o que se pensa ou se poderá pensar de ciência: o saber nasce, assim, deste reencontro epistemológico atemporal. Os manuais escolares, enquanto conhecimento sedimentado, transportam, per si, especificações e conteúdos que abrem portas para novas teorias científicas – o conhecimento não se cristaliza nos manuais escolares, ao invés, redefine-se.

“O manual escolar – por vezes, quase preferindo-se a designação de *livro escolar* – pode ser, no entanto, um objecto abastado ao nível da pesquisa e das relações que estabelece, existindo diferentes personagens e modelos de interpretação em jogo. No entanto, crê-se que se atravessa um momento determinante para a validação da sua importância, para o

produzir os resultados esperados. O fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras.” (Kuhn, 1996:95)

⁸ Thomas Kuhn (1922-1996), epistemólogo que mudou a noção de progresso científico. Na obra *A estrutura das revoluções científicas* (1962) defendeu que os grandes progressos da ciência não resultam de mecanismos de continuidade, mas sim de mecanismos de ruptura. Segundo este estudioso é necessário redescobrir o mundo, este devia ser olhado de outra maneira - às diversas formas de ver o mundo, Kuhn chamou *paradigmas*. Quando alguém descobre um paradigma distinto, sobre o qual é possível basear o desenvolvimento duma ciência, diz-se que a ciência é, durante esse período, uma ciência revolucionária.

detonar de novas fórmulas de elaboração de manuais escolares, transformando-os, mais em *livro* do que em *guia*, mais em conceito do que em preceito, aliando-se a sua construção às tecnologias de hoje, reformulando-o no seu formato, evitando-se, então, o risco de poder, definitivamente, virem a ser encarados como um objecto descartável, de perfil equívoco e simplificante.” (Costa, 2010:22)

Costa (2010:22) em *Da capo al coda, manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004)* reinterpreta a noção de manuais escolares, vendo nestes uma estrutura paradigmática:

- A. Objeto de pesquisa;**
- B. Estabelece níveis correlacionais;**
- C. Permanece como livro – cria conceitos;**
- D. Assimila novas tecnologias.**

O manual escolar, assim entendido, impõe-se por si mesmo em qualquer estrutura cultural e pedagógica. Por um lado, estes dispositivos pedagógicos são *objetos de pesquisa*, assim sendo, continuam a ampliar sinergias, efeitos ativos e esforços coordenados entre os vários subsistemas do saber científico. Por outro lado, os *modelos de interpretação* e consequentes *níveis correlacionais* provenientes dos manuais escolares, aludem a vivências intersubjetivas – interdependência cognitiva entre o manual escolar e o estudante. Desta perspetiva, o livro, enquanto material didático, permanece e assimila novas tecnologias.

“Um manual escolar não poderá ser concebido sem que esteja assegurada A LEGITIMIDADE DO OUTRO.” (Costa, 2010:34)

Como afirma Costa (2010:34) na mencionada tese doutoramento, a legitimidade do manual escolar só pode ser entendida nesta correlação bivalente – *eu/outro*⁹. Entenda-se que o outro (i.e. investigador, aluno, etc.) move-se numa esfera vivencial (interceção de culturas). Nesta aceção, o manual escolar interpela o

⁹ Atualmente é muito divulgada a ideia de que a completude advém da correlação existencial, ou seja, não somos incompletos por que sem o outro não existimos: é desprovido de sentido pensar o mundo independentemente do Homem. Não se pensa o eu como uma quimera da mundanidade (cfr. Merleau-Ponty, 1999)

interlocutor (ou outro), retirando-o da sua comodidade cultural (estas análises são fecundas nas filosofias idealistas e fenomenológicas).

“Sabemos que o conhecimento se constrói, estruturando as informações que se vão adquirindo e que a organização formal da informação contribui para essa estruturação. Sabemos, também, como é importante a imagem, a letra, a cor, o formato e a textura do papel, quando queremos apresentar qualquer tipo de informação num livro.” (Carvalho, 2010:10)

Como afirma Carvalho (2010:10), o conhecimento constrói-se através da estruturação de informações que se vai adquirindo (i.e. vivências), não obstante, a organização e estruturação do saber obedece a uma série de pressupostos materiais. Desta feita, o manual escolar petrifica cada momento da história factual (diacronia) através de múltiplas conceções e práticas de ensino (sincronia).

* *
*

O manual escolar enquanto património bibliográfico é, por excelência, testemunho da história factual. O património bibliográfico da **Biblioteca Histórica da Educação**, à guarda da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, apresenta uma panóplia de documentos que vão desde o século XVIII até ao século XX. A nível patrimonial, o manual escolar é um “objeto” eclético, ou seja, é visto como uma osmose de saberes indispensáveis à descodificação do mundo e das vivências.

Destacam-se dois exemplares da Biblioteca Histórica da Educação, um dos quais faz parte da Escola Rodrigues Sampaio e o outro do Espólio António Ginestal Machado. Em ambos os exemplares, poderiam ser muitos outros, denotamos uma perspectiva enciclopédica do ensino:

Prosas modernas : leituras selectas para as escolas primárias em harmonia com os programmas das escolas primarias e normas: (obra enriquecida com a colaboração inédita de muitos escriptores contemporaneos). 1885

- *Biblioteca Histórica da Educação – Escola Rodrigues Sampaio – Cota ERS 1224*

Curso de Geographia physica e política. 1910

- *Biblioteca Histórica da Educação – Espólio António Ginestal Machado – Cota AGM 54*

As grandes convulsões político-sociais foram decisivas para o aparecimento de novas mudanças no ato de ensinar e conceptualizar o conhecimento. Com o advento da década de 20 do século passado, a filosofia da Escola Nova¹⁰ e suas conseqüentes interpretações americanas, francesas, alemãs, italianas, etc. não foram alheias aos educadores portugueses.

Nesta época, os manuais escolares portugueses são fortemente influenciados por didáticas importadas em que os princípios pedagógicos valorizam tanto o educador como o educando (espécie de revolução copernicana¹¹).

Assim, o manual não é mais uma enciclopédia dogmática, ao invés, abre rasgos a novas fontes de informação e difusão de informação (a própria sociedade está em construção). Não obstante, a primeira metade do século XX em Portugal é fortemente marcada por sucessivas repressões culturais donde os próprios manuais escolares são o rosto impresso dessas vivências.

Por exemplo:

Aprovado oficialmente como livro único D.G., n.º 126, II Série de 29 de Maio de 1957

- *Biblioteca Histórica da Educação – Biblioteca e Museu do Ensino Primário – Cota BMEP MAN 2157*

Aprovado oficialmente como livro único (D.G., 2.ª série, n. 147 de 25 de Junho de 1960)

- *Biblioteca Histórica da Educação – Fundo geral – Cota FG 334*

¹⁰ conhecido por Escola Nova começou a delinear-se no último quartel do século XIX, opondo-se frontalmente à Escola que apelidaram de Tradicional, caracterizada sobretudo por um conjunto de processos educativos introduzidos na escola nomeadamente a partir do Século XVII, tornou-se especialmente explícito um conflito de contornos bem definidos entre dois modelos pedagógicos: um em que o aluno é comparado a um objeto a formar por uma ação exterior a exercer sobre ele, por referência a valores e normas ideais, outro em que se considera que o aluno tem consigo os meios necessários para ser sujeito da sua formação.

¹¹ Um dos autores mais considerados sobre esta problemática é Kant, este considera que não é o sujeito que, ao conhecer, descobre as leis que regem o objeto. O objeto, contudo, quando conhecido, que se adapta às leis do sujeito que o recebe dentro do conhecimento. Dessa forma, o filósofo abre uma nova página na história da gnosiologia que alcançaria as mais incalculáveis conseqüências tanto históricas quanto teóricas.

Aprovado oficialmente, segundo os programas de 26 de Setembro de 1919

- *Biblioteca Histórica da Educação – Escola Rodrigues Sampaio – Cota ERS 1072-1*

Como verificamos, o tratamento documental levada o cabo pelos profissionais de informação da Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo e os elementos catalográficos são, a seu modo, marcas de vivências imputadas à própria documentação (como verificamos em alguns fundos documentais da Biblioteca Histórica da Educação).

Sabemos que a abordagem a partir da biblioteconomia, ainda que exaustiva e com grande instrumentalização material, não responde, todavia, aos desafios de uma historiografia do livro, como afirma Magalhães (2006:11). Não obstante, reconstrói uma visão organizada sobre do mundo que o aluno coabita. Desta forma, o manual escolar trespassa o domínio escolar, ganha em si mesmo uma dimensão antropológica – saber multifacetado, organizado e controlado.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Maria da Graça Serreira Pena (2010). *O manual escolar como objecto de design* [on-line]: Tese apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em design

<<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2791/1/Tese%20vol.1%20CD.pdf>>

[Consulta: Maio 2011]

COSTA, Fernando Monteiro da (2010). *Da Capo al Coda, manualística de Educação Musical em Portugal (1967-2004): configurações, funções, organização* [on-line]: Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras Universidade do Porto, 2010

<[http://repositorio-](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf)

[aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51228/2/tesedoutfernandocosta000116641.pdf)>

[Consulta: Maio 2011]

KUHN, Thomas S. (1996). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

_____ (1979). *Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa* [on-line]: *Extraído das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência*, (Londres, 1965)

<http://www.estondela.pt/Biblioteca/livros/filosofia/logica_descoberta_psic_pesquisa.pdf

> [Consulta: Maio 2011]

MAGALHÃES, Justino (2006). O manual escolar no quadro da história cultural, para uma historiografia do manual escolar em Portugal [on-line]: *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*; Vol. 1 (2006), p. 5-14

<<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01-Justino.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

MERLEAU-PONTY, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura). São Paulo : Martins Fontes.

OLIVEIRA, Anderson Rodrigo de Oliveira (2007). *A revolução copernicana na obra Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant* [on-line]: Trabalho de conclusão do curso de filosofia do Instituto de Filosofia Santo Tomás de Aquino, Seminário Diocesano de São Carlos, 21 de Nov. de 2007

<<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/revolucao-copernicana-razao-pura-ant.pdf>>

[Consulta: Maio 2011]

PANEK, Bernadette (2006). Livro de artista: uma integração entre poetas e artistas [on-line]: Anais, IV Fórum de pesquisa científica em arte, *Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2006*

<http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais4/bernadette_panek.pdf> [Consulta:

Maio 2011]

PINTO, Mariana oliveira (2003). Estatuto e função dos manuais escolares de língua portuguesa [on-line]: *Revista Iberoamericana de Educación*; (2003), p. 174-183
<<http://www.ipv.pt/millennium/millennium28/14.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

QUEIRÓS, T. (2004). *[Des]igualdade de Oportunidades nos Manuais Escolares de Educação Física do 2.º ciclo do Ensino Básico? Análise das ilustrações e das percepções de professores/as-estagiários/as.* Dissertação de Mestrado em Ciência do Desporto - Desporto para Crianças e Jovens. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, Porto.

RIBEIRO, Ângelo (2005). A imagem da imagem da obra de arte no uso dos manuais de Educação Visual [on-line]: Tese de Mestrado Educação, Tecnologia Educativa, Julho 2005

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3961/1/A%20imagem%20da%20imagem%20da%20arte%20no%20uso%20dos%20manuais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Vi.pdf> > [Consulta: Maio 2011]

SANTO, Esmeralda Maria (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno, auscultação a alunos e professores [on-line]: *Revista Lusófona de Educação*; Vol. 8 (2006), p. 103-115

<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a07.pdf>> [Consulta: maio 2011]

SARAIVA, Carlos Alberto Alexandre (2003). *Evolução histórica da abordagem do eletromagnetismo e indução eletromagnética nos livros de texto para o ensino secundário.* 2003. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Aveiro, Aveiro, 2003

WISEU, Floriano (2009). O manual escolar na prática docente do professor de matemática [on-line]: *Actas do X Congresso Internacional Galego Português de Psicopedagogia.* Braga: Universidade do Minho, 2009

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10095/1/o%20manual%20escolar%20na%20pr%C3%A1tica%20docente%20do%20professor%20de%20matem%C3%A1tica.pdf>> [Consulta: Maio 2011]

2012/09/05

Exposição Virtual: O espólio museológico da Escola de Dança do Conservatório Nacional



ME/404238/6

Encontra-se disponível a exposição virtual sobre o espólio museológico da Escola de Dança do Conservatório Nacional.

“O espólio museológico da Escola da Dança do Conservatório Nacional é constituído por mais de cem trajes de cena, a indumentária utilizada em contexto das artes cénicas: teatro, dança, circo, mímica, etc. A sua função inicial era a identificação da personagem por parte do público. A partir do século XIX, o traje ganha importância, passando a ser um elemento vital da conceção de um espetáculo: “Já não é apenas a sua função sinalética e naturalista que mimetiza e dá indicação clara sobre a personagem que o veste (a idade, o sexo, a profissão, a condição social ou, até, o perfil psicológico) que está em causa; apesar de manter essa sua característica inicial de identificador da personagem, ele torna-se um elemento dinâmico que pode evoluir durante o espetáculo, através de um sistema e de um jogo de cores e formas que procura, com todos os restantes elementos que constituem o espetáculo, uma coerência, uma complementaridade ou um contraste, dando oportunidade ao espectador de o ler como um objeto portador de signos relativamente à ação, à situação ou à atmosfera pretendida pelo encenador. De referir, ainda, o cruzamento e as

influências (dos pontos de vista estético e técnico) que a moda tem tido na evolução do traje de cena, não sendo alheio a esta situação o facto de muitos criadores de moda contemporâneos, em todo o mundo, serem chamados a desenhar para as artes do espetáculo" (in <http://museudoteatro.imc-ip.pt/pt-PT/colecoes/Trajes/ContentDetail.aspx> - Consulta a 01/08/2012). Em Portugal, uma das primeiras referências que existem nesta área datam do final do século XVIII. Cerca de 1850, com um claro predomínio da obra de Almeida Garrett, surgem nomes como Manuel Bordalo Pinheiro e Braz Martins. Somente em 1880 é que o traje de cena ganha o seu verdadeiro protagonismo com o aparecimento da Companhia Rosas & Brasão, para a qual trabalharam Carlos Cohen, Manuel Castelo Branco e Augusto Pina. A linha orientadora dos seus trabalhos era naturalista, tentando reproduzir o mais fielmente possível a época ou o ambiente. Nesta coleção do Conservatório os trajes de cena foram utilizados em contexto da dança. Os modelos existentes são de grande beleza e incluem diversas tipologias: trajes típicos de regiões portuguesas e estrangeiras (Rússia, China, Índia), indumentária clássica de ballet, trajes de época ou mesmo fatos utilizados em peças específicas como O Quebra-Nozes. Muitos são exemplares únicos e constituem um espólio de grande importância nesta área."



ME/404238/45



ME/404238/41



ME/404238/19

2012/09/12

Mecanização da escrita: a máquina de escrever no Museu Virtual da Educação



No Museu Virtual da Educação existem cerca de 170 registos de máquinas de escrever, o que demonstra a sua importância na vida escolar. Conheça um pouco mais sobre a máquina de escrever e a sua utilização e difusão.

“Mecanização da escrita:

A máquina de escrever no Museu Virtual da Educação



Máquina de escrever da marca *Royal Typewriter Company*

ME/ESAD/343

A máquina de escrever ou máquina datilográfica é um instrumento mecânico, com teclas que, quando premidas, causam a impressão de caracteres num documento, em geral, o papel. O método através do qual uma máquina de escrever deixa a impressão no papel é variável, de acordo com o tipo de máquina.

Habitualmente é causado pelo impacto de um elemento metálico, com um alto-relevo do carácter a imprimir, numa fita com tinta que, em contacto com o papel, é depositada na sua superfície. No Museu Virtual da Educação existem cerca de 170



Máquina de escrever da marca *Remington* com teclado HCEZAR.

ME/400476/151

registos de máquinas de escrever, o que demonstra a sua importância na vida escolar.

A história deste instrumento não é clara, embora se possa referir um sistema de escrita criado por Henry Mill, em 1714 ou por Pellegrine Turri, em 1808. O registo das patentes e o aperfeiçoamento da máquina de escrever foram realizados a partir de 1810: a máquina *Typograph* de William Austin Burth, a de Progrin e a de Giuseppe Ravisa com teclado fixo e fita com tinta. O padre brasileiro Francisco João Azevedo, criou uma máquina designada Mecanógrafo, apresentada numa exposição industrial no Rio de Janeiro, e vencedora de uma medalha de ouro.

Em 1864 Peter Mitterhofer foi o inventor de um instrumento verdadeiramente funcional, construído em metal e madeira. Em 1867, na Dinamarca foi criada uma máquina, designada Maillin-Hansen Writing Ball.

A comercialização da máquina de escrever de teclado em 1866 deve-se à criação do tipógrafo Christopher Latham Sholes (1819-1890), editor em Wisconsin, nos E.U.A., em parceria com Carlos Glidden. Esta patente foi vendida à companhia de Philo Remington, a Remington Small Arms Company, tendo sido inicialmente posta no mercado em 1874 com o nome de máquina Sholes-Gliden, posteriormente alterada para “Remington”.



Máquina de escrever *Optima*
ME/403556/203

Tinha grandes dimensões e um teclado apenas com maiúsculas. As inovações ao longo dos anos aperfeiçoaram o modelo, nomeadamente com a introdução de minúsculas ou letras do alfabeto alemão. No entanto, estas máquinas não permitiam a leitura do texto à medida que o operador ia escrevendo, o que só aconteceu mais tarde.

Entre 1884 e 1897 surgiram no mercado outros fabricantes como é o caso de Hammond e da Underwood, respetivamente. As máquinas apresentam um teclado com letras e sinais, fazendo-se a impressão através de uma fita com tinta. A disposição das letras no teclado foi alvo de uma normalização, consoante a sua frequência na respetiva língua. Assim surgiram os teclados AZERT, HCEZAR, utilizado em Portugal, e o QWERTY.

Durante o século XIX foram criadas várias máquinas adequadas às necessidades: portáteis, comerciais, de grande comprimento, entre outras.



Máquina de escrever, MESSA
ME/400774/45

Durante este período distinguiram-se as marcas Olivetti e Smith-Corona.

Em 1902 outra inovação foi posta em prática pela empresa Blickensderfer: a máquina de escrever elétrica que permitiu uma

maior velocidade na escrita com menor esforço por parte do operador.



Máquina de escrever portátil
ME/400877/164

Em 1961 a IBM introduziu na máquina um sistema de esfera rotativa, que a tornou muito mais versátil. Em Portugal existiu uma fábrica de máquinas de escrever, MESSA, de prestígio internacional, embora não tenha tido continuidade.

Na década de sessenta do séc. XX, o aspeto exterior do instrumento começou a ganhar importância, introduzindo-se outro tipo de materiais como o plástico. Apesar disso, a área da informática avançava a passos largos, o que se traduziu no abandono da máquina de escrever.



Imagem parietal de teclado universal
ME/401092/166

Da análise dos fabricantes de máquinas de escrever existentes no Museu Virtual podemos concluir que a marca mais usada no contexto escolar era a portuguesa *MESSA* (cerca de 25 registos identificados de um total de 170), seguida da *Royal*

Typewriter Company (24 registos) e da *Remington* (23 registos). A *Imperial Typewriter* também consta das mais utilizadas (16 registos), bem como a *Optima* (12 registos), a *Underwood* e a *Everest* (10 registos). Os modelos são variados e permitem acompanhar a

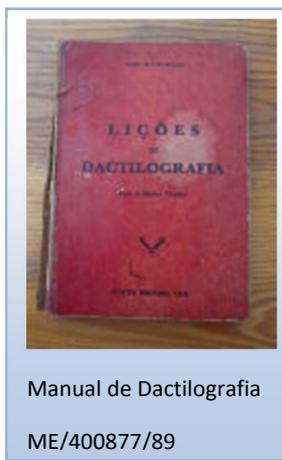


Imagem parietal de posições corretas e incorretas
ME/401092/165

evolução tecnológica do aparelho: as máquinas mais antigas em metal e as mais recentes em plástico, portáteis e elétricas.

Com máquinas de escrever mais desenvolvidas, sofisticadas e ao alcance de todos, este instrumento tornou-se imprescindível nos negócios, abrindo oportunidades às mulheres no mercado de trabalho. O panorama sociocultural alterou-se com a criação de novas profissões e de novos cursos, como é o caso da datilografia.

Ao nível do ensino, podemos referir a existência de materiais de apoio utilizados



em contexto das práticas pedagógicas, como é o caso de imagens parietais relativas a posturas a adotar ou de teclados, bem como os manuais escolares de Datilografia, disponíveis no Museu Virtual da Educação.

A expansão da área comercial e dos serviços foi acompanhada pela máquina de escrever que permitia uma maior rapidez e uniformidade da escrita.

Tomando como exemplo empresas em que ordens ou instruções eram divulgadas de forma manuscrita, o que por vezes poderia gerar erros de leitura e interpretação, a máquina de escrever teve um enorme impacto, revolucionando todo o tecido empresarial.

Mas não foi só a vertente económico empresarial afetada por este instrumento. A vertente literária refletiu, por sua vez, uma nova maneira de escrever, tornando-se este instrumento um verdadeiro objeto simbólico para o escritor. A máquina de escrever vem uniformizar todos os tipos de letra manuscrita.

Atualmente a máquina de escrever tornou-se uma verdadeira peça de museu. Em abril de 2011 encerrou a *Godre j& Boyce* (Bombaim), a última empresa fabricante de máquinas de escrever, por falta de procura.”

2012/09/19

Peça do mês de setembro



Esfera armilar

Esfera armilar utilizada com fins pedagógicos nas aulas de Geografia. O presente modelo apresenta o equador (no qual se inscrevem os vários meses do ano e os doze signos do zodíaco), um meridiano e a elíptica. No centro encontra-se um espaço destinado a um pequeno modelo de globo terrestre, em torno do qual giram planetas.

A peça pertence à Escola Secundária Nuno Álvares, Castelo Branco, com o número de inventário ME/402321/437.

O Liceu de Castelo Branco foi criado em 1836, para colmatar a falha de uma instituição de ensino nesta zona do país, tendo começado a funcionar com algumas dificuldades devido à falta de professores. Em 1844 eram lecionadas apenas 6 disciplinas, orientadas para áreas ligadas à agricultura. Em 1858, a instituição estava sediada no largo da Sé, passando para o Pátio Episcopal em 1911 e para a atual localização em 1946.

A esfera armilar foi utilizada no ensino de matérias relacionais com a Astronomia, reproduzindo, em pequena escala, a esfera celeste e o movimento dos astros. É,

geralmente, constituída por um cruzamento de anéis, ou armilas, concêntricos e perpendiculares, que se articulam na zona dos polos. Contem em si a representação do equador, do plano da órbita da Terra ou eclíptica, dos meridianos e dos paralelos. Na maior parte destes modelos surge, igualmente, um anel graduado onde se encontram as constelações do zodíaco. Em alguns casos, a esfera armilar pode conter no seu interior um pequeno planetário, ou seja, uma representação da terra, do sol e da lua.

Este instrumento foi amplamente utilizado por navegadores, permitindo elaborar uma estimativa da posição dos astros.

Para além do especto educativo, a esfera armilar foi associada ao poder político na época manuelina, simbolizando a expansão marítima portuguesa. Atualmente faz parte da bandeira portuguesa, segundo Decreto de 19-6-1911, da Assembleia Nacional Constituinte: “A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente em duas cores fundamentaes, verde escuro e escarlata, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro, e sobreposto à união das duas côres, terá o escudo das Armas Nacionaes, orlado de branco e assentando sobre a esfera armilar manuelina, em amarello e avivada de negro.”

Bibliografia e informação adicional:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Esfera_armilar

<http://geoleituras.blogspot.com/2012/01/esfera-armilar-simbolo-da-geografia.html>

http://www.portugalprotocolo.com/PROTOCOLO_SIMB_NAC.php

<http://www.mat.uc.pt/~helios/Mestre/H32spher.htm>

Para consultar a história da Escola Secundária Nuno Álvares:
<http://agrupamentoednap.com/index.php/historia>

2012/09/26

Exposição virtual: "Estudos para composições decorativas da Escola Marquês de Pombal"



ME/402163/372

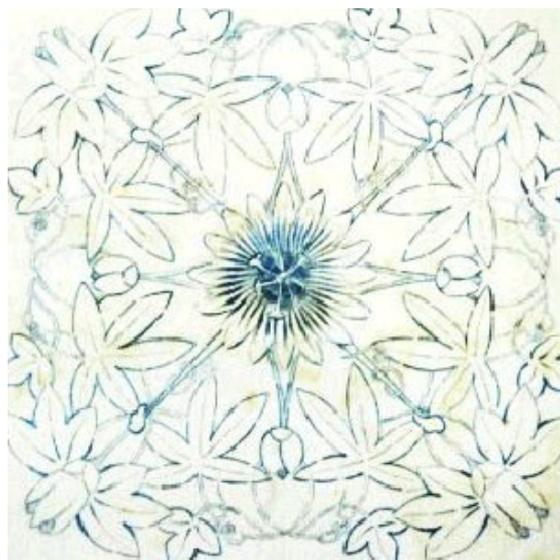
Encontra-se disponível uma exposição virtual com o título "Estudos para composições decorativas da Escola Marquês de Pombal", que inclui desenhos de vários artistas portugueses seguidores de Battistini.

“A Escola Secundária Marquês de Pombal é uma das mais antigas escolas de ensino secundário de Portugal, tendo sido criada em 1888, como Escola de Desenho Industrial Marquês de Pombal. No seguimento da implementação do ensino técnico industrial, em 1884, foi dada indicação governamental para a fundação de oito escolas de desenho industrial, uma das quais em Alcântara, Lisboa. Assim, em 1888, foi inicialmente instalada na Rua de Alcântara, a Escola de Desenho Industrial de Marquês de Pombal. Posteriormente, a Escola foi transformada em Escola Industrial Marquês de Pombal. Em 1963, transitou para as novas instalações. Com a extinção do ensino técnico industrial e a sua integração no ensino secundário unificado, no final da década de 1970, a Escola passou a designar-se "Escola Secundária Marquês de Pombal". Um dos mais ilustres professores desta escola foi Leopoldo Battistini (1865 - 1936) que em 1888 foi contratado pelo governo português para lecionar desenho e pintura na Escola Industrial de Brotero, em Coimbra. Cerca de 1903, passou para a Escola Marquês de Pombal, onde teve inúmeros discípulos. Battistini renovou a

indústria da cerâmica artística em Portugal, quer através do ensino, quer através da criação da “Fábrica de Cerâmica Constância” em Lisboa. Esta exposição apresenta alguns desenhos e estudos para composições decorativas produzidos por discípulos e alunos de Battistini, no período compreendido entre 1922 e 1929. É o caso de Fernando David, Joaquim Ferreira da Costa, Alda Pereira Leite, Alberto Morais do Valle, Maria Alexandrina Berger, Rogério Berger, Teodoro Ferreira, Maria Clementina Carneiro de Moura (mãe de João Abel manta) ou Alberto Nery Capucho. São trabalhos realizados em guache ou aguarela, de grande beleza e originalidade.”



ME/402163/335



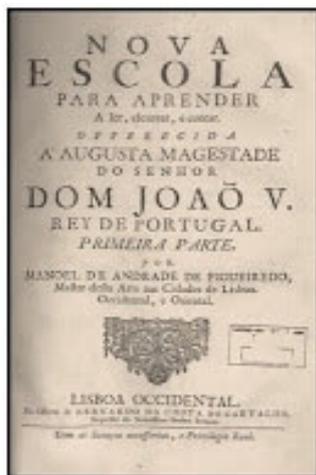
ME/402163/325



ME/402163/336

2012/10/01

Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar



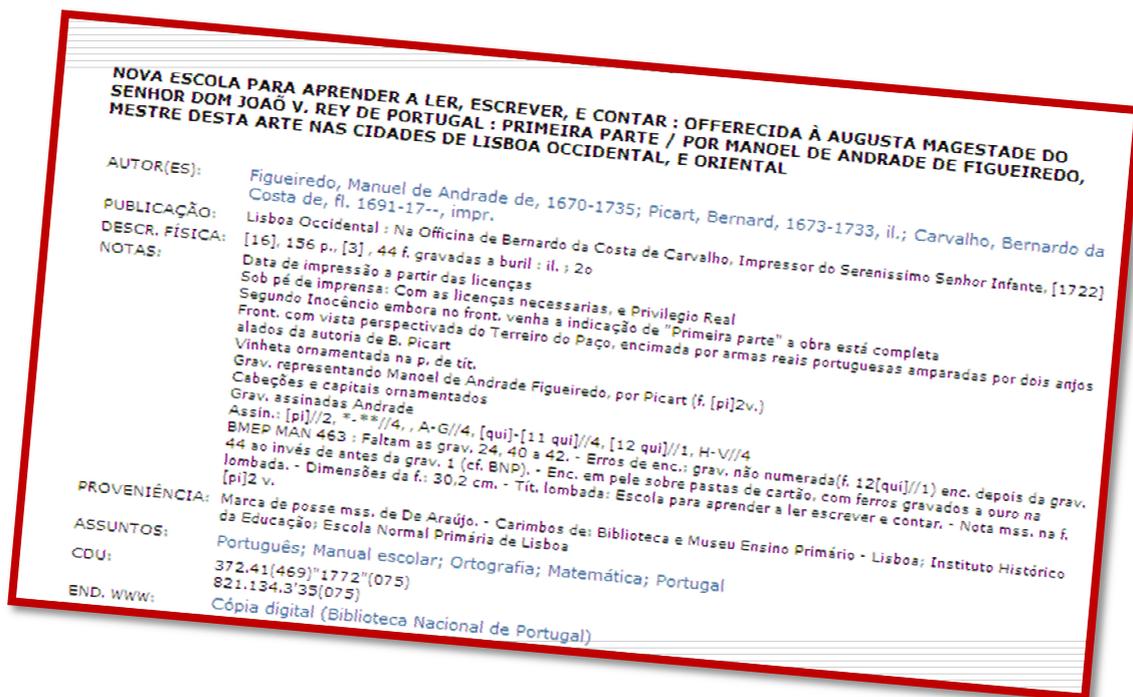
A *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, escrita em 1722 pelo padre jesuíta nascido no Brasil, Manoel Andrade de Figueiredo é considerada a primeira cartilha a ter sido escrita em Portugal.

Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar

A *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, escrita em 1722 pelo padre jesuíta nascido no Brasil, Manoel Andrade de Figueiredo que é considerada a primeira cartilha a ter sido escrita em Portugal.

Nessa obra o autor pretendeu uniformizar metodologicamente o ensino de leitura, escrita e aritmética, além de conceber uma clara determinação da função dos pais, dos cuidados para a escolha dos mestres, dos horários para o funcionamento das aulas e para a adequação dos conteúdos à idade dos discípulos.

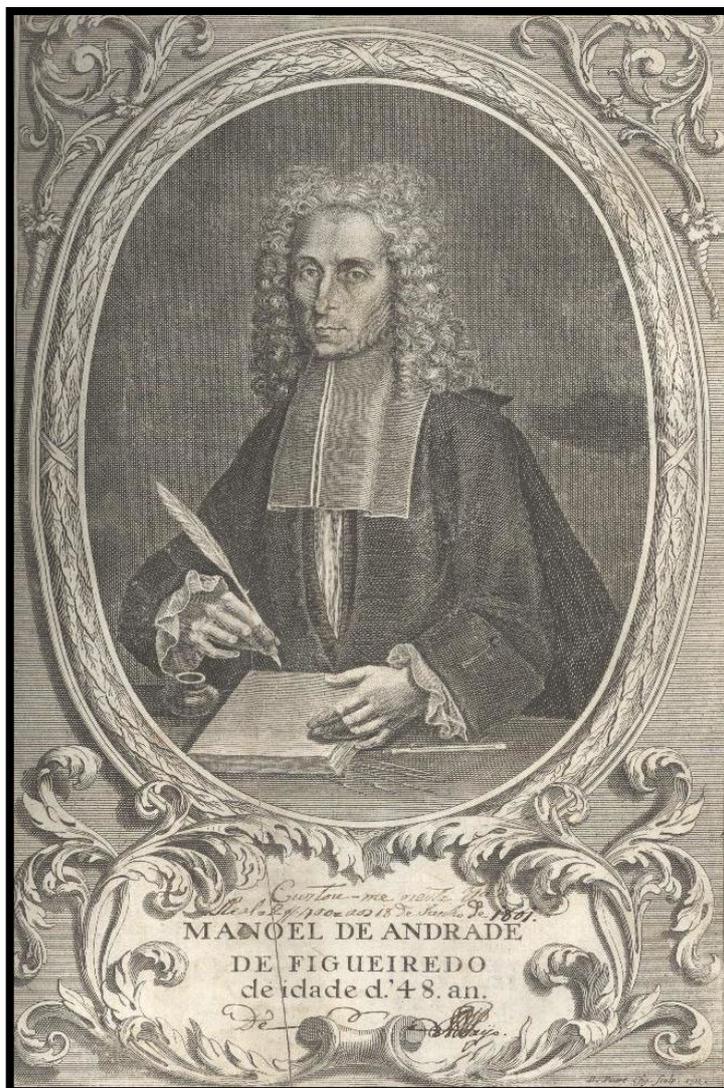
A catalogação feita na Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo



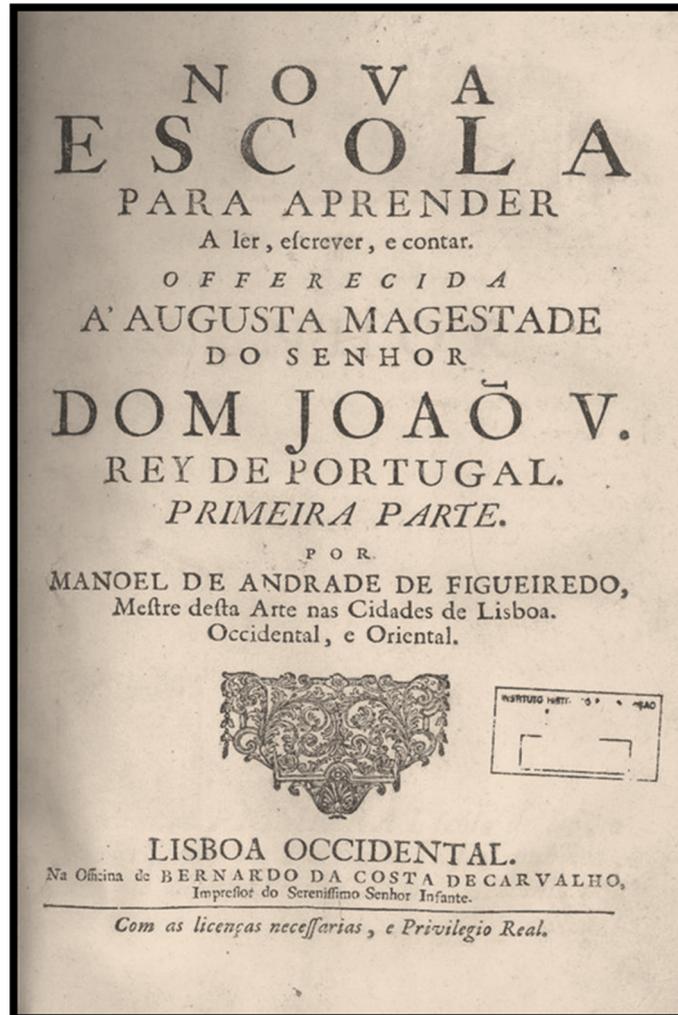
Página de cortesia:



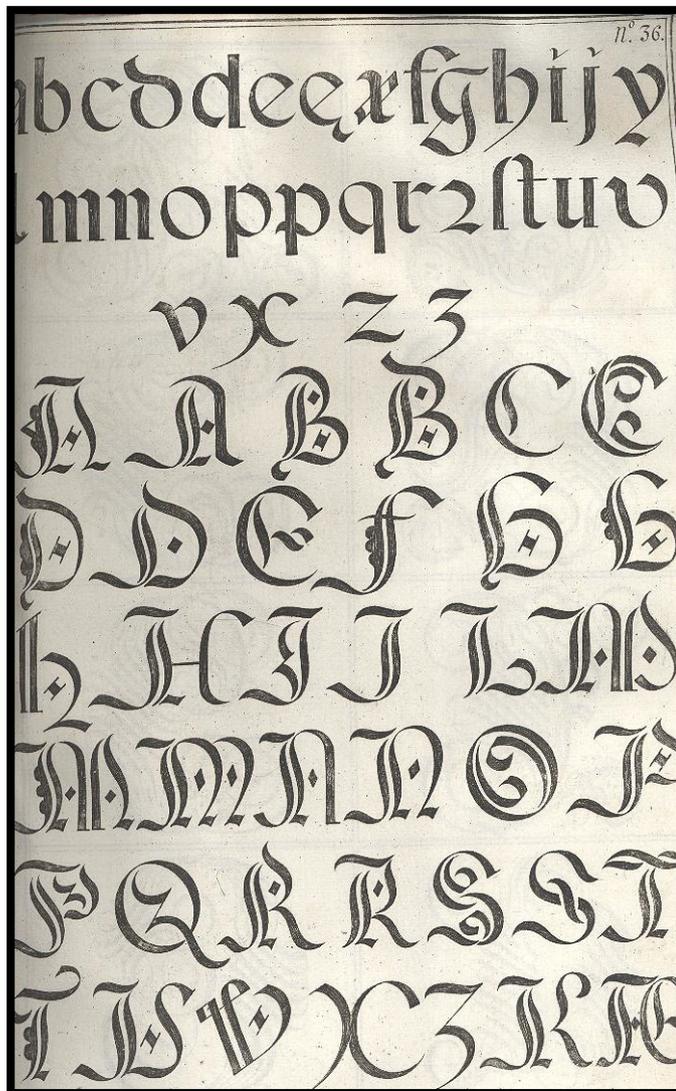
Página de abertura:



Página de Rosto:



Página Ilustrada:



2012/10/10

Álbum Educativo P.E.A. (Publicações Europa-América)



Os Álbuns Educativos P.E.A. (Publicações Europa-América) são um copyright de *Livret éducatif volumetrix*, a coleção francesa que divulgou durante mais de duas décadas (1960 a 1975), na comunidade escolar, assuntos e imagens educativas.

Álbum Educativo P.E.A.



Os *Álbuns Educativo P.E.A.* (Publicações Europa-América) é um copyright de *Livret éducatif volumetrix*, a coleção francesa divulgou durante mais de duas décadas (1960 a 1975), na comunidade escolar, assuntos e imagens educativas. Em França, os temas e as áreas publicados nestes *livrets* são muito diversificados, destacam-se a história natural; as ciências naturais; os estudos de anatomia; a história geral; a história da França; a história da civilização; a geografia e diversos assuntos avulso (atingem 58 volumes).

Em Portugal as grandes áreas temáticas foram reduzidas a três: história, ciências e geografia, num total de 21 volumes. O formato português é igual ao francês – retangular, 11,5 x 15,5 cm (a marca, o nome, o formato e a apresentação deste álbum estão registados)¹². Ainda assim, este seriado, segundo pensamos, só aparece editado pela Europa-América nos finais dos anos setenta. Tal como em França, o Álbum Educativo P.E.A. é redigido sob a direção de *Loius Cretin* (direitos reservados para a língua portuguesa, por Publicações Europa-América).¹³

Em Portugal os *Livret éducatif volumetrix* chegam-nos tripartidos em (i) História das civilizações (7 vol.), (ii) Ciências naturais (12 vol.) e (iii) Geografia (2 vol.):

História das civilizações (vol. 1 – 7)

- 1 - *Pré-história*
- 2 - *Pré-história, mitologia, hebreus*
- 3 - *Antiguidade, monumentos*
- 4 - *Egipto, mesopotâmia*
- 5 - *Creta, Fenícia, Grécia, Pérsia*
- 6 - *Etrúria, Roma, Cartago*
- 7 - *O cristianismo*

A Biblioteca da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência não dispõe dos primeiros 7 números destes álbuns educativos. No entanto, toda a secção *Ciências naturais* está completa e com exemplares duplicados.

¹² Dados textuais retirados da página de rosto do vol. 8 (Estudos de anatomia)

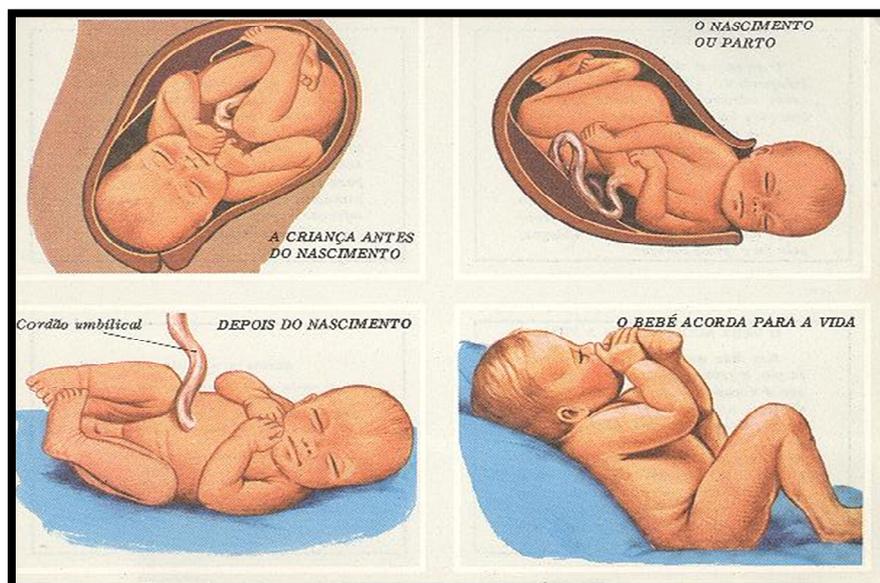
¹³ Ibidem

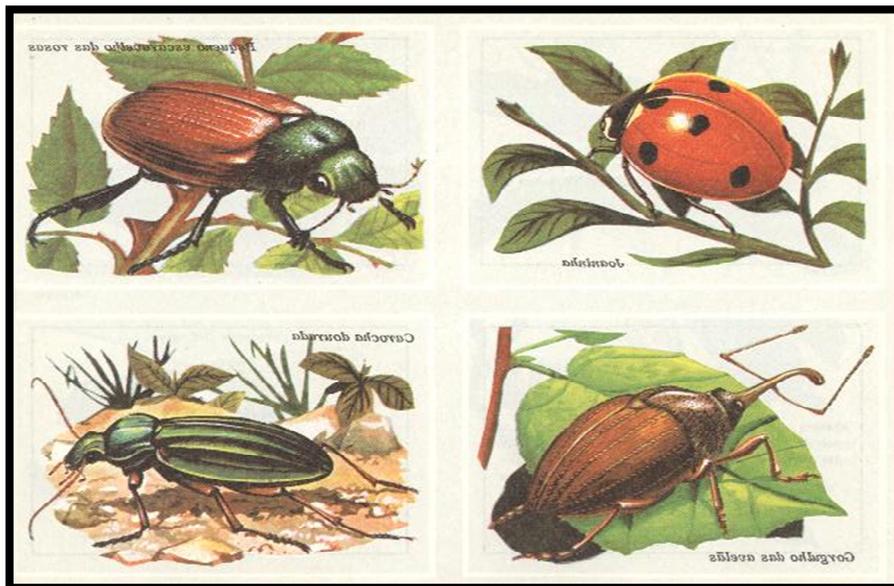
Ciências naturais (vol. 8 -19)

- 8 - Estudos de anatomia
- 9 - Ossos, músculos, e sangue
- 10 - Respiração, digestão, e sentidos
- 11 - Os insectos
- 12 - Micróbios, protozoários
- 13 - Borboletas e insectos
- 14 - Répteis, batráquios, crocodilos
- 15 - Galináceos, pernaltas, palmípedes
- 16 - O bicho-da-seda
- 17 - Botânica: plantas e raízes
- 18 - Mineralogia: pedras, rochas, minerais
- 19 - Matérias-primas

Apresentam-se três ilustrações da coleção ciências naturais:

(Vol. 8 : Estudos de anatomia)





(Vol. 11 : Os insectos)



(Vol. 15 : Galináceos, pernaltas, palmípedes)

Geografia (vol. 20 e 21)

20 - A terra 1

21 - A terra 2

A seção de Geografia, números 20 e 21, distingue-se pela sua capa verde (a seção ciências naturais apresenta capa vermelha). A geografia limita-se à descrição de Terra 1 (os seus movimentos, o seu relevo, as águas marinhas, os climas) e Terra 2 (solos, movimentos, do solo, águas correntes, glaciares, costas).

(Vol. 20: A terra 1)



2012/10/17

Peça do mês de Outubro



Lanterna mágica

Aparelho utilizado em contexto das práticas pedagógicas de diferentes disciplinas para a projeção de imagens. Trata-se de uma lanterna mágica e pertence à Escola Secundária Alexandre Herculano, Porto, com o número de inventário ME/404445/95.

A necessidade de mais estabelecimentos de ensino, no início do século XX, levou à criação do Liceu Central da 1ª zona, com instalações deficientes e inadequadas. A 26 de Setembro de 1908 este Liceu passou a designar-se de Liceu Central Alexandre Herculano, com instalações provisórias na Rua de Santo Ildefonso. O atual edifício da escola foi construído entre as Ruas do Bonfim e do Heroísmo, com início das obras em 1916, de acordo com um projeto do arquiteto Marques da Silva. Concluído em 1921, o edifício incluía 28 salas de aula, laboratórios, gabinetes e salas de Física e Química, Ciências, Geografia, Desenho e Música, biblioteca, anfiteatro para espetáculos, cinco pátios de recreio, um pátio de desporto, três ginásios, piscina, cozinha e refeitórios, sanitários, gabinetes médicos, sala de professores, gabinete do médico escolar e três “habitações” para o reitor, para o chefe de secretaria e para o tarefeiro (cf. Relatório anual do Liceu de 1934/35). No início da década de sessenta, foram

acrescentadas oito salas de aulas devido ao aumento da população escolar e uma capela. Desde a sua criação até 1933 a frequência é mista; entre 1933 e 1953/54 voltou a ser mista para os cursos complementares, o que se entendeu, em 1975 ao curso geral.

A Lanterna Mágica é um aparelho utilizado para projeção de imagens sobre vidro, pintadas em cores translúcidas. É constituída por uma caixa metálica (câmara escura) com uma pequena chaminé no topo, por onde sai o fumo produzido pela fonte luminosa, vela ou lamparina, introduzida no interior. Para além disso, possui um refletor, um condensador e uma objetiva com lente convergente, que permite amplificar a imagem projetada num alvo branco, e um suporte onde são colocadas as lâminas de vidro pintadas.

Este foi o primeiro aparelho concebido para projeções coletivas, cuja criação se atribui ao astrónomo holandês Christiaan Huygens, em 1659. Posteriormente, a sua utilização por parte do dinamarquês Thomas Walgenstein visou a realização de espetáculos, enquanto o padre jesuíta alemão Athanasius Kircher aproveitou as potencialidades pedagógicas do instrumento.

A partir de 1700, a lanterna mágica passou a ser utilizada com frequência nos gabinetes de ótica e em contexto das práticas pedagógicas.

No final do séc. XVIII, este aparelho permitiu a realização de um novo espetáculo denominado Fantasmagoria, inventado por Étienne-Gaspard Robert, físico belga, que aperfeiçoou a lanterna. Começou a ser produzida em grande escala a partir do século XIX, sendo utilizada em contexto familiar. As placas de vidro necessárias às projeções tornam-se, verdadeiras obras-primas.

Não se sabe quando foi introduzida a lanterna mágica em Portugal, embora exista um registo de um espetáculo público a 22 de Abril de 1800, em Lisboa.

A possibilidade de projeção para uma grande audiência tornou este instrumento uma mais-valia ao nível do contexto pedagógico, permitindo a todos os alunos a visualização coletiva de diferentes matérias.

Bibliografia e informação adicional:

<http://www.cinemateca.pt/CinematecaSite/media/Documentos/Microsoft-Word--CupidosSite.pdf>

<http://www.ernestoleibovich.com.br/lanternamagica.htm>

<http://www.spedromar.net/disciplinas/cinema/cinema-ficha03.pdf>

Para consultar a história da Escola Secundária Alexandre Herculano, Porto:

<http://www.esaherculano.com/>

2012/10/25

Exposição virtual: "O trabalho escolar: património museológico da Escola Secundária David Mourão Ferreira"

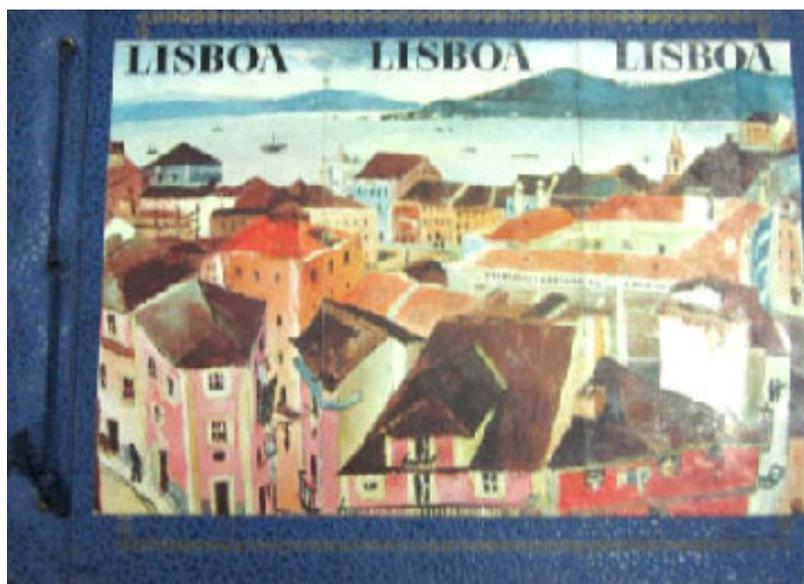


ME/ESDMF/113

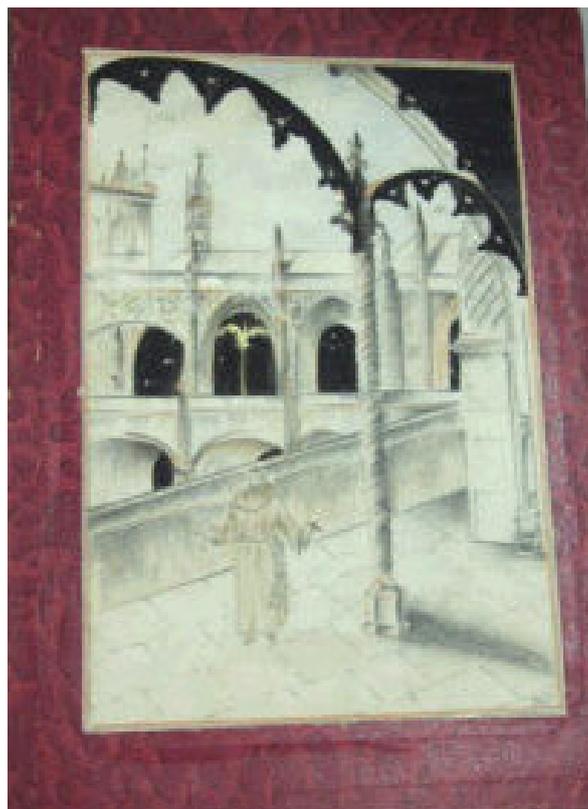
Encontra-se disponível uma exposição virtual com o título "O trabalho escolar: património museológico da Escola Secundária David Mourão Ferreira", que inclui vários trabalhos realizados por alunos no contexto das práticas pedagógicas.

“O trabalho escolar é um documento elaborado de forma individual ou coletiva, resultando de um estudo ou pesquisa sobre determinado assunto, no contexto das práticas pedagógicas. Como tal, tendo em conta a época da sua produção, reflete conteúdos ideológicos e programáticos. Um dos objetivos do trabalho escolar é fazer com que os alunos atinjam maior autonomia com relação à forma de aprender e de construir conhecimentos, desenvolvendo uma visão mais crítica e ampliada da realidade em estudo. Os trabalhos escolares apresentados são encarados como objetos museológicos e pertencem às Escolas Veiga Beirão e D. Maria II, compreendendo um período entre 1941 e 1965. Existem três tipos de trabalhos: o individual, o coletivo e a coletânea de trabalhos individuais, que versam sobre temáticas muito diversas, relacionadas com os programas lecionados. São elaborados à mão ou à máquina e incluem desenhos feitos pelos alunos, fotos, recortes de jornal ou colagens. Quanto às capas, existem exemplares encadernados e outros com capas elaboradas manualmente. Um dos temas abordados com frequência diz respeito às profissões e aos seus pregões, onde podemos encontrar o “graxa”, o “ardina”, o “homem dos pentes”, o “vendedor de refrescos”, o “homem da bolacha americana”, o “amolador” ou o “ferro-velho”. As várias províncias de Portugal

ultramarino fazem parte deste conjunto, relatando a situação geográfica, os hábitos e costumes e a sua história, como é o caso de Macau e Timor. Também a celebração do IV centenário da morte de S. Francisco Xavier, está presente neste conjunto de trabalhos. Os heróis portugueses, os monumentos, os descobrimentos e o infante D. Henrique são temas muito frequentes neste período.”



ME/ESDMF/63



ME/ESDMF/89



ME/ESDMF/175

2012/11/02

Exposição virtual "Máquinas e ferramentas no Museu Virtual da Educação"



ME/401754/169

Encontra-se disponível uma exposição virtual com o título "Máquinas e ferramentas no Museu Virtual da Educação", que inclui não só várias ferramentas utilizadas no contexto das práticas pedagógicas, mas também algumas fotografias ilustrando o seu uso.

“O “património industrial” tornou-se uma expressão comum, referindo-se a um passado industrial que engloba não só máquinas e equipamentos, mas também construções, testemunhos orais e escritos, cuja memória se impõe preservar. Esta área da museologia implicou um alargamento do campo cronológico e da tipologia de património. No caso português podemos referir a criação de dois museus industriais e comerciais através do Decreto de 24 de Dezembro de 1883 de António Augusto Aguiar. O seu objetivo era a exposição de objetos da indústria e comércio destinados a uma aprendizagem prática, por parte dos alunos de escolas industriais. Em 1852 dá-se a criação de Museus de Indústria e em 1864 de Museus Tecnológicos, encerrados em 1899. Os objetos apresentados nesta exposição fazem parte das práticas pedagógicas e da formação dos alunos, encontrando-se, na sua maioria, nas oficinas de mecanotecnia ou serralharia. A par dos objetos, encontram-se igualmente algumas fotografias, num período compreendido entre 1944 e 1958, que

testemunham a utilização da maquinaria e a sua contextualização no espaço escolar. São coleções de grande valor que refletem a vivência do ensino técnico e comercial.”



ME/402874/113



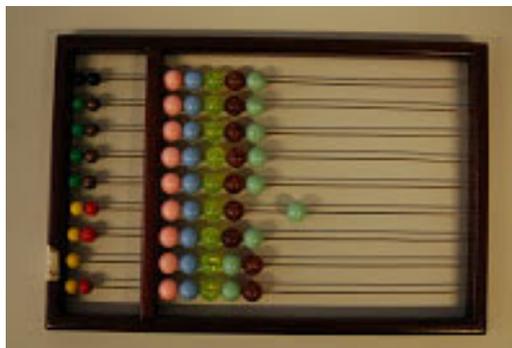
ME/401754/161



ME/152171/108

2012/11/07

O Ábaco No Museu Virtual da Educação

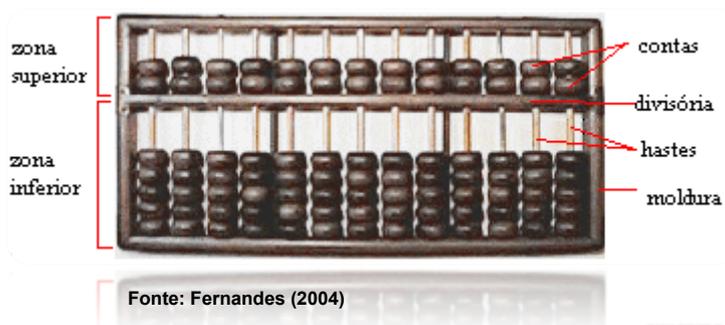


Instrumento de cálculo aritmético ancestral, o Ábaco constitui uma peça importante em contexto de sala de aula.

O Ábaco No Museu Virtual Da Educação

O ábaco é um instrumento de cálculo aritmético. A sua estrutura é relativamente simples e consiste, geralmente, numa estrutura ou moldura de madeira com cordas ou arames paralelos, dispostos transversalmente. Esta moldura encontra-se na maior parte dos casos, subdividida em duas plataformas. Aqui se encontram os elementos que permitem fazer a contagem, constituídos por pequenas fichas, bolas ou contas que deslizam. Cada um dos arames ou cordas corresponde a uma posição digital, ou seja, unidades, dezenas, centenas, etc.

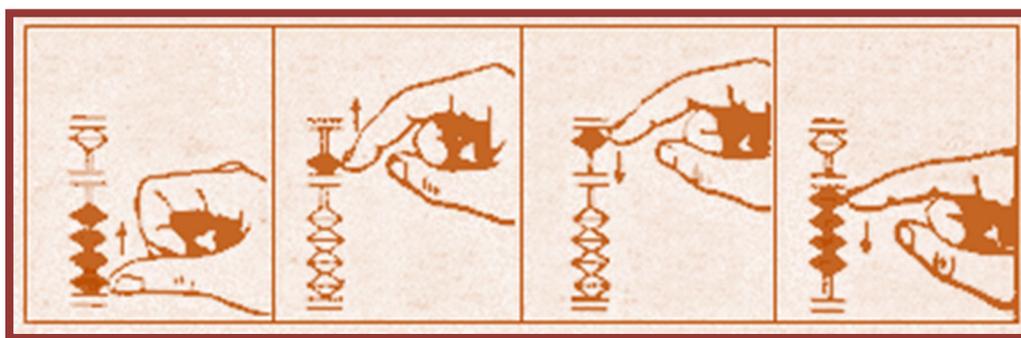
A sua origem não é clara, mas pensa-se que o sistema se terá desenvolvido paralela e independentemente em vários locais do mundo.



Este instrumento constitui uma extensão da “contagem pelos dedos”, empregando o sistema decimal, uma vez que se atribui a cada haste um múltiplo de dez.



O ábaco deve ser colocado horizontalmente numa superfície de apoio, com todas as contas na mesma direção, sendo as contas movidas através da utilização do dedo. Permite realizar as diversas operações, a soma, a subtração, a multiplicação e a divisão, bem como problemas aritméticos relacionados com frações e raízes.



Fonte: Fernandes (2004)

O ábaco continua a ser utilizado até aos nossos dias, não só ligado à área comercial, mas também como material de apoio didático nas instituições escolares.



Fonte: ME/MMLL/32

Este instrumento tem algumas vantagens, sobretudo para crianças e adultos portadores de deficiência visual, sendo uma ferramenta indispensável de trabalho para realização de operações aritméticas. Facilita igualmente a tarefa de memorização das tabelas de multiplicação, a comum tabuada, bem como a aprendizagem de outros sistemas de numeração. A sua versatilidade fez com que este instrumento antigo perdurasse até hoje.

Bibliografia:

Dicionário da Língua Portuguesa (1999). Porto: Porto Editora (8ª edição revista e atualizada).

FERNANDES, Luis (2004). *Introduction*. [em linha]. in: Abacus: the art of calculating with beads.

<<http://www.ee.ryerson.ca/~elf/abacus/portugues/index.html>> [Consulta: 7 de outubro 2012]

LINHAES, Albino (2012). *Ábaco* [em linha]. In: Matemática.com (2012).

<<http://matematica.com.sapo.pt/abaco.htm>> [Consulta: 7 de outubro 2012]

Museu Virtual da Informática (2012). *Século A.C.* [em linha].

<http://piano.dsi.uminho.pt/museuv/ac_abaco.html> [Consulta: 7 de outubro 2012]

2012/11/14

Peça do mês de novembro



Pintura/ Retrato

Pintura a óleo pertencente ao espólio da Escola Secundária David Mourão-Ferreira, com o número de inventário ME/ESDMF/324.

A Escola Secundária David Mourão-Ferreira foi criada em 1997 e extinta em 2003. A importância do seu espólio decorre do facto desta escola ter tido na sua origem as Escolas Dona Maria I e Veiga Beirão, extintas em 1997, e que haviam sido escolas comerciais.

De salientar que a então Escola Comercial Dona Maria I, cuja designação data de 1948, sucedeu à Escola Comercial Rodrigues Sampaio. Esta última foi criada pela Câmara Municipal de Lisboa como Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio em 1883, alguns meses após a inauguração do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa. As duas instituições funcionavam no mesmo edifício e foram organizadas e dirigidas por Francisco Adolfo Coelho (1847-1919).

Assim, o espólio que nos chegou engloba diferentes objetos com diferentes proveniências. Neste caso, destacamos uma pintura a óleo, representando D.

Maria I, rainha de Portugal e patrona da Escola com o seu nome. A pintura está montada em moldura de madeira dourada e representa a monarca sentada, lendo um livro. Não tem assinatura ou data, mas deverá, com grande probabilidade pertencer à Escola Secundária D. Maria I.

Bibliografia e informação adicional:

<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2008/01/largo-dr-antnio-de-sousa-de-macedo-ll.html>

<http://dre.pt/pdf1sdip/1948/08/19800/08440911.pdf>

2012/11/21

Exposição virtual: "O ensino das Ciências Naturais através de animais taxidermizados"



ME/404445/11

No âmbito do ensino das Ciências Naturais, a utilização de animais taxidermizados foi determinante para o estudo e observação da sua anatomia.

“A taxidermia é uma forma de conservação de animais vertebrados com o intuito de criar coleções científicas ou conservar espécimes ameaçados de extinção. O processo de taxidermização envolve conhecimentos de várias áreas para além da biologia: é caso da química, da anatomia, da ecologia, das artes plásticas, entre outras. As técnicas utilizadas são várias e incluem a preparação de esqueleto e da pele e a montagem, reconstituindo as características físicas do animal e, por vezes, o seu habitat. Atualmente, a taxidermia constitui um instrumento auxiliar do ensino, fazendo parte não só de acervos museológicos, mas também de acervos didáticos. Desta forma, os alunos podem observar e manusear vários espécimes de difícil acesso, o que facilita a aprendizagem de conteúdos programáticos. As coleções existentes resultam, em geral, de animais recolhidos no seu meio ambiente e preparados para que resistam aos anos. Para além dos animais em si, podem também fazer parte desta tipologia alguns resquícios das atividades dos animais, como é o caso de ninhos, ovos ou pegadas. Esta exposição engloba vários tipos de pássaros, mamíferos, incluindo o lince ibérico, répteis e peixes, demonstrando claramente a variedade de espécimes existentes nas escolas portuguesas. Por serem mais facilmente percíveis, são coleções que devem ser preservadas, uma vez que são uma

peça central na aprendizagem, estabelecendo uma ponte entre o mundo natural e o seu estudo e conhecimento.”



ME/403799/31



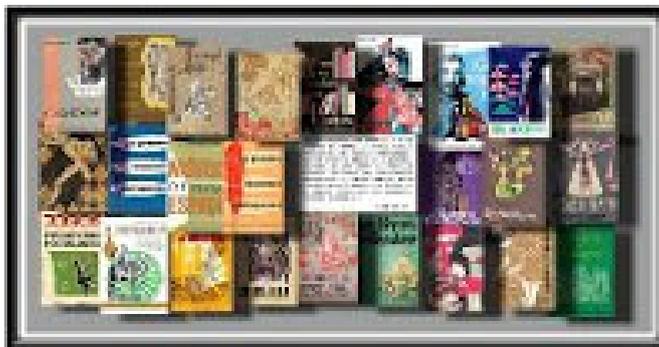
ME/400439/182



ME/400427/153

2012/11/28

Calvet de Magalhães - Ilustrador

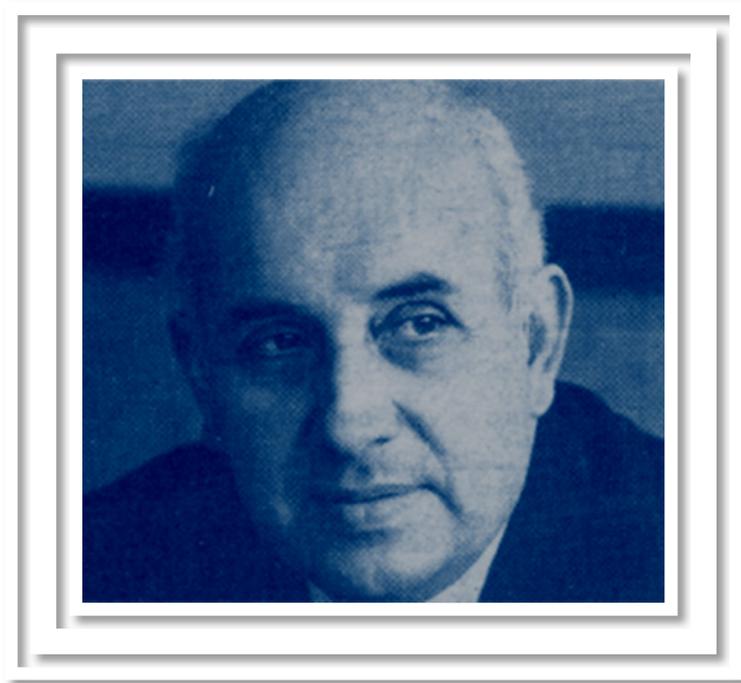


Saiba mais sobre a faceta de ilustrador do artista e professor Calvet de Magalhães.

Magalhães, M.M. Calvet de, 1913-1974

Magalhães, M. Calvet de
Magalhães, Calvet de
Magalhães, C. de
Magalhães, M. M. de S. Calvet de
Magalhães, Manuel Maria de Sousa Calvet de
Magalhães, Manuel Calvet de

Calvet de Magalhães



O *designer* de capas de material escolar

Manuel Maria de Sousa **CALVET DE MAGALHÃES** nasceu em Lisboa, a 8 de março de 1913. Depois de ter concluído o curso liceal no Liceu Passos Manuel, frequentou o Curso de Pintura Histórica na Escola de Belas-Artes de Lisboa e o Curso de Cenografia na Secção de Teatro do Conservatório Nacional de Lisboa. Foi professor e metodólogo da disciplina de Desenho no ensino técnico, artista plástico, jornalista e publicista. Notabilizou-se, sim, como pintor e recebeu o Prémio Nacional de Arte Luís Lupi e o Prémio Amadeu Sousa Cardoso.

Nos anos quarenta, faz a rutura com a carreira artística e dedica-se inteiramente à docência, sendo que, aos 23 anos já lecionava a disciplina de desenho na Escola Industrial Marquês de Pombal.

Em meados da década de quarenta iniciou um estágio para professor do 5.º grupo no Ensino Técnico, na Escola Jácome Ratton, em Tomar. Ficou aprovado com uma tese invulgar – *Metodologia do bordado* (nesta investigação são descritos detalhes etnográficos e gostos por rendas e bordados portugueses).

Desde 1950, Calvet, para além de várias funções, foi inspetor do Ensino Técnico e membro de diversas comissões, entre as quais, destacamos a administração de *Escolas técnicas - boletim de acção educativa*.

“Na sua opinião, a presença do Desenho na escola técnica preparatória, e a montante daquele ‘princípio geral’, encontra legitimidade enquanto parte e contributo para a formação de uma cultura geral e, subsidiariamente, pelo seu carácter utilitário.” (Nóvoa, 2003:847)

Ainda assim, fora da sala de aula, o seu nome era associado à ilustração de obras infantis, a partir de 1953 – visando a educação através da arte, desde tenra idade. Quando acedeu ao cargo de diretor da Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda, em 1956, a sua cumplicidade arte/criança ganha um folgo quase místico – assim, emana a obra: *O Natal visto pelas crianças (1964-1968)* – (cota: JBM 423).

O desenho gráfico foi, quiçá, um dos subterfúgios de realização de Calvet, se assim o entendermos. Verificamos que Calvet de Magalhães é um dos artistas, com maior relevo, na ilustração de material pedagógico. Destacamos, assim, algumas tipologias ilustradas pelo nosso artista e que se encontram disponíveis na Biblioteca Histórica do Ministério da Educação e Ciência:

- *Capas de manuais escolares, como por exemplo:*
 - *Nau Catrineta (cota: FG 122-1)*
 - *Volta ao mundo (cota: FG 123)*
 - *Elementos de contabilidade (cota: ESDMF 2537-1)*
- *Capas de publicações periódicas, como por exemplo:*
 - *Escolas técnicas: boletim de acção educativa (cota: BMEP PP 70)*
- *Capas de coleções educativas de época, como por exemplo:*
 - *Aprenda a desenhar (Cota: ED. AD. 128)*
 - *A criança e o teatro (Cota: ED. AD. 102)*
 - *Bordados e rendas de Portugal (Cota: ED. AD. 132)*
- *Material pedagógico diverso, como por exemplo:*
 - *A escola e o teatro (cota: BMEP 1349)*
 - *A lima (cota: ESDMF 2882)*
 - *Francês fundamental, [...] (cota: ESDMF 3595)*
 - *Índice de cursos (cota: ESDMF 2869)*

A partir de meados dos anos sessenta os seus interesses faziam eco em publicações várias, tais como:

- *Seiva: boletim de pedagogia, didáctica e cultura dos Serviços de Educação de Moçambique (cota: BMEP PP 146)*
- *Boletim CODEPA, Centro de Orientação e Documentação de Ensino Particular (cota: BMEP PP 125, EMA PP 19)*
- *Boletim da Mocidade Portuguesa (cota: BMEP PP 362, ESDMF PP89)*
- *Escolas técnicas: boletim de acção educativa (cota: BMEP PP 70, EFB PP 1, ESDMF PP 31, EMA PP 4)*
- *Escola portuguesa: boletim do ensino primário oficial (cota: BMEP PP 87)*

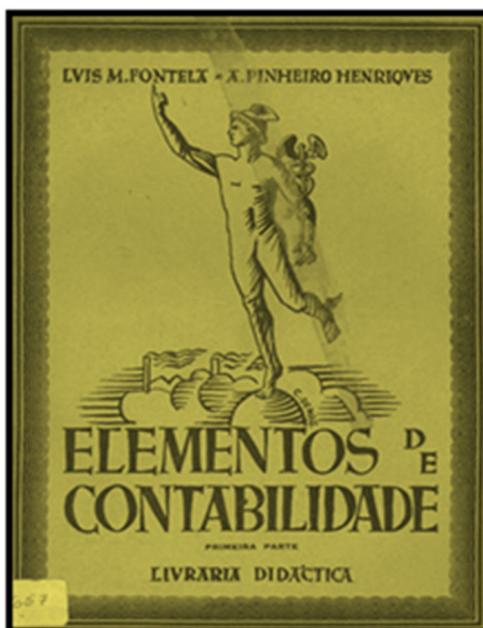
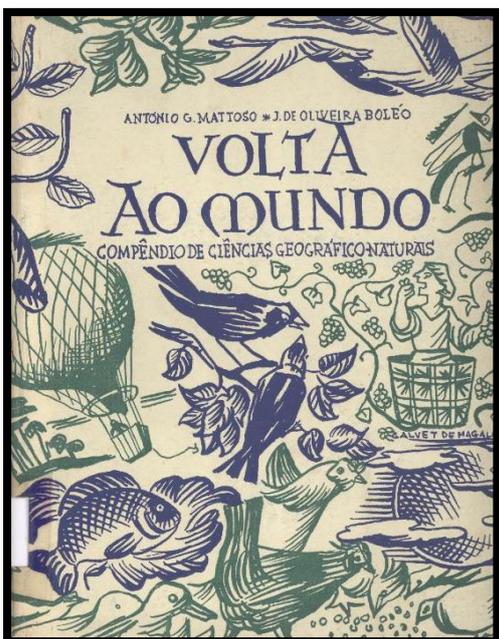
Nesta mesma década, Calvet de Magalhães presenciou as reformas da educação levadas a cabo por Galvão Teles. Tal proximidade valeu-lhe a nomeação para a direcção do Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual, do Instituto de Alta Cultura, em 1964 e, ainda, vogal do Conselho Pedagógico do IMAVE (depois ITE), em 1965.

Nesta conjuntura educacional, Calvet difunde, massivamente, o desenho e a imagens no seio da comunidade escolar, em todos os quadrantes de ensino. Em

1956 é nomeado diretor da Escola Elementar Francisco de Arruda, cargo que ocupou até ao seu falecimento.

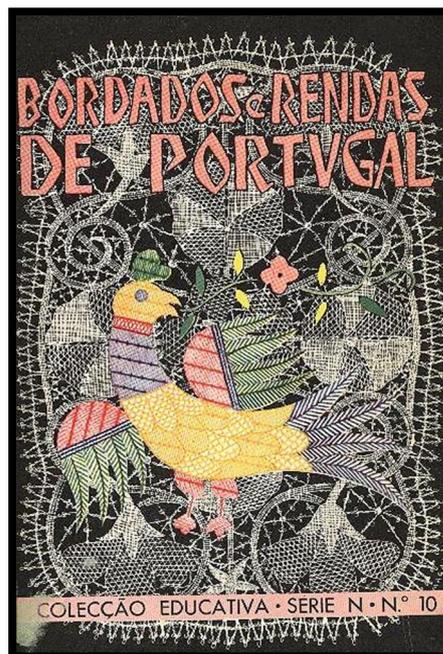
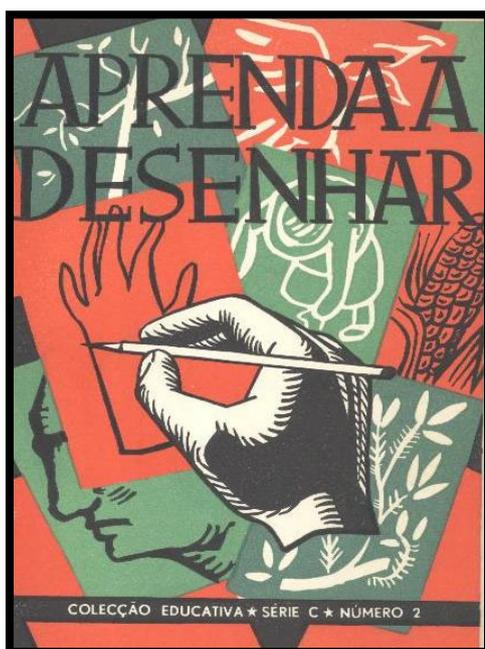
São apresentadas algumas ilustrações, de capas desenhadas por Calvet de Magalhães, quer de manuais escolares, quer de outro tipo de material pedagógico. Não obstante, não fomos exaustivos devido à não disponibilidade dos documentos em questão.

Exemplos de capas de manuais escolares





Exemplos de capas da Col. Educativa da Campanha Nacional de Educação de Adultos



Bibliografia:

FIALHO JÚNIOR, Alberto (1964). *Francês fundamental, métodos áudio-visuais, laboratórios de línguas e estágios de actualização de conhecimentos*. Lisboa: Boletim Escolas Técnicas da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional. (cota: ESDMF 3595).

GOMES, Aldónio (1961). *A escola e o teatro*. Lisboa: [s.n.]. (cota: BMEP 1349).

HENRIQUES, Aurélio Afonso Pinheiro; MAGALHÃES, M. M. Calvet de (1953). *Elementos de contabilidade*. Lisboa: Didáctica. (cota: ESDMF 2537-1).

MAGALHÃES, M. M. Calvet de (1956). *Aprenda a desenhar*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos. (cota: ED. AD. 128).

_____ ; (1956). *Bordados e rendas de Portugal*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação de Adultos. (cota: ED. AD. 132).

_____ (1060). *Educação pela arte*. Lisboa: Oficinas Gráficas de Bertrand. (cota: BMEP 1188).

_____ ; GOMES, Aldónio (1964). *A criança e o teatro*. Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Primário. (cota: ED. AD. 102).

MATOSO, António G.; BOLÉO, José de Oliveira (1956). *Volta ao mundo: compêndio de ciências geográfico-naturais, ciclo preparatório*. Lisboa: Sá da Costa. (cota: FG 123).

_____ ; MATIAS, António Marques (1947). *Nau catrineta: livro de leitura*. Lisboa: Sá da Costa. (cota: FG 122-1).

NÓVOA, António (2003). *Dicionário de educadores português*. Porto: ASA. (cota: HIST. ED. 226).

SOUSA, Ana Isabel Tudela Lima Gonçalves de (2007). *A Formação dos professores de artes visuais em Portugal* [em linha]: Mestrado em educação artística [apresent.] à Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes. <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/640/1/22344_ULFBA_TES259.pdf> [Consulta: novembro 2012].

2012/12/05

O Anel de Gravesande no Museu Virtual da Educação

Instrumento utilizado no laboratório de Física, o Anel de Gravesande serve para efetuar experiências e demonstrações.

O Anel de Gravesande no Museu Virtual da Educação

Willem Jacob's Gravesande (1688 – 1742) foi um físico e matemático holandês, professor na Universidade de Leiden, onde divulgou ideias de Galileu e Newton.



ME/342129/10

O seu nome ficou associado a um instrumento que permite a demonstração da dilatação volumétrica dos corpos, mais conhecido por anel de Gravesande ou anel S' Gravesande.

Para além disso, construiu vários instrumentos (o primeiro helióstato), aperfeiçoou outros (máquinas pneumáticas), tendo-se igualmente debruçado sobre a teoria do choque dos corpos.



ME/152171/131



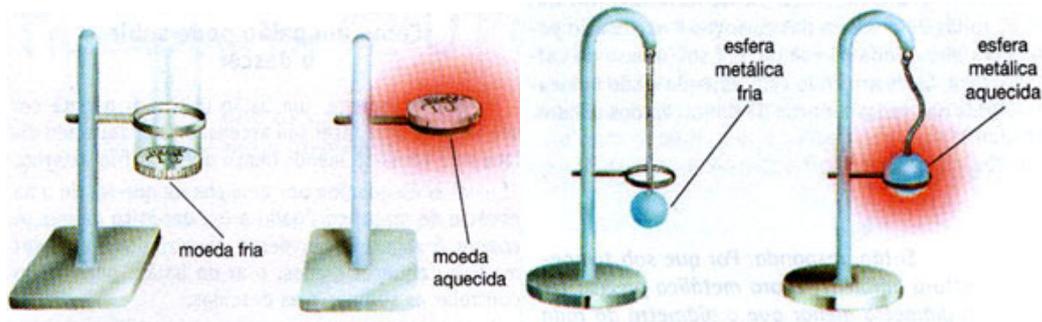
ME/401109/204

O anel de Gravesande foi amplamente divulgado nas instituições escolares, com o intuito de ser utilizado como material didático de apoio à prática letiva de Física. O seu formato e estilo podem ser bastante diversos, mas o objetivo é sempre o mesmo: demonstrar que as substâncias sólidas, quando suficientemente aquecidas, podem dilatar-se de maneira sensível. A experiência é bastante simples: consiste em introduzir inicialmente a esfera num anel, cujo diâmetro interior é ligeiramente maior do que a esfera. Depois de aquecida a esfera, esta dilata e verifica-se que já não passa através do anel. Deixando-a arrefecer,

para que se contraia, a esfera volta a passar no interior do anel, demonstrando,



deste modo, a dilatabilidade e a contractilidade dos corpos por variação de temperatura.



Fonte: *As faces da Física* http://rulf-cmm.blogspot.pt/2010_03_01_archive.html



Na maior parte dos casos, o instrumento consiste num eixo metálico vertical, que termina em gancho, onde se suspende uma esfera, também metálica. Abaixo desta esfera, encontra-se o anel metálico com um braço que se fixa ao eixo vertical e que permite elevar ou baixar esse anel. O eixo, por sua vez, está aparafusado a uma base.

Uma outra variante é constituída por duas varetas metálicas: numa das extremidades da vareta existe uma esfera metálica suspensa por uma pequena corrente, e na extremidade da outra encontra-se um anel metálico, cujo diâmetro interior é ligeiramente maior que o da esfera.



Bibliografia:

Departamento de Física da Universidade de Coimbra (2012) [em linha].

http://fisica.uc.pt/xt/mf/mf_main.php [Consulta: 28 de novembro 2012]

Museu de Física da Escola Secundária Alexandre Herculano (2012) [em linha].

http://mfisica.nonio.uminho.pt/patrimonio/alfa/pat_alf_a.html [Consulta: 28 de novembro 2012]

Atelier de Física e Química da Escola Secundária de D. Dinis de Santo Tirso (2012) [em linha].

<http://atelierfqesdd.wordpress.com/2012/11/16/anel-de-s-gravesande/>

[Consulta: 28 de novembro 2012]

As faces da Física (2010) [em linha]

http://rilf-cmm.blogspot.pt/2010_03_01_archive.html [Consulta: 28 de novembro 2012]

2012/12/12

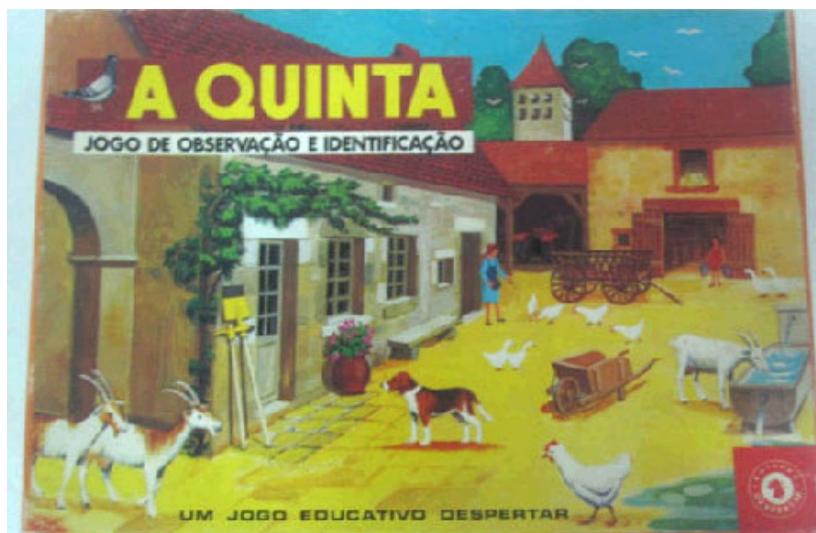
Exposição Virtual "Jogos didáticos do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira"



ME/IAACF/190

“António Aurélio da Costa Ferreira (1879 - 1922) foi toda a sua vida defensor de medidas no âmbito da educação e da assistência médica e social às crianças. Fundador do Instituto Médico-Pedagógico em 1915, visava um ensino individualizado e o mais alargado possível. Após a sua morte o Instituto Médico-Pedagógico passou a designar-se Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (1929) e dedicou-se à educação de crianças com deficiências. Os exercícios de observação e de lógica eram fundamentais em todo este processo, a par do trabalho manual. Através de exercícios simples de recorte ou colagem, a criança desenvolvia capacidades ao nível da educação dos sentidos, como o tato ou a visão. O ensino da língua era feito através do método da escrita-leitura que combinava as palavras com as imagens. O desenho desempenhou um importante papel neste método de ensino, uma vez que permitia ao aluno desenvolver a motricidade fina e combinações motrizes mentais: o decalque de figuras, o contorno e a representação de silhuetas de plantas e animais. A iniciação ao cálculo também era realizada através do desenho, começando por objetos de grandes dimensões até, progressivamente atingir a capacidade de execução de cálculos mentais. O estudo de pesos e medidas e a realização de operações com notas e moedas davam ao aluno uma preparação para a vida

prática. A música também não foi esquecida, fazendo parte da atividade curricular.”



ME/IAACF/103



ME/IAACF/92



ME/IAACF/187

2012/12/19

Peça do mês de dezembro



Bordado

Bordado pertencente ao espólio museológico da Escola Secundária David Mourão-Ferreira, com o número de inventário ME/ESDMF/322.

Esta escola apresenta um espólio com diferentes proveniências, uma vez que tem na sua origem as Escolas Secundárias Dona Maria I e Veiga Beirão, extintas em 1997, e que haviam sido escolas comerciais.

De salientar que Escola Comercial Dona Maria I, cuja designação data de 1948, sucedeu à Escola Rodrigues Sampaio.

Este bordado emoldurado pertenceu à Escola Comercial D. Maria I, e foi vencedor do 1.º Prémio da Exposição Mariana, elaborado no contexto das atividades circum-escolares. Representa a ascensão de Nossa Senhora com os anjos e foi elaborado em tule e linha de bordar. A peça esteve presente na exposição "Um quarto de século de Ensino Técnico", que decorreu na FIL em 1971.

Bibliografia e informação adicional:

<http://aps-ruasdelisboacomhistreria.blogspot.pt/2008/01/largo-dr-antrnio-de-sousa-de-macedo-ll.html>

<http://dre.pt/pdf1sdip/1948/08/19800/08440911.pdf>

2012/12/26

Assim se faz o Presépio



Segundo a tradição cristã, o presépio é uma das representações mais singelas do nascimento, o brotar para a vida na e com simplicidade. Saiba mais sobre este tema e sobre a obra de José Escalço Valadas, "Assim se faz o Presépio".

Assim se faz o presépio / Jorge Escalço Valadas. -Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Primário, 1957.

Cota: BMEP 2233





Fonte: Valadas (1957)

Segundo a tradição cristã, o presépio é uma das representações mais singelas do nascimento, o brotar para a vida na e com simplicidade. Procura-se, efetivamente, representar a importância do momento atemporal do nascimento de Jesus Cristo.

Podemos resumir, se assim o pretendemos, o presépio como a presença do Menino, rosto de Deus, no estábulo, ao lado de seus pais, tendo por testemunhas os pastores e os animais e recebendo a visita dos Reis Magos, guiados pela estrela de Belém, o que mostra a grandeza e a onipotência de Deus representada na fragilidade de uma criança – mesmo que este ato fosse uma metáfora, nunca poderíamos ficar desatentos a tal alegoria de santidade!

De acordo com fontes históricas, o primeiro presépio foi criado por São Francisco de Assis no Natal de 1223. O frade católico montou o presépio em argila na floresta de Greccio (comuna italiana da região do Lácio). A sua ideia era montar o presépio para explicar as pessoas mais simples o significado e como foi o nascimento de Jesus Cristo.

Mais tarde, no século XVIII, a tradição de fazer o presépio nos lares católicos popularizou-se na Europa e, desta forma, foi invadindo todas as regiões do mundo!